



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS N.º 01/2026

EDITAL DE CONCURSO N.º 09/2026 - DIVULGAÇÃO DOS GABARITOS DEFINITIVOS DAS PROVAS
OBJETIVAS

O MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL, POR MEIO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, por este edital torna público o seguinte ato de execução do Concurso (Edital de Abertura n.º 01/2026), nos termos a seguir:

1. Foi realizada a avaliação dos recursos interpostos pelos candidatos durante o período de 28 a 30 de julho de 2026, e justifica-se a manutenção ou alteração do Gabarito Preliminar da Prova Objetiva nos Anexos deste Edital.

2. Os **Gabaritos Definitivos das Provas Objetivas** encontram-se nos Anexos deste Edital.

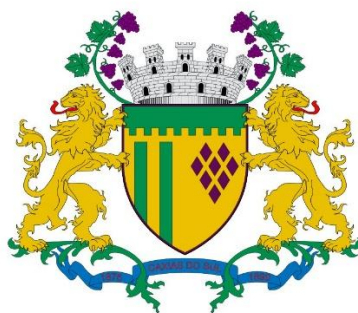
2.1. Retifica-se o Anexo IX do Edital de Abertura para inclusão da divulgação da Lista dos Aprovados para Correção de Títulos na data de 18/08/2026.

3. Os candidatos, em todas as etapas do certame, deverão obedecer, rigorosamente, aos dispositivos contidos no Edital de Abertura n.º 01/2026.

Caxias do Sul, 10 de agosto de 2026.

GRÉGORA FORTUNA DOS PASSOS,
Secretária Municipal de Administração, Tecnologia e
Inovação.

CÉSAR AUGUSTO PARISOTTO,
Presidente da Comissão Executiva do Concurso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL/RS

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026

ANEXO I – JUSTIFICATIVAS PARA MANUTENÇÃO/ALTERAÇÃO DOS GABARITOS PRELIMINARES

**JUSTIFICATIVA PARA MANUTENÇÃO OU
ALTERAÇÃO DE GABARITOS PRELIMINARES**

De acordo com o Edital de Abertura nº 01/2026, que rege este Concurso Público, argumentações inconsistentes, extemporâneas, que estiverem fora das especificações estabelecidas para a interposição, que contiverem questionamentos de natureza administrativa (por exemplo, relacionados às normas previamente estipuladas em Edital) não obterão resposta da banca avaliadora e, por isso, não terão respostas publicadas na *Internet*. Não serão computadas as questões não assinaladas na grade de respostas, nem as que contiverem mais de uma *resposta*, emenda ou rasura, ainda que legível.

NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO

MATÉRIA: LÍNGUA PORTUGUESA

CARGO(S): MOTORISTA

QUESTÃO: 3 - MANTIDA alternativa 'C'.

Conforme Bechara (2010, p. 693), “coesão textual é o que permite a ligação entre as diversas partes de um texto”. Há três categorias de coesão: coesão referencial, coesão sequencial e coesão recorrencial. A questão diz respeito à coesão referencial, que “é a que se refere a outro(s) elemento(s) do mundo textual” (Bechara, 2010, p. 694). Na questão, solicita-se que seja identificado o referente da expressão “nesses locais”, que aparece na linha 14 do texto.

A alternativa A diz que a expressão se refere aos estados onde o programa está presente, citados no final do texto. Ela está incorreta pois, como a própria alternativa indica, os estados em que o programa está presente são mencionados apenas posteriormente, no fim do texto, quando o texto informa a distribuição das unidades móveis. “Nesses” tem função anafórica, portanto, retoma algo mencionado anteriormente. Portanto, a alternativa A está incorreta.

A alternativa B diz que “nesses locais” se refere aos serviços básicos de saúde, mencionados no início do texto, no primeiro parágrafo. No entanto, nota-se que os serviços de saúde são mencionados no primeiro parágrafo apenas para contextualizar as dificuldades de acesso à saúde enfrentadas pelos caminhoneiros, não constituindo o elemento retomado pela expressão destacada. O trecho em análise descreve

atendimentos oferecidos pelo programa mencionado e estabelece relação com o espaço em que essas ações são realizadas. Portanto, a alternativa B também está incorreta.

A alternativa C, por sua vez, identifica corretamente o local específico em que os serviços citados na frase destacada são oferecidos: os Pontos de Parada e Descanso (PPDs), mencionados na frase anterior, onde são instaladas unidades móveis de saúde. Assim, “nesses locais” se configura como um mecanismo de coesão referencial, evitando a repetição da localização. A retomada é estabelecida por uma referência textual explícita, não por inferência ou conhecimento extratextual. Assim, a alternativa C está correta.

A alternativa D, por fim, está incorreta, pois diz que “nesses locais” se referiria a postos do Sistema Único de Saúde (SUS), nomeados no parágrafo seguinte. Embora o texto informe, posteriormente, que os atendimentos são realizados pelo SUS, essa informação diz respeito à instituição responsável pela prestação dos serviços, e não ao referente da expressão destacada. Além disso, a expressão “nesses” apresenta valor anafórico, retomando algo mencionado anteriormente, ou seja, estabelece relação com um elemento já introduzido no texto, não retomando uma informação apresentada posteriormente. Portanto, a alternativa D também está incorreta.

Desse modo, estando a alternativa C correta, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

BECHARA, E. Gramática escolar da língua portuguesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

Conteúdo Programático:

Compreensão e interpretação de textos: ideia central e intenção comunicativa; marcas de textualidade: coesão, coerência e intertextualidade; modos de organização discursiva: descrição, narração, exposição, argumentação e injunção; características específicas de cada modo; tipos textuais: informativo, publicitário, propagandístico, normativo, didático e divinatório; características específicas de cada tipo; textos literários e não literários; tipologia da frase portuguesa; estrutura da frase portuguesa: operações de deslocamento, substituição, modificação e correção.

QUESTÃO: 5 - MANTIDA alternativa 'D'.

A questão solicita que se identifique qual das alternativas está acentuada pela mesma regra de acentuação que a palavra “saúde”, que recebe acento por conter um “u” que forma “a segunda vogal tônica de um hiato” (Bechara, 2010, p. 606).

A alternativa A está incorreta pois apresenta a palavra “café”, que é acentuada por ser uma oxítona terminada em “e” (Bechara, 2010, p. 604). Assim, o emprego do acento gráfico ocorre por regra distinta daquela aplicada à palavra “saúde”, não se relacionando à acentuação dos hiatos.

A alternativa B, por sua vez, apresenta uma palavra proparoxítona, “médico”, ou seja, uma palavra que tem o acento tônico “na antepenúltima sílaba” (Bechara, 2010, p. 581), sendo regra que todos os proparoxítonos “levam acento agudo ou circunflexo” (Bechara, 2010, p. 605), regra essa distinta da aplicada em “saúde”. Portanto, a alternativa B está incorreta.

A alternativa C está incorreta pois trata-se de “álbum”, palavra que é acentuada por ser uma paroxítona terminada em –um (Bechara, 2010, p. 604), não seguindo a mesma regra da palavra destacada no enunciado.

A alternativa D, por fim, apresenta a palavra “saída”, que recebe acento agudo por conter um “i” que representa “a segunda vogal tônica de um hiato” (Bechara, 2010, p. 606), seguindo a mesma regra de acentuação de “saúde”. Portanto, a alternativa D está correta. Assim, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

BECHARA, E. Gramática escolar da língua portuguesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

Conteúdo Programático:

Ortografia. Acentuação gráfica.

QUESTÃO: 6 - MANTIDA alternativa 'B'.

Um verbo é “a unidade que significa ação ou processo, unidade esta organizada para expressar o modo, o tempo, a pessoa e o número” (Bechara, 2010, p. 192). A questão requer que se identifique o verbo presente na frase “O levantamento também destaca o envelhecimento da categoria, com maior concentração de atendimentos entre trabalhadores de 50 a 59 anos” e a identificação do tempo verbal em que está flexionado. Quanto ao tempo, os verbos podem ser conjugados no presente, pretérito (subdividido em imperfeito, perfeito e mais-que-perfeito) e futuro (subdividido em futuro do presente e futuro do pretérito) (Bechara, 2010, p. 193-194). A forma verbal “destaca” corresponde à 3ª pessoa no singular do presente do indicativo, sendo o presente o tempo que “denota uma declaração que se verifica ou que se prolonga até o momento em que se fala” (Bechara, 2010, p. 251). A frase destacada descreve um dos resultados do levantamento elaborado pelo Ministério da Saúde, correspondendo, portanto, a uma declaração verificada no momento da enunciação. Assim, a alternativa que identifica corretamente a flexão do verbo é a alternativa B.

A alternativa A está incorreta pois afirma que o verbo “destaca” estaria flexionado no futuro do presente, denotando, portanto, “uma ação que ainda se vai realizar” (Bechara, 2010, p. 254). Entretanto, a forma apresentada no texto indica um fato apresentado como atual no momento da enunciação.

A alternativa C está incorreta pois afirma que o verbo está flexionado no pretérito imperfeito, que é empregado “quando nos transportamos mentalmente a uma época passada e descrevemos o que então era presente” (Bechara, 2010, p. 252). Equivale à forma “destacava”, distinta daquela empregada no texto.

Por fim, a alternativa D está incorreta pois afirma que o verbo está flexionado no pretérito perfeito, cuja forma correspondente seria “destacou”. O pretérito perfeito, conforme Bechara (2010, p. 253), “fixa e enquadra a ação dentro de um espaço de tempo determinado”. O verbo “destaca”, entretanto, apresenta forma de presente do indicativo, não indicando uma ação concluída no passado.

Assim, estando a alternativa B correta, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

BECHARA, E. Gramática escolar da língua portuguesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

Conteúdo Programático:

Emprego e flexão dos tempos verbais.

MATÉRIA: RACIOCÍNIO LÓGICO E INFORMÁTICA

CARGO(S): MOTORISTA

QUESTÃO: 12 - MANTIDA alternativa 'C'.

Segundo O Guia do Calc, desenvolvido pelo Time de Documentação LibreOffice e disponível em <https://documentation.libreoffice.org/assets/Uploads/Documentation/pt-br/CG70/CG70-CalcGuideMaster.pdf>, pode-se inserir fórmulas de duas maneiras. Um método é usar o Assistente de Função ou os recursos equivalentes no painel Funções da Barra Lateral. O segundo método é digitar diretamente na célula ou na barra de fórmula, sendo que a fórmula deve começar com um símbolo de igual (=). O LibreOffice Calc não permite começar uma fórmula diretamente com o sinal de maior que (>). Desse modo, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

LIBREOFFICE. *Guia do Calc*.

Conteúdo Programático:

Utilização da suíte de aplicativos para escritório LibreOffice (editor de texto, editor de planilhas e editor de apresentações) na versão mais recente.

MATÉRIA: ATENDIMENTO AO CIDADÃO, GOVERNANÇA E INOVAÇÃO

CARGO(S): MOTORISTA

QUESTÃO: 13 - MANTIDA alternativa 'D'. Todos os conceitos e o conteúdo da questão 13 estão baseados em Bond, Maria Thereza e Oliveira, Marlene de, conhecendo as técnicas secretariais, Curitiba: Ibpx, 2011, que é referência consagrada no tema que foi objeto da referida questão, conforme, inclusive é citado no enunciado, sendo a fonte e referência para os devidos balizamentos.

Bond e Oliveira (2011), no capítulo que trata da comunicação interpessoal, mais precisamente no item “aspectos importantes a serem considerados no relacionamento humano”, definem alguns aspectos imprescindíveis para o bom relacionamento humano. Entre eles, estão: cortesia, alegria, paciência, tolerância, autenticidade e empatia.

Segundo as autoras, a paciência é uma qualidade imprescindível para o bom relacionamento. A falta de paciência pode desencadear o descontrole emocional, o que pode criar barreiras no relacionamento. Essa definição está de acordo com o que consta no enunciado da questão 13 e, em conjunto com a alternativa D, complementa a resposta correta da referida questão.

As autoras também destacam que ser cortês é uma característica que aproxima as pessoas, uma vez que a troca de gentilezas propicia um ambiente de harmonia e cordialidade.

Quanto à tolerância, as autoras definem que, em todas as relações, estamos sujeitos a situações de conflito. Nesses momentos, é importante lembrar que sempre há uma solução viável para ambas as partes, desde que estejam dispostas a encontrá-la. Da mesma forma, a empatia, segundo as autoras, consiste na capacidade de avaliar os sentimentos e de saber se colocar no lugar do outro.

Nota-se que, entre as alternativas da questão 13, não constam a tolerância nem a empatia.

Portanto, o recurso é improcedente, ficando mantida a alternativa “D” como resposta correta, segundo Bond e Oliveira (2011, p. 25).

Referência Bibliográfica:

Bond, Maria Thereza e Oliveira, Marlene de, conhecendo as técnicas secretariais, Curitiba: Ibpx, 2011.

Conteúdo Programático:

Relações Humanas no Trabalho: comunicação e relacionamento interpessoal, comportamento adequado individual e em grupo, normas de conduta socialmente adequadas no ambiente de trabalho e trabalho em equipe. Trato social: regras de convivência e atendimento ao público.

QUESTÃO: 15 - MANTIDA alternativa 'C'. Todos os conceitos e o conteúdo da questão 15 estão baseados nos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), divulgados no site da Nações Unidas no Brasil, que é a referência no tema que foi objeto da referida questão, conforme, inclusive é citado no enunciado, sendo a fonte e referência para os devidos balizamentos.

Os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), conforme consta no site das Nações Unidas no Brasil, são 17 objetivos ambiciosos e interconectados que abordam os principais desafios de desenvolvimento enfrentados pelas pessoas no Brasil e no mundo, conforme pode ser constatado no anexo do presente recurso. São eles:

1. Erradicação da pobreza.
2. Fome zero e agricultura sustentável.
3. Saúde e bem-estar.
4. Educação de qualidade
5. Igualdade de gênero.
6. Água potável e saneamento.
7. Energia limpa e acessível.
8. Trabalho decente e crescimento econômico.
9. Indústria, inovação e infraestrutura.
10. Redução das desigualdades.
11. Cidades e comunidades sustentáveis.
12. Consumo e produção responsáveis.
13. Ação contra a mudança global do clima.
14. Vida na água.
15. Vida terrestre.
16. Paz, justiça e instituições eficazes.

17. Parcerias e meios de implementação.

Como podemos constatar pela leitura dos 17 ODS acima transcritos, os objetivos mencionados nos itens 9, 8 e 6 constam, respectivamente e de forma literal, nas alternativas A, B e D da questão 15, estando perfeitamente de acordo com as definições apresentadas no referido site da ONU.

Entretanto, de acordo com o item 7, o objetivo correto é “energia limpa e acessível”, e não “combustíveis fósseis para energia limpa”, como constou incorretamente na alternativa C, que é a resposta correta da referida questão.

Portanto, o recurso é improcedente, ficando mantida a alternativa “C” como resposta correta, conforme os ODS, apresentados no site das Nações Unidas no Brasil.

Referência Bibliográfica:

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>.

Conteúdo Programático:

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

QUESTÃO: 17 - ANULADA. Todos os conceitos e o conteúdo da questão 17 estão baseados Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que é referência no tema que foi objeto da referida questão, conforme, inclusive é citado no enunciado, sendo a fonte e referência para os devidos balizamentos.

O inciso VI do art. 5º, que serviu de base para a redação da questão 17, assim dispõe:

“Art. 5º Para os fins desta Lei, considera-se:

I - dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;

II - dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;

III - dado anonimizado: dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento;

IV - banco de dados: conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico;

V - titular: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;

VI - controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

VII - operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;

VIII - encarregado: pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD); (Redação dada pela Lei nº 15.352, de 2026)

IX - agentes de tratamento: o controlador e o operador;

X - tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;

XI - anonimização: utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo;

XII - consentimento: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada;

XIII - bloqueio: suspensão temporária de qualquer operação de tratamento, mediante guarda do dado pessoal ou do banco de dados;

XIV - eliminação: exclusão de dado ou de conjunto de dados armazenados em banco de dados, independentemente do procedimento empregado;

XV - transferência internacional de dados: transferência de dados pessoais para país estrangeiro ou organismo internacional do qual o país seja membro;

XVI - uso compartilhado de dados: comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados;

XVII - relatório de impacto à proteção de dados pessoais: documentação do controlador que contém a descrição dos processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco;

XVIII - órgão de pesquisa: órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter histórico, científico, tecnológico ou estatístico; e (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019) Vigência

XIX - autoridade nacional: entidade da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional. (Redação dada pela Lei nº 15.352, de 2026)

Conforme as disposições do inciso VI do art. 5º, o controlador é a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

Entretanto, a grafia foi alterada no enunciado da questão para “pessoal natural”, o que ocasionou dificuldade na interpretação por parte dos candidatos para a resolução da questão.

Portanto, a banca com vistas a manter a idoneidade da prova e do processo, acolhe os presentes recursos, anulando a questão 17.

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709compilado.htm

Conteúdo Programático:

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

QUESTÃO: 18 - MANTIDA alternativa 'B'.

Todos os conceitos e conteúdos abordados na questão 18 têm como fundamento o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Caxias do Sul, que constitui referência para o tema objeto da referida questão, conforme, inclusive, é mencionado no enunciado.

O art. 28, que serviu de base para a redação da questão 18, assim dispõe:

“Art. 28. Lotação é a colocação do servidor na repartição em que deva ter exercício.

§ 1º O deslocamento do servidor de uma para outra repartição far-se-á por relotação”.

Conforme as disposições do art. 28, a lotação consiste na colocação do servidor na repartição em que deva ter exercício, conforme constou no enunciado da questão 18, que, em conjunto com a alternativa B, complementa a resposta correta da referida questão.

Entendemos que o termo “designação” é utilizado exclusivamente para determinar a escola em que o professor terá o exercício, mediante ato do Secretário Municipal de Educação e Cultura ou da autoridade delegada.

Nota-se, ainda, que o enunciado da questão se refere ao servidor de forma geral, até porque se trata de prova destinada ao cargo de Motorista, e não ao cargo de professor.

Portanto, improcedente o recurso, ficando mantida a alternativa “B” como resposta correta, conforme disposto no art. 28 do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Caxias do Sul.

Referência Bibliográfica:

CAXIAS DO SUL. Lei Complementar nº 3.673, de 24 de junho de 1991. Estabelece o Estatuto que institui e regula o regime jurídico único dos servidores públicos do Município de Caxias do Sul e dá outras providências.

<file:///D:/CAXIAS%20DO%20SUL%202026/Lei%20Complementar%20n.%C2%BA%203.673.pdf>

Conteúdo Programático:

CAXIAS DO SUL. Lei Complementar nº 3.673, de 24 de junho de 1991. Estabelece o Estatuto que institui e regula o regime jurídico único dos servidores públicos do Município de Caxias do Sul e dá outras providências.

MATÉRIA: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGO(S): MOTORISTA

QUESTÃO: 28 - MANTIDA alternativa 'C'.

A análise da questão foi realizada com base na legislação de trânsito vigente, especialmente no art. 306 da Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro).

A primeira assertiva foi considerada falsa porque a configuração do crime de conduzir veículo automotor sob a influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência não exige, obrigatoriamente, a constatação de concentração de álcool igual ou superior ao limite legal, uma vez que o art. 306, § 1º, do CTB prevê hipóteses alternativas de caracterização do delito.

A segunda assertiva foi corretamente considerada falsa, pois o crime previsto no art. 306 do CTB é classificado como crime de perigo abstrato, não exigindo acidente de trânsito, dano ou vítima para sua consumação.

A terceira assertiva foi corretamente considerada verdadeira, em conformidade com o art. 306, § 2º, do CTB, que admite diversos meios de prova legalmente válidos para a comprovação da alteração da capacidade psicomotora do condutor.

A quarta assertiva foi corretamente considerada falsa, pois a afirmação de que o crime não abrange situações ocorridas em áreas particulares é genérica e absoluta, não encontrando respaldo na interpretação sistemática da legislação de trânsito. Quanto à 1ª assertiva, a mesma foi corretamente considerada falsa. O art. 306, § 1º, do Código de Trânsito Brasileiro estabelece duas formas autônomas de caracterização do delito: I – concentração igual ou superior a 6 decigramas de álcool por litro de sangue ou 0,3 miligrama de álcool por litro de ar alveolar; ou II – sinais que indiquem alteração da capacidade psicomotora, na forma disciplinada pelo CONTRAN. Assim, a aferição de concentração alcoólica acima do limite legal não constitui requisito obrigatório para a configuração do crime, razão pela qual é incorreta a afirmação de que o delito "exige" tal condição. A segunda assertiva foi corretamente considerada falsa, uma vez que o crime previsto no art. 306 do CTB é classificado como crime de perigo abstrato, consumando-se independentemente da ocorrência de acidente de trânsito, dano ou vítima. No tocante à 3ª assertiva, não assiste razão ao recorrente ao considerá-la falsa. O art. 306, § 2º, do CTB dispõe expressamente que a verificação do disposto no artigo poderá ser obtida mediante teste de alcoolemia ou toxicológico, exame clínico, perícia, vídeo, prova testemunhal ou outros meios de prova em direito admitidos. Tais meios destinam-se justamente à demonstração da influência de álcool ou de outra substância psicoativa capaz de alterar a capacidade psicomotora do condutor. A redação da assertiva está em consonância com o tipo penal previsto no caput do art. 306 do CTB, que exige a condução de veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência. Dessa forma, a assertiva reproduz corretamente o conteúdo normativo aplicável, razão pela qual foi adequadamente classificada como verdadeira. Quanto à 4ª assertiva, a afirmativa sustenta que a configuração do crime não abrangeria situações ocorridas em áreas particulares. Trata-se de afirmação genérica e absoluta, que não encontra amparo na legislação de trânsito. O Código de Trânsito Brasileiro não autoriza concluir que toda e qualquer área particular esteja excluída da incidência das normas de trânsito. A interpretação sistemática da legislação demonstra que locais particulares abertos à circulação de pessoas e veículos podem estar submetidos à tutela jurídica do CTB, motivo pelo qual a exclusão genérica constante da assertiva torna seu conteúdo incorreto.

Assim, mantém-se a sequência originalmente divulgada no gabarito preliminar: F – F – V – F, correspondente à alternativa C.

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB). Especialmente os arts. 2º, 276, 277 e 306 e suas alterações posteriores. CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN). Resolução nº 432, de 23 de janeiro de 2013. Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas autoridades de trânsito e seus agentes na fiscalização do consumo de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência e disciplina os meios de comprovação da alteração da capacidade psicomotora, e suas alterações posteriores. BRASIL. Lei nº 11.705, de 19 de junho de 2008. Altera dispositivos do Código de Trânsito Brasileiro referentes ao consumo de álcool por condutor de veículo automotor. BRASIL. Lei nº 12.760, de 20 de dezembro de 2012. Altera a Lei nº 9.503/1997 para dispor sobre o fortalecimento da fiscalização da alcoolemia. BRASIL. Lei nº 13.281, de 4 de maio de 2016. Altera dispositivos da Lei nº 9.503/1997.

Conteúdo Programático:

Dos crimes de trânsito.

QUESTÃO: 33 - MANTIDA alternativa 'C'.

A assertiva III dispõe: "Alterações na convergência podem ocorrer tanto em veículos de passeio quanto em veículos de maior porte, podendo influenciar a dirigibilidade conforme as condições de uso". A redação é tecnicamente correta. As alterações na convergência podem decorrer de desgaste natural dos componentes da direção e suspensão, impactos contra obstáculos, sobrecarga, deformações mecânicas e demais condições de utilização do veículo. Da mesma forma, seus efeitos sobre a dirigibilidade, estabilidade direcional e desgaste dos pneus não se manifestam com a mesma intensidade em todas as situações de condução, variando conforme fatores como velocidade, carga transportada, condições do pavimento, estado dos pneus e demais condições operacionais do veículo. A expressão "conforme as condições de uso" não restringe nem condiciona a ocorrência da influência da convergência sobre a dirigibilidade. Apenas reconhece que a intensidade dos seus efeitos varia de acordo com as condições em que o veículo é utilizado, o que está de acordo com a literatura técnica de engenharia automotiva. Portanto, é reconhecido que as condições de

uso influenciam diretamente os efeitos decorrentes da alteração da convergência. Sob o aspecto normativo, o art. 27 do Código de Trânsito Brasileiro determina que, antes de colocar o veículo em circulação, o condutor deve verificar a existência e as boas condições de funcionamento dos equipamentos de uso obrigatório, bem como assegurar-se da existência de combustível suficiente para chegar ao local de destino. Da mesma forma, o art. 28 do CTB estabelece que o condutor deverá, a todo momento, ter domínio de seu veículo, dirigindo-o com atenção e os cuidados indispensáveis à segurança do trânsito. Esses dispositivos evidenciam que as condições mecânicas do veículo, incluindo o adequado alinhamento da direção e da suspensão, constituem elementos essenciais para a manutenção da segurança veicular e da dirigibilidade. Por sua vez, a assertiva IV permanece incorreta, pois uma convergência fora das especificações do fabricante aumenta a resistência ao rolamento, ocasionando maior esforço para deslocamento do veículo, maior desgaste dos pneus e aumento, e não redução, do consumo de combustível. Assim, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Código de Trânsito Brasileiro, especialmente os arts. 27 e 28, que tratam das condições de circulação do veículo e do dever do condutor de manter domínio do veículo e conduzi-lo em condições seguras. CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN). Resolução nº 993/2023, que consolida normas sobre o processo de formação de condutores e contempla conteúdos relativos à manutenção preventiva e direção veicular.

ROBERT BOSCH GmbH. Manual de Tecnologia Automotiva (Automotive Handbook). 10. ed. São Paulo: Blucher, edição em português vigente. SAE BRASIL. Fundamentos da Engenharia Automotiva. São Paulo: SAE Brasil, edição vigente. SENAI. Mecânica de Suspensão, Direção e Freios. Série Mecânica Automotiva. Departamento Nacional. Edição vigente. SENAI. Alinhamento e Balanceamento de Rodas. Série Mecânica Automotiva. Departamento Nacional. Edição vigente. SAE INTERNATIONAL. SAE J670 – Vehicle Dynamics Terminology. Edição vigente.

Conteúdo Programático:

Mecânica.

QUESTÃO: 36 - MANTIDA alternativa 'A'.

A assertiva II afirma: “O condutor deve priorizar a pontualidade do serviço, podendo realizar ajustes eventuais nos itinerários quando houver necessidade operacional, desde que não comprometa a segurança dos passageiros”.

O item atribui ao condutor, de forma direta, a possibilidade de realizar ajustes nos itinerários, sem estabelecer que essa alteração decorra de determinação da empresa transportadora, do órgão gestor do serviço ou da autoridade competente. O Código de Trânsito Brasileiro – Lei nº 9.503/1997, em seu art. 28, estabelece: “O condutor deverá, a todo momento, ter domínio de seu veículo, dirigindo-o com atenção e os cuidados indispensáveis à segurança do trânsito”.

O dispositivo demonstra que a responsabilidade do condutor está relacionada à condução segura do veículo, não lhe conferindo competência administrativa para definir ou modificar itinerários previamente estabelecidos para prestação de serviço de transporte. Além disso, conforme o art. 29 do CTB, o condutor deve observar as normas gerais de circulação e conduta, respeitando a regulamentação existente para a via e para o serviço executado. Eventuais desvios temporários decorrentes de obras, acidentes, bloqueios ou situações emergenciais não representam autonomia do condutor para alterar itinerários, mas sim cumprimento de orientações operacionais, determinações do órgão responsável ou imposições decorrentes da segurança viária. Portanto, a expressão “necessidade operacional” não pode ser interpretada como autorização genérica para que o condutor altere o trajeto por decisão própria. Não há ambiguidade na questão, pois a incorreção da assertiva está justamente em atribuir ao condutor uma competência que não integra suas atribuições funcionais.

Quanto à assertiva III, o recurso sustenta que o atendimento aos passageiros e as orientações relacionadas à acessibilidade também fazem parte das atribuições do motorista. Entretanto, a assertiva III afirma: “(...) o atendimento aos passageiros e as orientações relacionadas à acessibilidade são atribuições restritas aos demais profissionais da empresa transportadora”. O termo “restritas” indica exclusividade, retirando completamente do condutor qualquer responsabilidade relacionada ao atendimento e acessibilidade. Essa interpretação é incompatível com a legislação. A Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência) estabelece, em seus princípios gerais, o direito à acessibilidade e à prestação adequada dos serviços, incluindo transporte. O art. 28 do CTB também estabelece o dever do condutor de conduzir o veículo com os cuidados indispensáveis à segurança dos passageiros. Entretanto, a incorreção da assertiva III está no fato de afirmar que tais atribuições são exclusivas de outros profissionais, excluindo completamente o condutor. Portanto, a assertiva III permanece incorreta.

Mantém-se, portanto, a classificação: Assertiva I – correta; Assertiva II – incorreta; Assertiva III – incorreta. Assim, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB). Brasília/DF: Presidência da República. Art. 28 – Dever do condutor de ter domínio do veículo, dirigindo com atenção e os cuidados indispensáveis à segurança do trânsito. Art. 29 – Normas gerais de circulação e conduta aplicáveis aos condutores de veículos. BRASIL. Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Princípios relacionados à segurança nos deslocamentos, eficiência e qualidade na prestação dos serviços de transporte. BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disposições referentes ao direito à acessibilidade e ao transporte adequado às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. BRASIL. Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN. Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito (MBFT), regulamentações vigentes. Normas relacionadas aos deveres dos condutores, segurança viária e cumprimento das regras de circulação. BRASIL. Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN. Manual de Direção Defensiva. Conteúdos referentes à condução preventiva, segurança dos passageiros, comportamento do condutor e tomada de decisão em situações adversas.

Conteúdo Programático:

Direção Defensiva.

NÍVEL MÉDIO

MATÉRIA: LÍNGUA PORTUGUESA

CARGO(S): TÉCNICO EM CONTABILIDADE, TÉCNICO EM ENFERMAGEM, TÉCNICO EM INFORMÁTICA

QUESTÃO: 4 - MANTIDA alternativa 'D'.

A questão solicita que se analisem três assertivas a respeito de determinadas palavras e expressões presentes no texto, verificando quais estão corretas.

A assertiva I afirma que, em “fazer de tudo para alcançar esse êxtase” (l. 03), a expressão “alcançar esse êxtase” indica uma ideia oposta à de “ser tomado pelo tédio”. Considerando que, no contexto do texto, “alcançar esse êxtase” se refere a atingir um estado de intenso prazer ou satisfação, que motiva as ações dos seres humanos, “ser tomado pelo tédio” representa uma ideia oposta, já que o “tédio” está associado à ausência de entusiasmo, prazer ou interesse, à falta de motivação, ao aborrecimento e ao enfado. A assertiva refere-se, portanto, a uma oposição de sentidos construída no contexto, e não a uma relação de antonímia lexical estrita. Nesse sentido, é importante notar que, conforme aponta Bechara (2009, p. 404), a identidade dos termos “é muito relativa; no uso (quer literário, que popular), eles assumem sentidos ‘ocasionais’ que no contexto um não pode ser empregado pelo outro sem que se quebre um pouco o matiz da expressão”, ou seja, as relações de sentido entre vocábulos são determinadas também pelo contexto de uso. Desse modo, a assertiva I está correta.

Já a assertiva II diz que, no trecho “É muito bom ver alguém transbordando felicidade” (l. 12), a palavra “transbordando” pode ser substituída por “irradiando” sem prejuízo significativo do sentido. O verbo “transbordar” é utilizado para expressar a manifestação da felicidade de forma intensa, o que também seria expresso por “irradiar”. Assim, estabelece-se, entre as palavras, uma relação de sinonímia contextual, que é “o fato de haver mais de uma palavra com semelhante significação, podendo uma estar em lugar da outra em determinado contexto, apesar dos diferentes matizes de sentido ou de carga estilística” (Bechara, 2009, p. 404). Portanto, a assertiva II está correta.

Por fim, a assertiva III diz que, no trecho “mas não dá para apostar tudo em apenas uma” (l. 25), a expressão “apostar tudo” foi empregada em sentido figurado. A expressão “apostar tudo”, em sentido literal, se relaciona a jogos ou apostas, o que não se corresponde ao emprego observado no texto, em que ela remete a depositar toda a confiança, expectativa ou dependência em uma única fonte de prazer. Portanto, caracteriza-se o emprego de linguagem figurada, estando a assertiva III correta.

Assim, todas as assertivas (I, II e III) estão corretas, e a alternativa D está correta pois identifica esse fato. Assim, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

ÊXTASE. In: DICIONÁRIO Online – Dicionário Caldas Aulete. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, [2026]. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/%C3%AAxtase>. Acesso em: 30 jun. 2026.

TÉDIO. In: DICIONÁRIO Online – Dicionário Caldas Aulete. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, [2026]. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/t%C3%A9dio>. Acesso em: 30 jun. 2026.

TRANSBORDAR. In: DICIONÁRIO Online – Dicionário Caldas Aulete. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, [2026]. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/transbordar>. Acesso em: 30 jun. 2026.

IRRADIAR. In: DICIONÁRIO Online – Dicionário Caldas Aulete. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, [2026]. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/irradiar>. Acesso em: 30 jun. 2026.

Conteúdo Programático:

Significado contextual de palavras e expressões. Semântica: sentido próprio e figurado; antônimos, sinônimos, parônimos e hiperônimos.

MATÉRIA: RACIOCÍNIO LÓGICO E INFORMÁTICA

CARGO(S): TÉCNICO EM CONTABILIDADE, TÉCNICO EM ENFERMAGEM, TÉCNICO EM INFORMÁTICA

QUESTÃO: 10 - MANTIDA alternativa 'B'.

Questão mantida. A questão deixa claro que seu espaço amostral é de segunda a sexta, pois fornece dados dos empréstimos apenas para esses dias. Portanto, 5 dias.

Referência Bibliográfica:

Matemática Ensino Médio – Smole e Diniz.

Conteúdo Programático:

Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios.

MATÉRIA: ATENDIMENTO AO CIDADÃO, GOVERNANÇA E INOVAÇÃO

CARGO(S): TÉCNICO EM CONTABILIDADE, TÉCNICO EM ENFERMAGEM, TÉCNICO EM INFORMÁTICA

QUESTÃO: 13 - MANTIDA alternativa 'D'.

Todos os conceitos e o conteúdo da questão 13 têm como fundamento a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que é referência no tema que foi objeto da referida questão, conforme, inclusive, é citado no enunciado.

O art. I da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), assim dispõe:

“Art. I - Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade”.

Pelo disposto no art. I da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), acima transcrito, as definições ali contidas estão em conformidade literal com aquelas constantes na assertiva I da questão 13, que está perfeitamente correta.

Portanto, mantém-se a alternativa “D” como resposta certa, visto que as assertivas I, II e III estão corretas, segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).

Referência Bibliográfica:

Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) – Site da Nações Unidas no Brasil.

Conteúdo Programático:

Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).

QUESTÃO: 16 - ALTERA GABARITO DE ALTERNATIVA 'B' PARA ALTERNATIVA 'D'.

Todos os conceitos e o conteúdo da questão 16 têm como fundamento a Constituição Federal vigente, que é referência no tema que foi objeto da referida questão, conforme, inclusive é citado no enunciado.

O art. 14 do capítulo IV – Dos Direitos Políticos, da Constituição Federal vigente, que serviu de base para a redação da questão 16, assim dispõe:

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

I - plebiscito;

II - referendo;

III - iniciativa popular.

§ 1º O alistamento eleitoral e o voto são:

I - obrigatórios para os maiores de dezoito anos;

II - facultativos para:

a) os analfabetos;

b) os maiores de setenta anos;

c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

§ 2º Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

§ 3º São condições de elegibilidade, na forma da lei:

I - a nacionalidade brasileira;

II - o pleno exercício dos direitos políticos;

III - o alistamento eleitoral;

IV - o domicílio eleitoral na circunscrição;

V - a filiação partidária; Regulamento

VI - a idade mínima de:

a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;

b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;

c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;

d) dezoito anos para Vereador.

§ 4º São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.

§ 5º O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 16, de 1997).

Conforme as disposições dos incisos I, II e III do caput do art. 14, acima transcritas, as normas contidas naqueles dispositivos legais estão representadas literalmente na 1ª parte da sentença questão 16, e está perfeitamente correta.

Da mesma forma, segundo as disposições dos incisos III e V do § 3º do art. 14, acima transcritas, que as normas contidas naqueles dispositivos legais estão representadas literalmente na 3ª parte da sentença questão 16, e está perfeitamente correta.

Entretanto, de acordo com o disposto nas alíneas “b” e “c” do inciso II, do § 1º do art. 14, acima transcritas, o alistamento eleitoral e o voto são facultativos para: os maiores de setenta anos e os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos. Ocorre que, ao constar que o alistamento eleitoral e o voto são facultativos aos maiores de dezessete e menores de dezoito anos, tornou a segunda parte da sentença, também, correta.

Portanto, a banca com vistas a manter a idoneidade da prova e do processo, acolhe os presentes recursos, alterando o gabarito da alternativa “B” para alternativa “D”, visto que todas as partes da sentença estão corretas, segundo art. 14 da Constituição Federal vigente.

Referência Bibliográfica:

Constituição Federal.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

Conteúdo Programático:

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Título II: Dos Direitos e Garantias Fundamentais; CAPÍTULO I – Dos Direitos e Deveres Individuais Coletivos: art. 5º. Título II: Dos Direitos e Garantias Fundamentais; CAPÍTULO II – Dos Direitos Sociais: art. 6 a 11. Título II: Dos Direitos e Garantias Fundamentais; CAPÍTULO III – Da Nacionalidade: art. 12 a 13. Título II: Dos Direitos e Garantias Fundamentais; CAPÍTULO IV – Dos Direitos Políticos: art. 14 a 16. Título II: Dos Direitos e Garantias

Fundamentais; CAPÍTULO V – Dos Partidos Políticos: art. 17. Título VIII: Da Ordem Social; CAPÍTULO VI – Do Meio Ambiente: art. 225.

QUESTÃO: 18 - MANTIDA alternativa 'B'.

Todos os conceitos e o conteúdo da questão 18 estão baseados no Manual Metodológico - Gestão de Processo, 1ª edição, junho de 2024, que é referência no tema que foi objeto da referida questão.

O Manual Metodológico - Gestão de Processos, 1ª edição, junho de 2024, assim define processo:

“PROCESSO - Consiste num grupo de tarefas interligadas logicamente, que utilizam recursos da organização para gerar resultados. São operações de alta complexidade (atividades e tarefas), distintas e interligadas, visando cumprir um objetivo organizacional específico”.

Pela definição acima transcrita, extraída da bibliografia utilizada na redação da questão 18, as definições ali contidas estão literalmente de acordo com aquelas constantes na alternativa B da referida questão, que está perfeitamente correta.

Nota-se que a definição da alternativa C da questão 18 trata-se da definição constante no referido manual para o subprocesso.

Portanto, improcedente o recurso, ficando mantida a alternativa “B” como resposta certa, segundo Manual Metodológico - Gestão de Processos, 1ª edição, junho de 2024, página 7.

Referência Bibliográfica:

CAXIAS DO SUL. Gabinete do Prefeito. Manual Metodológico - Gestão de Processos. 1ª edição. Junho de 2024.

Conteúdo Programático:

Gestão por processos. CAXIAS DO SUL. Gabinete do Prefeito. Manual Metodológico - Gestão de Processos. 1ª edição. Junho de 2024.

MATÉRIA: DESENVOLVIMENTO URBANO E SUSTENTABILIDADE

CARGO(S): TÉCNICO EM CONTABILIDADE, TÉCNICO EM ENFERMAGEM, TÉCNICO EM INFORMÁTICA

QUESTÃO: 20 - MANTIDA alternativa 'B'.

A questão foi elaborada com base na bibliografia expressamente prevista no edital, qual seja: BRASIL. Fundação Escola Nacional de Administração Pública. Caminhos para a sustentabilidade: ESG e políticas públicas. Brasília: Fundação ENAP, Diretoria de Desenvolvimento Profissional, 2024.

Na referida obra, na página 75, consta o conceito de economia de impacto, reproduzido no enunciado da questão:

“Economia de impacto é uma modalidade econômica caracterizada pelo equilíbrio entre a busca de resultados financeiros e a promoção de soluções para problemas sociais e ambientais, por meio de empreendimentos com impacto socioambiental positivo, que permitam a regeneração, a restauração e a renovação dos recursos naturais e a inclusão de comunidades, e contribuam para um sistema econômico inclusivo, equitativo e regenerativo”.

Assim, embora o conceito também esteja previsto no art. 3º, inciso I, do Decreto Federal nº 11.646/2023, ele consta igualmente na obra indicada no conteúdo programático do edital, que serviu de base para a elaboração da questão. Portanto, o conhecimento exigido estava contemplado na bibliografia prevista para o certame.

Quanto à alegada imprecisão conceitual, observa-se que o enunciado reproduz literalmente a definição de economia de impacto apresentada na bibliografia adotada. O fato de alguns termos presentes na definição também serem utilizados em outros modelos econômicos relacionados à sustentabilidade não torna a questão ambígua, pois o conjunto da definição corresponde exclusivamente ao conceito de economia de impacto apresentado na obra de referência.

As demais alternativas apresentam conceitos distintos. Desenvolvimento sustentável refere-se ao modelo de desenvolvimento que concilia as dimensões econômica, social e ambiental, visando às gerações presentes e futuras. Responsabilidade socioambiental corresponde ao compromisso ético de indivíduos e organizações com práticas sustentáveis. Economia circular concentra-se na manutenção de produtos e materiais em uso, mediante redução, reutilização, reciclagem e recuperação de recursos. Nenhuma dessas definições corresponde ao conceito apresentado no enunciado.

Ademais, a redação do enunciado é objetiva e suficiente para conduzir à identificação do conceito pretendido, inexistindo ambiguidade, duplicidade de respostas ou dificuldade de compreensão que comprometa sua validade.

Apenas a alternativa B – Economia de impacto corresponde ao conceito apresentado no enunciado, não havendo elementos que justifiquem a anulação da questão. Portanto, o gabarito deve ser mantido.

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Fundação Escola Nacional de Administração Pública. Caminhos para a sustentabilidade: ESG e políticas públicas. Brasília: Fundação ENAP, Diretoria de Desenvolvimento Profissional, 2024.

Conteúdo Programático:

BRASIL. Fundação Escola Nacional de Administração Pública. Caminhos para a sustentabilidade: ESG e políticas públicas. Brasília: Fundação ENAP, Diretoria de Desenvolvimento Profissional, 2024.

QUESTÃO: 22 - MANTIDA alternativa 'C'.

A questão foi elaborada com base na Lei nº 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. O enunciado delimita expressamente que a identificação dos instrumentos deve ser realizada “nos termos da Lei nº 6.938/1981”, direcionando de forma clara o candidato ao diploma legal que fundamenta a questão.

Conforme o art. 9º da referida lei, constituem instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, entre outros, o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental, o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras e o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental, correspondentes aos itens I, II e III da questão.

Por sua vez, o item IV apresenta o “Fundo Nacional de Compensação Ambiental Obrigatória”, instrumento que não integra o rol previsto no art. 9º da Lei nº 6.938/1981. Assim, o item está incorreto.

A alegação de que a expressão utilizada faz referência a instituto relacionado à compensação ambiental previsto em outra legislação não altera a resposta da questão. O objetivo da avaliação era verificar o conhecimento dos instrumentos expressamente previstos na Lei nº 6.938/1981, não sendo necessário analisar institutos disciplinados por outros diplomas legais. A existência de normas ambientais que tratem de temas semelhantes não torna correta uma assertiva incompatível com a legislação indicada no enunciado.

Não há, portanto, ambiguidade, imprecisão ou prejuízo à objetividade da questão. Apenas os itens I, II e III correspondem aos instrumentos previstos na Lei nº 6.938/1981, razão pela qual a alternativa correta é a letra C.

Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

Conteúdo Programático:

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

QUESTÃO: 24 - MANTIDA alternativa 'B'.

A questão foi elaborada com base na Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. O enunciado reproduz a definição constante no art. 3º, inciso XII, da referida lei, segundo o qual logística reversa é o “instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada”.

As demais alternativas apresentam definições distintas, igualmente previstas no art. 3º da Lei nº 12.305/2010. Gestão integrada de resíduos sólidos, coleta seletiva e reciclagem possuem conceitos próprios e diversos daquele descrito no enunciado, não sendo compatíveis com a definição apresentada.

Dessa forma, o enunciado conduz objetivamente à identificação da logística reversa, inexistindo ambiguidade, duplicidade de respostas ou qualquer elemento que comprometa a validade da questão.

Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

Conteúdo Programático:

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

MATÉRIA: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGO(S): TÉCNICO EM CONTABILIDADE

QUESTÃO: 26 - MANTIDA alternativa 'B'.

Alternativa A – Incorreta. O art. 14, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021 estabelece que não poderá participar da licitação a pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou contratação irregular de adolescentes. O prazo legal é de cinco anos, e não de dois.

Alternativa B – Correta. Está em perfeita consonância com o art. 14, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, segundo o qual, a critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa responsável por sua elaboração podem participar do apoio às atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que atuem sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade contratante.

Alternativa C – Incorreta. Contraria o art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, que prevê impedimento não apenas em razão de parentesco, mas também quando houver vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na licitação, fiscalização ou gestão do contrato. Além disso, o parentesco alcança linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, e não apenas parentes em linha reta até o segundo grau.

Alternativa D – Incorreta. Viola o disposto no art. 14, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, segundo o qual empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, estão impedidas de concorrer entre si, independentemente de integrarem consórcios distintos ou alegarem autonomia administrativa e financeira. A vedação busca preservar a competitividade e evitar simulação de concorrência.

Logo, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

Lei 14.133/2021

Conteúdo Programático:

Licitações e contratos administrativos conforme: princípios, modalidades, fases, elaboração de termos de referência e fiscalização contratual.

QUESTÃO: 28 - MANTIDA alternativa 'B'.

Assertiva I – Correta. Encontra respaldo nos §§ 2º e 3º do art. 46 da Lei nº 14.133/2021. Na contratação integrada, a Administração é dispensada da elaboração do projeto básico, devendo elaborar o anteprojeto. Após a contratação, compete ao contratado elaborar o projeto básico, submetendo-o à aprovação da Administração quanto à sua adequação aos parâmetros do edital e às normas técnicas, permanecendo com o contratado a responsabilidade integral pelos riscos associados ao projeto.

Assertiva II – Correta. Está de acordo com o § 5º do art. 46 da Lei nº 14.133/2021, segundo o qual, na contratação semi-integrada, o projeto básico poderá ser alterado mediante prévia autorização da Administração, desde que fique demonstrada a superioridade técnica das inovações propostas pelo contratado, seja pela redução de custos, aumento da qualidade, redução do prazo de execução ou facilidade de manutenção ou operação. Nessa hipótese, o contratado assume integralmente os riscos decorrentes da alteração.

Assertiva III – Incorreta. Contraria expressamente o § 9º do art. 46 da Lei nº 14.133/2021. Os regimes de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação por tarefa, contratação integrada e contratação semi-integrada devem ser licitados por preço global, adotando sistemática de medição e pagamento vinculada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro e ao cumprimento de metas de resultado. A norma veda justamente a remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários.

Logo, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

Lei 14.133/2021

Conteúdo Programático:

Licitações e contratos administrativos conforme: princípios, modalidades, fases, elaboração de termos de referência e fiscalização contratual.

QUESTÃO: 29 - MANTIDA alternativa 'A'.

A assertiva A contraria o art. 14-A, § 2º, da Lei Complementar nº 101/2000, que veda a prorrogação de benefícios tributários cujas metas de resultados não tenham sido atingidas ou cuja avaliação de resultados não tenha sido realizada. A simples fixação de novas metas não afasta essa vedação legal.

Logo, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

Lei Complementar nº 101, de 04 de março de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Conteúdo Programático:

Lei Complementar nº 101, de 04 de março de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

QUESTÃO: 30 - MANTIDA alternativa 'D'.

Alternativa A – Incorreta.

O art. 5º, § 3º, da LC nº 214/2025 apresenta diversas hipóteses exemplificativas de enquadramento, abrangendo não apenas as entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas (inciso III), mas também controlador e controladas (inciso I), coligadas (inciso II), entidades sob controle comum (inciso V), entre outras situações. Logo, a assertiva restringe indevidamente o alcance da norma.

Alternativa B – Incorreta. A assertiva altera o percentual previsto em lei. Nos termos do art. 5º, § 3º, inciso V, a hipótese ocorre quando o mesmo sócio, acionista ou titular detiver 20% ou mais do capital social de cada entidade, e não 25%. O controle comum, por sua vez, constitui fundamento autônomo para o enquadramento.

Alternativa C – Incorreta. O art. 5º, § 3º, inciso VII, considera abrangida a relação entre a entidade e a pessoa física que seja cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, até o terceiro grau, de conselheiro, diretor ou controlador da entidade. Além disso, a lei não exige participação societária direta dessa pessoa física para a incidência da regra.

Alternativa D – Correta. Reproduz fielmente o conceito estabelecido no art. 5º, § 2º, da LC nº 214/2025, segundo o qual basta que uma das partes esteja sujeita à influência, direta ou indireta, exercida por outra, capaz de levar ao estabelecimento de termos e condições distintos daqueles que seriam praticados entre partes não relacionadas em transações comparáveis.

Logo, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025. Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o e o Imposto Seletivo (IS); cria o Comitê Gestor do IBS e altera a legislação tributária BRASIL.

Conteúdo Programático:

Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025. Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o e o Imposto Seletivo (IS); cria o Comitê Gestor do IBS e altera a legislação tributária BRASIL.

QUESTÃO: 32 - MANTIDA alternativa 'B'.

Alternativa A – Incorreta. Contraria o item 3.6.2 do MCASP. Apesar de o imposto ser de competência da União, os recursos pertencem aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos dos arts. 157, I, e 158, I, da Constituição Federal, não constituindo receita de transferência, mas receita tributária.

Alternativa B – Correta. Está de acordo com o item 3.6.2 do MCASP. Embora o imposto seja de competência da União, os valores retidos sobre pagamentos efetuados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como por suas autarquias e fundações, pertencem diretamente a esses entes e devem ser registrados como receita tributária, utilizando a natureza de receita 1.1.1.3.03.1.0 – Imposto sobre a Renda – Retido na Fonte – Trabalho, sem reconhecimento de receita de transferência.

Alternativa C – Incorreta. A natureza do ingresso não é patrimonial. Conforme o item 3.6.2 do MCASP, o registro deve ocorrer como receita tributária, refletindo a disciplina constitucional e contábil aplicável.

Alternativa D – Incorreta. O item 3.6.2 do MCASP esclarece que os recursos permanecem diretamente com o ente arrecadador, não havendo trânsito financeiro pela União. Por isso, inexistente repasse que condicione o reconhecimento contábil do ingresso.

Logo, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

MCASP 11ª edição. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Conteúdo Programático:

MCASP 11ª edição. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

QUESTÃO: 33 - MANTIDA alternativa 'C'.

Alternativa A – Incorreta. Contraria o item 13.1 – Definições do MCASP. O valor recuperável corresponde ao maior montante entre o valor justo líquido de despesas de venda e o valor em uso, e não ao menor.

Alternativa B – Incorreta. Diverge do conceito de despesas de venda constante do item 13.1 – Definições do MCASP. Essas despesas compreendem apenas os gastos incrementais diretamente atribuíveis à venda do ativo, excluídas as despesas financeiras e os tributos sobre a renda.

Alternativa C – Correta. Reproduz corretamente a definição constante do item 13.1 – Definições do MCASP. Para ativo gerador de caixa, o valor em uso corresponde ao valor presente da estimativa dos fluxos de caixa futuros esperados do uso contínuo do ativo e de sua alienação ao final de sua vida útil.

Alternativa D – Incorreta. Contraria a definição de unidade geradora de caixa prevista no item 13.1 – Definições do MCASP. Trata-se do menor grupo identificável de ativos que produz entradas de caixa pelo uso contínuo, as quais sejam, em grande parte, independentes das entradas de caixa provenientes de outros ativos ou grupos de ativos.

Logo, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

MCASP 11ª edição. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Conteúdo Programático:

MCASP 11ª edição. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

QUESTÃO: 35 - MANTIDA alternativa 'D'.

Conforme estabelece o Manual de Demonstrativos Fiscais 15ª edição, p. 297:

Os Restos a Pagar constituem compromissos financeiros exigíveis que compõem a dívida flutuante e podem ser caracterizados como as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro de cada exercício financeiro.

Logo, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

MDF 15ª edição. Manual de Demonstrativos Fiscais.

Conteúdo Programático:

MDF 15ª edição. Manual de Demonstrativos Fiscais.

QUESTÃO: 37 - MANTIDA alternativa 'C'.

Conforme o artigo 202 do Código Tributário Municipal:

Apurada a existência de discussão na esfera judicial com as mesmas partes, causa de pedir e pedido, o processo administrativo será declarado extinto sem apreciação de mérito.

Logo, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

Lei Complementar nº 701, de 30 de setembro de 2022. Institui o Código Tributário do Município.

Conteúdo Programático:

Lei Complementar nº 701, de 30 de setembro de 2022. Institui o Código Tributário do Município.

QUESTÃO: 38 - MANTIDA alternativa 'B'.

Segundo o art. 30, §3º do Decreto Municipal nº 20.227/2019:

§ 3º Em todas as reuniões de negociação do acordo de leniência, haverá registro dos temas tratados, em duas vias, assinado pelos presentes, o qual será mantido em sigilo, devendo uma das vias ser entregue ao representante da pessoa jurídica.

Logo, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

Decreto nº 20.227, de 28 de maio de 2019. Regulamenta, no âmbito do Poder Executivo a Lei Federal 12.846, de 1º de agosto de 2013, a responsabilização administrativa e civil das pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública.

Conteúdo Programático:

Decreto nº 20.227, de 28 de maio de 2019. Regulamenta, no âmbito do Poder Executivo a Lei Federal 12.846, de 1º de agosto de 2013, a responsabilização administrativa e civil das pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública.

QUESTÃO: 39 - MANTIDA alternativa 'D'.

Conforme o artigo 62 do Decreto Municipal nº 22.320/2022:

O sujeito passivo, cuja base de cálculo é a receita bruta, fica obrigado a manter, em cada um de seus estabelecimentos obrigados à inscrição, os seguintes documentos fiscais:

I - registros comprobatórios de transmissão da Declaração Mensal de Serviços, ou da Declaração Mensal de Serviços Tomados eletrônica, conforme o contribuinte esteja sujeito, e nos moldes da legislação própria de cada declaração referida;

II - Notas Fiscais de Serviços, a serem emitidas sempre que os serviços forem prestados;

III - Autorização para Impressão de Documentos Fiscais (AIDOF), destinados aos estabelecimentos gráficos e estabelecimentos de usuários para o registro de documentos e serem impressos mediante aprovação do órgão Municipal competente.

Logo, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

Decreto nº 22.320, de 8 de dezembro de 2022.

<https://leismunicipais.com.br/a/rs/c/caxias-do-sul/decreto/2022/2232/22320/decreto-n-22320-2022-regulamenta-a-lei-complementar-n-701-de-30-de-setembro-de-2022-que-instituiu-o-codigo-tributario-do-municipio>

Conteúdo Programático:

Decreto nº 22.320, de 8 de dezembro de 2022.

QUESTÃO: 40 - MANTIDA alternativa 'A'.

Conforme prevê expressamente o art. 186 do Decreto Municipal nº 22.320/2022: “Da decisão de primeira instância não cabe pedido de reconsideração”.

Logo, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

Decreto nº 22.320, de 8 de dezembro de 2022.

<https://leismunicipais.com.br/a/rs/c/caxias-do-sul/decreto/2022/2232/22320/decreto-n-22320-2022-regulamenta-a-lei-complementar-n-701-de-30-de-setembro-de-2022-que-instituiu-o-codigo-tributario-do-municipio>

Conteúdo Programático:

Decreto nº 22.320, de 8 de dezembro de 2022.

CARGO(S): TÉCNICO EM ENFERMAGEM

QUESTÃO: 25 - MANTIDA alternativa 'B'.

A questão apresenta uma situação hipotética centrada exclusivamente na atuação institucional da Vigilância Sanitária estadual, ao descrever que o órgão realizou inspeções hospitalares durante o ano, porém deixou de implantar mecanismos permanentes para acompanhamento dos Núcleos de Segurança do Paciente (NSP). Assim, o objeto de avaliação não recai sobre a execução das práticas assistenciais pelos serviços de saúde, tampouco sobre a adesão das equipes às ações de segurança do paciente, mas sobre a capacidade organizacional, de governança e de monitoramento contínuo do próprio órgão integrante do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS).

Nesse contexto, o emprego do advérbio “prioritariamente” possui função delimitadora e orienta à identificação do impacto direto, imediato e primário decorrente da omissão descrita, afastando a análise de consequências indiretas ou mediatas. A falha narrada consiste na ausência de mecanismos permanentes de acompanhamento por parte da Vigilância Sanitária, circunstância que evidencia deficiência na estruturação das ações de monitoramento, supervisão e governança do próprio sistema regulador. Trata-se, portanto, de comprometimento diretamente relacionado ao Objetivo Específico de fortalecimento do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, previsto no Plano Integrado para a Gestão Sanitária da Segurança do Paciente em Serviços de Saúde (2026–2030).

Embora seja possível reconhecer que a inexistência de acompanhamento sistemático dos NSP possa, em momento posterior, repercutir sobre a adesão às práticas e à cultura de segurança do paciente nos serviços de saúde, tal repercussão constitui consequência indireta da deficiência institucional inicialmente descrita. A adesão às práticas de segurança representa um objetivo finalístico voltado à assistência prestada pelos serviços de saúde, enquanto o fortalecimento do SNVS corresponde ao instrumento institucional destinado a viabilizar, induzir e sustentar a implementação dessas práticas.

Sob a perspectiva lógica, regulatória e cronológica adotada pelo Plano Integrado, existe relação de precedência entre esses objetivos: o fortalecimento da capacidade institucional da Vigilância Sanitária constitui pressuposto para que o Estado exerça adequadamente suas funções de acompanhamento, indução, fiscalização e melhoria contínua, favorecendo, como consequência, a consolidação da cultura de segurança e da adesão às boas práticas assistenciais. Em outras palavras, a omissão atribuída ao órgão regulador compromete, em primeiro plano, a estrutura de governança do SNVS; somente em um segundo momento essa deficiência pode refletir na implementação das práticas de segurança pelos serviços de saúde.

Dessa forma, a alternativa A descreve eventual consequência mediata da situação apresentada, enquanto a alternativa B corresponde ao objetivo imediatamente e prioritariamente afetado pela conduta narrada no enunciado. Não há, portanto, duplicidade de respostas corretas nem ambiguidade capaz de comprometer a objetividade da questão. Dessa forma, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Plano Integrado para a Gestão Sanitária da Segurança do Paciente em Serviços de Saúde 2026–2030. Brasília: ANVISA, 2026.

Conteúdo Programático:

Plano Integrado para a Gestão Sanitária da Segurança do Paciente em Serviços de Saúde 2026–2030. Brasília: ANVISA, 2026. BRASIL. Ministério da Saúde.

QUESTÃO: 27 - MANTIDA alternativa 'C'.

O enunciado deve ser interpretado em sua integralidade, descrevendo uma resposta institucional na qual o hospital limitou-se à advertência formal do profissional, deixando de investigar fatores organizacionais expressamente identificados, como falhas na prescrição eletrônica, interrupções durante o preparo do medicamento e inadequação do dimensionamento da equipe.

Segundo os princípios da cultura de segurança do paciente, descritos no Manual da REBRAENSP (2013), na RDC ANVISA nº 36/2013, na Portaria GM/MS nº 529/2013 e nos documentos da Organização Mundial da Saúde, os incidentes devem ser analisados sob perspectiva sistêmica, mediante identificação dos fatores contribuintes, de modo a favorecer o aprendizado organizacional e a prevenção de recorrências. A responsabilização individual, quando cabível, não substitui a investigação das falhas do sistema nem pode constituir resposta institucional exclusiva ao incidente.

A alternativa C não afirma que advertências disciplinares sejam sempre inadequadas ou proibidas. Limita-se a reconhecer que, na situação descrita, houve priorização da culpabilização individual em detrimento da análise sistêmica, exatamente o oposto do modelo preconizado pela cultura de segurança do paciente.

As alternativas A, B e D contrariam os referenciais técnicos ao admitirem, respectivamente, que a responsabilização individual possa ocorrer sem investigação sistêmica, que a investigação dos fatores contribuintes seja necessária apenas em casos de dano grave ou que simples treinamento posterior seja suficiente para tornar adequada a conduta institucional. Nenhuma dessas hipóteses encontra respaldo nos documentos oficiais.

Dessa forma, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

Rede Brasileira de Enfermagem e Segurança do Paciente Estratégias para a segurança do paciente: manual para profissionais da saúde / Rede Brasileira de Enfermagem e Segurança do Paciente. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013.

Conteúdo Programático:

Estratégias para a segurança do paciente: manual para profissionais da saúde. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013. Brasil. Ministério da Saúde.

QUESTÃO: 28 - MANTIDA alternativa 'A'.

O enunciado delimitou expressamente a fonte normativa utilizada para elaboração da questão ao estabelecer que a resposta deveria ser assinalada “de acordo com o Anexo 1 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 4/2017”. Assim, a interpretação da questão deve observar exatamente o documento indicado, não sendo cabível a substituição da referência expressamente prevista no enunciado por listas posteriores ou por eventuais atualizações normativas.

Também não procede a alegação de que a expressão “peste” seria genérica ou imprecisa. O Anexo 1 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 4/2017 utiliza exatamente a denominação “peste” na Lista Nacional de Notificação Compulsória, inexistindo distinção ou subclassificação para fins da resposta exigida pela questão. Quanto aos recursos que sustentam a correção da alternativa D, verifica-se que esta relaciona doenças que não constituem, exclusivamente, agravos de notificação compulsória imediata em até 24 horas, motivo pelo qual não atende ao comando do enunciado, que exige alternativa composta apenas por doenças ou eventos de notificação imediata.

A alternativa A, por sua vez, reproduz exclusivamente agravos classificados no Anexo 1 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 4/2017 como de notificação compulsória imediata, razão pela qual permanece como única resposta compatível com a referência normativa expressamente indicada.

Dessa forma, a questão apresenta comando claro, referência legal expressamente delimitada e apenas uma alternativa correta, inexistindo erro material, ambiguidade ou vício capaz de justificar a alteração do gabarito ou a anulação da questão. Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

Portaria de Consolidação GM/MS nº 4/2017, Anexo 1.

Conteúdo Programático:

Portaria de Consolidação GM/MS nº 4/2017, Anexo 1. Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica e Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública – Anexo V (art. 1º ao art. 21) e Anexo 1 do Anexo V. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. BRASIL.

QUESTÃO: 29 - MANTIDA alternativa 'A'.

A questão foi elaborada com base nas normas vigentes do Programa Nacional de Imunizações (PNI) e solicita a identificação da alternativa que apresenta somente vacinas administradas por via intramuscular, considerando a técnica de administração rotineiramente preconizada pelo Calendário Nacional de Vacinação. A alternativa A contempla exclusivamente imunobiológicos cuja via de administração indicada pelo PNI é a via intramuscular:

Também não procede a alegação de que a vacina Hepatite B poderia ser administrada por via subcutânea em situações especiais, tornando a questão ambígua. Os manuais do Ministério da Saúde efetivamente admitem exceções clínicas para indivíduos com distúrbios graves da coagulação, visando reduzir o risco de hematomas. Todavia, tais situações constituem exceções assistenciais específicas e não alteram a via de administração padronizada da vacina no Programa Nacional de Imunizações, que permanece sendo a via intramuscular.

Em questões objetivas, a interpretação deve observar a regra geral prevista nos protocolos oficiais, e não situações excepcionais que sequer foram mencionadas no enunciado. Admitir interpretação baseada em exceções clínicas isoladas conduziria à inviabilização de inúmeras questões relativas a imunização e técnicas de administração de medicamentos.

Dessa forma, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento do Programa Nacional de Imunizações. Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente, Departamento do Programa Nacional de Imunizações. – 2.ed. rev. – Brasília: Ministério da Saúde, 2024.

Conteúdo Programático:

Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação. 2. ed. revisada. Brasília: Ministério da Saúde, 2024. BRASIL.

QUESTÃO: 30 - MANTIDA alternativa 'A'.

O enunciado aborda características básicas dos imunobiológicos utilizados no Programa Nacional de Imunizações (PNI), relacionando vacinas amplamente empregadas na rotina dos serviços de vacinação às respectivas tecnologias de produção ou características biológicas. Trata-se de conhecimento diretamente relacionado à prática em imunização, uma vez que a composição dos imunobiológicos influencia suas indicações, contraindicações, conservação, administração, imunogenicidade e demais cuidados técnicos inerentes à atuação da equipe de enfermagem.

A identificação de que a vacina BCG é constituída por *Mycobacterium bovis* atenuado, de que a vacina poliomielite inativada (VIP) é produzida com vírus inativados, de que a vacina poliomielite oral (VOP) contém vírus vivos atenuados e de que a vacina HPV utilizada no PNI é recombinante quadrivalente constitui conteúdo clássico e amplamente difundido nos manuais oficiais do Ministério da Saúde, não representando conhecimento relacionado ao desenvolvimento industrial ou à biotecnologia avançada dos imunobiológicos.

Ressalte-se que o Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação, o Calendário Nacional de Vacinação e demais publicações oficiais do Programa Nacional de Imunizações descrevem as características dos imunobiológicos administrados nos serviços de saúde, sendo tais informações indispensáveis para sua correta indicação, administração e identificação de contraindicações. Assim, o conhecimento exigido limita-se às propriedades fundamentais das vacinas utilizadas na rotina assistencial, compatíveis com a formação e as atribuições do Técnico em Enfermagem.

Dessa forma, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento do Programa Nacional de Imunizações. Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente, Departamento do Programa Nacional de Imunizações. – 2.ed. rev. – Brasília: Ministério da Saúde, 2024. 294 p.: il.

Conteúdo Programático:

Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação. 2. ed. revisada. Brasília: Ministério da Saúde, 2024. BRASIL.

QUESTÃO: 31 - MANTIDA alternativa 'C'.

A questão solicita a identificação do evento adverso predominante com base no conjunto de sinais clínicos apresentados. O quadro descrito – dor intensa no local da punção, edema, ausência de refluxo sanguíneo e interrupção espontânea do gotejamento, sem manifestações sistêmicas – é compatível com extravasamento ou infiltração, conforme os Infusion Therapy Standards of Practice da Infusion Nurses Society (INS).

Embora dor e eritema também possam estar presentes na flebite, esses achados não são exclusivos dessa complicação. A perda da permeabilidade do cateter, evidenciada pela ausência de refluxo sanguíneo associada à interrupção da infusão e ao edema pericater, direciona o diagnóstico para infiltração/extravasamento.

Além disso, a alternativa correta utiliza a expressão “extravasamento ou infiltração”, justamente porque a diferenciação entre ambos depende da natureza da solução infundida (vesicante ou não vesicante), informação que não é necessária para responder ao enunciado.

Assim, a questão apresenta resposta única, compatível com a literatura técnica, inexistindo ambiguidade que justifique sua anulação. Dessa forma, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

Potter PA, Perry AG, Stockert PA, Hall AM. Fundamentos de Enfermagem. 11. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2024.

Infusion Nurses Society (INS). Infusion Therapy Standards of Practice. 8th ed. Journal of Infusion Nursing, 2024.

Conteúdo Programático:

Assistência de enfermagem: rotinas, cuidados, técnicas e procedimentos em serviços básicos de saúde, bem como em clínica-cirúrgica, urgência e emergência e ao paciente crítico.

QUESTÃO: 32 - MANTIDA alternativa 'B'.

A questão foi elaborada com fundamento no Manual da Rede de Frio do Programa Nacional de Imunizações (PNI) e apresenta apenas uma alternativa compatível com os conceitos técnicos adotados pelo Ministério da Saúde.

A assertiva I está incorreta. O Manual define a Rede de Frio como um sistema integrado, constituído por infraestrutura física, equipamentos, recursos humanos, processos administrativos, planejamento, transporte, controle de qualidade e demais procedimentos destinados à conservação dos imunobiológicos. Assim, a afirmação de que a Rede de Frio é formada principalmente por equipamentos de refrigeração destinados ao armazenamento dos imunobiológicos reduz inadequadamente o conceito oficial, conferindo protagonismo a apenas um de seus componentes estruturais.

A utilização do termo “principalmente” não torna a assertiva correta. Embora os equipamentos de refrigeração sejam indispensáveis à Rede de Frio, eles não constituem seu elemento principal ou definidor, uma vez que o próprio conceito oficial caracteriza a Rede de Frio como um sistema integrado de componentes interdependentes. A definição constante do Manual não estabelece qualquer hierarquia entre esses elementos, razão pela qual a assertiva restringe indevidamente o conceito técnico.

A assertiva II está correta. A Cadeia de Frio corresponde ao processo logístico destinado à conservação dos imunobiológicos desde o laboratório produtor até a administração ao usuário, envolvendo etapas de armazenamento, conservação, transporte, distribuição e manuseio. A referência à produção não significa que o ato produtivo seja, em si, um procedimento logístico, mas apenas indica que a Cadeia de Frio acompanha o imunobiológico desde sua origem no laboratório produtor, reproduzindo o conceito adotado pelo Manual do PNI. A redação sintetiza adequadamente o fluxo operacional da Cadeia de Frio, sem modificar seu significado técnico.

A assertiva III também está correta, pois a Rede de Frio contempla infraestrutura física, equipamentos, processos administrativos, planejamento das ações, controle de qualidade e demais componentes necessários para assegurar a conservação dos imunobiológicos em todas as etapas da rede.

A assertiva IV está incorreta. Conforme estabelece o Manual da Rede de Frio do Programa Nacional de Imunizações, a Cadeia de Frio inicia-se no laboratório produtor, acompanhando os imunobiológicos desde

sua fabricação até sua administração ao usuário. Portanto, não se inicia quando os imunobiológicos chegam às Centrais Estaduais, ainda que estas representem importante etapa da distribuição nacional.

Por fim, apenas as assertivas II e III estão corretas. Mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

Manual da Rede de Frio do PNI, 6ª edição, 2025.

Conteúdo Programático:

Manual de Rede de Frio do Programa Nacional de Imunizações (PNI). Brasília: Ministério da Saúde, 2025.

QUESTÃO: 33 - MANTIDA alternativa 'A'.

O enunciado não exige diagnóstico médico, tampouco tomada de decisão terapêutica, limitando-se à identificação do principal mecanismo anatomofisiológico responsável pelos achados clínicos apresentados.

A alternativa A é a única compatível com a fisiopatologia da DPOC com predomínio de enfisema pulmonar. A destruição das fibras elásticas do parênquima pulmonar reduz o recolhimento elástico, aumenta a complacência pulmonar e promove hiperinsuflação, resultando em aumento do diâmetro ântero-posterior do tórax (tórax em tonel), redução da excursão diafragmática e utilização da musculatura acessória da respiração.

As demais alternativas descrevem mecanismos fisiopatológicos incompatíveis com o quadro apresentado:

B) redução da complacência pulmonar e colapamento alveolar difuso são característicos de doenças restritivas, como síndrome do desconforto respiratório agudo e fibrose pulmonar, e não do enfisema. C) não ocorre hipertrofia diafragmática como mecanismo fisiopatológico da DPOC; ao contrário, a hiperinsuflação promove retificação e desvantagem mecânica do diafragma. D) não há aumento da produção de surfactante como mecanismo responsável pelos achados clínicos descritos. Também não procede a alegação de que a questão exigiria competência privativa do enfermeiro ou do médico. Identificar a correlação entre alterações anatomofisiológicas e manifestações clínicas constitui conhecimento teórico previsto na formação dos profissionais de saúde e não se confunde com a realização de diagnóstico médico ou com atribuições privativas previstas na Lei nº 7.498/1986.

Por fim, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

HALL, J. E.; HALL, M. E. Guyton e Hall – Tratado de Fisiologia Médica. 14. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.

Conteúdo Programático:

Noções de anatomia e fisiologia humana: alterações anatômicas e sinais vitais.

QUESTÃO: 34 - MANTIDA alternativa 'D'.

A questão aborda mecanismos fisiológicos básicos relacionados à regulação dos sinais vitais, conteúdo expressamente compatível com o programa previsto no edital, que contempla noções de anatomia e fisiologia humana, incluindo sinais vitais. Embora a alternativa mencione estruturas fisiológicas como barorreceptores, hipotálamo e mecanismos autonômicos, tais conceitos constituem fundamentos clássicos da fisiologia humana e são indispensáveis à compreensão dos processos envolvidos na aferição e interpretação dos sinais vitais, integrando a formação técnica em enfermagem e sendo amplamente abordados na bibliografia básica da área. Também não procede a alegação de imprecisão técnica da alternativa apontada como incorreta.

A alternativa D afirma que, “em condições fisiológicas normais, a frequência respiratória é regulada principalmente pela pressão parcial de oxigênio”. Tal assertiva é incompatível com a fisiologia respiratória clássica. Em indivíduos saudáveis, o principal estímulo para o controle da ventilação é representado pelas alterações da pressão parcial de dióxido de carbono (PaCO_2), detectadas predominantemente pelos quimiorreceptores centrais por meio das alterações do pH do líquido cefalorraquidiano. A pressão parcial de oxigênio (PaO_2) exerce participação secundária no controle ventilatório em condições fisiológicas habituais, tornando-se estímulo relevante apenas quando ocorre hipoxemia significativa, geralmente com valores inferiores a aproximadamente 60 mmHg, situação que não corresponde às condições fisiológicas normais mencionadas no enunciado.

Desse modo, a utilização do advérbio “principalmente” não torna a alternativa ambígua nem tecnicamente imprecisa. Ao contrário, permite distinguir corretamente o principal mecanismo regulador da ventilação em indivíduos hígidos daquele que passa a predominar em condições de hipóxia importante. Embora a ventilação resulte da integração de múltiplos estímulos, a literatura fisiológica é unânime ao reconhecer que, em condições fisiológicas normais, a PaCO_2 constitui o principal determinante da frequência e da intensidade da ventilação, enquanto a PaO_2 possui papel secundário.

As demais alternativas encontram-se em plena consonância com os conhecimentos consolidados da fisiologia humana: os barorreceptores do seio carotídeo e do arco aórtico participam da regulação rápida da pressão

arterial; o hipotálamo constitui o principal centro integrador da termorregulação; e as alterações da pressão arterial desencadeiam respostas autonômicas mediadas pelos sistemas nervosos simpático e parassimpático. Dessa forma, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

Noções de anatomia e fisiologia humana: alterações anatômicas e sinais vitais.

Conteúdo Programático:

HALL, J. E.; HALL, M. E. Guyton e Hall – Tratado de Fisiologia Médica. 14. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.

SMELTZER, S. C.; BARE, B. G. Brunner e Suddarth – Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica. 15. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2023.

QUESTÃO: 35 - MANTIDA alternativa 'B'.

A questão apresenta comando objetivo e exige exclusivamente a realização de cálculo farmacológico para determinação da velocidade de infusão correspondente à prescrição médica, utilizando informações expressamente fornecidas no enunciado.

A resolução da questão consiste apenas na aplicação de operações matemáticas sucessivas, sem exigir conhecimentos especializados.

Aplicando-se os dados fornecidos:

Dose prescrita: 7,5 mcg/kg/min; Peso: 84 kg; Dose por minuto:

$$7,5 \times 84 = 630 \text{ mcg/min}$$

Dose por hora:

$$630 \times 60 = 37.800 \text{ mcg/h}$$

Conversão:

$$37.800 \text{ mcg} = 37,8 \text{ mg/h}$$

Como a solução apresenta concentração de 250 mg em 250 mL, corresponde a 1 mg/mL.

Assim, a velocidade de infusão será:

$$37,8 \text{ mg/h} = 37,8 \text{ mL/h,}$$

correspondendo exatamente à alternativa B.

Não procede a alegação de que a questão extrapola as atribuições do Técnico em Enfermagem. A legislação profissional estabelece que o técnico exerce atividades de enfermagem sob supervisão do enfermeiro, incluindo preparo e administração de medicamentos. Para a execução segura dessas atividades, é indispensável que o profissional possua conhecimentos de cálculo de medicamentos, inclusive quando prescritos em função do peso corporal e do tempo de infusão.

A circunstância de a dobutamina ser medicamento potencialmente perigoso ou frequentemente utilizada em unidades de terapia intensiva não altera a natureza do conhecimento cobrado. A questão não solicita decisão terapêutica, indicação clínica, ajuste da dose ou programação autônoma de bomba de infusão, limitando-se ao cálculo matemático da velocidade correspondente à prescrição médica já estabelecida.

Também não merece acolhimento a alegação de que o cálculo seria atribuição exclusiva do enfermeiro ou do médico. A questão não versa sobre competência profissional, mas sobre conhecimento técnico necessário para a execução segura da terapêutica medicamentosa ou melhor sobre a competência de saber realizar cálculo referente a medicação.

Por fim, a complexidade da questão não constitui fundamento para sua anulação. O fato de envolver mais de uma etapa de cálculo não caracteriza extrapolação do conteúdo programático, especialmente porque todas as operações decorrem diretamente dos conhecimentos previstos no edital relativos ao cálculo e à administração de medicamentos.

Dessa forma, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

BRUNTON LL et al. Goodman e Gilman: As Bases Farmacológicas da Terapêutica. 14. ed. McGraw-Hill, 2025.

Conteúdo Programático:

Farmacologia aplicada à enfermagem: conhecimentos relacionados ao preparo, cálculo, diluição, conservação e administração segura de medicamentos e soluções pelas diferentes vias, abrangendo princípios de farmacocinética e farmacodinâmica, bem como práticas de segurança do paciente, prevenção de erros de medicação, identificação segura do paciente e observância dos protocolos assistenciais e da legislação vigente.

QUESTÃO: 36 - MANTIDA alternativa 'B'.

A questão apresenta enunciado claro, objetivo e contém todos os dados necessários para a resolução do cálculo proposto. O problema informa que um frasco contendo 1 g (1.000 mg) de pó liofilizado, após

reconstituição com 10 mL de diluente, resulta em volume final de 10,8 mL, sendo solicitado ao candidato identificar a concentração final da solução em mg/mL.

A concentração é obtida pela relação entre a quantidade de fármaco presente na solução e o volume final obtido após a reconstituição, conforme a expressão:

Concentração = Massa ÷ Volume final

Substituindo-se os valores fornecidos pelo enunciado:

$1.000 \text{ mg} \div 10,8 \text{ mL} = 92,592592\dots$

O resultado corresponde a 92,6 mg/mL, quando expresso com uma casa decimal, exatamente como apresentado na alternativa B, gabarito oficial da questão.

Não procede a alegação de que a ausência de comando específico para arredondamento comprometeria a objetividade da questão. O resultado da operação corresponde a uma dízima periódica, inexistindo representação decimal finita. Em situações dessa natureza, é procedimento matemático universalmente aceito expressar o resultado por aproximação compatível com o número de casas decimais apresentado nas alternativas. Como o conjunto de respostas é composto por valores com uma casa decimal, o arredondamento constitui procedimento natural e suficiente para a identificação da única alternativa correta.

Também não há dupla interpretação. O enunciado informa expressamente o volume final da solução (10,8 mL), eliminando qualquer dúvida quanto ao parâmetro a ser utilizado no cálculo da concentração. Dessa forma, não há fundamento para utilizar apenas o volume do diluente, tampouco para adotar outro critério de cálculo.

Por fim, a alegação de que existiriam duas alternativas corretas não encontra respaldo na questão, uma vez que apenas a alternativa B (92,6 mg/mL) corresponde ao resultado obtido a partir dos dados fornecidos no enunciado. A inexistência de alternativa contendo maior número de casas decimais não invalida a questão, pois a aproximação para uma casa decimal decorre da própria forma de apresentação das respostas.

Dessa forma, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

BRUNTON LL et al. Goodman e Gilman: As Bases Farmacológicas da Terapêutica. 14. ed. McGraw-Hill, 2025.

Conteúdo Programático:

Farmacologia aplicada à enfermagem: conhecimentos relacionados ao preparo, cálculo, diluição, conservação e administração segura de medicamentos e soluções pelas diferentes vias, abrangendo princípios de farmacocinética e farmacodinâmica, bem como práticas de segurança do paciente, prevenção de erros de medicação, identificação segura do paciente e observância dos protocolos assistenciais e da legislação vigente.

QUESTÃO: 37 - MANTIDA alternativa 'C'.

A questão solicita a identificação da alternativa INCORRETA acerca da resistência aos antimicrobianos. A alternativa C afirma que “Toda bactéria resistente apresenta maior capacidade de causar doença que bactérias sensíveis”, sendo essa assertiva incorreta.

Resistência aos antimicrobianos e virulência são características biológicas distintas e independentes. A resistência refere-se à capacidade do microrganismo de sobreviver à ação de antimicrobianos, enquanto a capacidade de causar doença depende de fatores de virulência, interação com o hospedeiro e contexto clínico. Não existe relação obrigatória entre resistência e maior virulência, sendo possível encontrar bactérias altamente resistentes com virulência reduzida, assim como bactérias sensíveis altamente virulentas.

Embora infecções causadas por bactérias resistentes possam resultar em piores desfechos clínicos devido às limitações terapêuticas, isso não significa que toda bactéria resistente apresente maior capacidade intrínseca de causar doença. Portanto, a assertiva utiliza uma generalização absoluta (“toda”), incompatível com o conhecimento científico atual.

As demais alternativas estão em conformidade com a literatura, pois o uso inadequado de antibióticos favorece a seleção de cepas resistentes, a resistência pode ser adquirida por mutações ou transferência horizontal de genes e o uso racional de antimicrobianos constitui uma das principais estratégias de contenção da resistência.

Dessa forma, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Ministério da Saúde. Plano de Ação Nacional de Prevenção e Controle da Resistência aos Antimicrobianos no Âmbito da Saúde Única (PAN-BR 2024–2030). Brasília: Ministério da Saúde, 2024.

MURRAY, Patrick R. Microbiologia médica. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022.

Conteúdo Programático:

Conhecimentos sobre microbiologia, parasitologia e epidemiologia.

QUESTÃO: 38 - MANTIDA alternativa 'D'.

A questão foi elaborada com base em princípios fundamentais da farmacocinética, amplamente consolidados na literatura científica e compatíveis com o conteúdo programático do edital. As quatro assertivas apresentam apenas uma sequência correta, correspondente à alternativa D (V – V – V – F).

A primeira assertiva está correta. Na administração intravenosa, o medicamento é introduzido diretamente na circulação sistêmica, inexistindo etapa de absorção. A expressão utilizada no enunciado – “elimina a fase de absorção sistêmica” – traduz adequadamente esse conceito farmacocinético, uma vez que não há necessidade de passagem do fármaco do local de administração para a corrente sanguínea. Embora a literatura costume empregar a expressão “não ocorre absorção”, ambas as formulações possuem o mesmo significado científico, inexistindo qualquer imprecisão capaz de comprometer a objetividade da questão.

A segunda assertiva também está correta. O efeito de primeira passagem hepática ocorre predominantemente após a administração por via oral, em razão da absorção pelo trato gastrointestinal e do subsequente transporte do fármaco pela circulação porta antes de alcançar a circulação sistêmica.

A terceira assertiva igualmente está correta. A biodisponibilidade dos medicamentos administrados por via intravenosa é de 100%, sendo tecnicamente aceitável afirmar que é “próxima de 100%”, pois a expressão não altera o conceito farmacocinético essencial de que a administração intravenosa proporciona biodisponibilidade máxima. O emprego dessa redação não modifica o conteúdo científico da assertiva nem induz a interpretação diversa daquela consagrada na literatura especializada.

A quarta assertiva está incorreta, pois a absorção de medicamentos administrados por via intramuscular não é idêntica para todos os fármacos, variando conforme fatores como vascularização do tecido, características físico-químicas do medicamento, formulação farmacêutica, volume administrado e condições clínicas do paciente.

Dessa forma, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

BRUNTON LL et al. Goodman e Gilman: As Bases Farmacológicas da Terapêutica. 14. ed. McGraw-Hill, 2025.

Conteúdo Programático:

Farmacologia aplicada à enfermagem: conhecimentos relacionados ao preparo, cálculo, diluição, conservação e administração segura de medicamentos e soluções pelas diferentes vias, abrangendo princípios de farmacocinética e farmacodinâmica, bem como práticas de segurança do paciente, prevenção de erros de medicação, identificação segura do paciente e observância dos protocolos assistenciais e da legislação vigente.

QUESTÃO: 39 - MANTIDA alternativa 'D'.

O enunciado informa que determinado lote de vacinas permaneceu por período desconhecido acima da temperatura recomendada em decorrência de falha elétrica e que, após o restabelecimento da energia, o Monitor de Frasco de Vacina (MFV) apresentava o quadrado central mais claro que o círculo externo. A conjugação desses dois elementos é precisamente o cenário contemplado pelo Manual para situações em que há suspeita de comprometimento da cadeia de frio sem possibilidade de conclusão imediata quanto à viabilidade dos imunobiológicos.

Nessas circunstâncias, o procedimento preconizado consiste em comunicar a ocorrência à instância de referência, manter os imunobiológicos segregados e conservados na temperatura recomendada, aguardando a conclusão da avaliação técnica. Essa orientação decorre justamente do fato de que a decisão sobre utilização ou descarte não deve ser tomada unilateralmente pela unidade, tampouco exclusivamente com base na leitura do MFV.

A alegação de insuficiência de informações igualmente não merece acolhimento. O recurso sustenta que seriam necessários dados adicionais, como temperatura máxima atingida, tempo efetivo de exposição, histórico do lote ou registros contínuos da temperatura. Todavia, essas informações constituem elementos que serão analisados durante a avaliação técnica pela instância competente, razão pela qual o Manual determina a segregação cautelar do lote até a conclusão desse processo. A ausência desses dados no enunciado não gera ambiguidade; ao contrário, reforça a impossibilidade de liberação imediata ou descarte automático dos imunobiológicos, conduzindo exatamente à conduta prevista na alternativa D.

Também não procede a alegação de que o MFV, por indicar quadrado central mais claro que o círculo externo, autorizaria a liberação imediata do lote. O próprio Manual estabelece que o Monitor de Frasco de Vacina avalia a exposição cumulativa ao calor e constitui apenas um dos instrumentos utilizados na análise da qualidade dos imunobiológicos, não substituindo a investigação decorrente de uma excursão de temperatura, especialmente quando esta ocorreu por período desconhecido.

Da mesma forma, não há extrapolação do conteúdo programático. A conservação de imunobiológicos, a manutenção da cadeia de frio e as condutas diante de excursões de temperatura integram os conhecimentos essenciais relacionados à imunização e à atuação dos profissionais de enfermagem nos serviços de vacinação. A questão não exige conhecimento sobre gestão administrativa da Rede de Frio ou processos

decisórios complexos, limitando-se à identificação da conduta inicial correta diante de uma intercorrência amplamente disciplinada pelo Manual da Rede de Frio do PNI.

Dessa forma, mantém-se o gabarito

Referência Bibliográfica:

Brasil. Ministério da Saúde. Manual da Rede de Frio do Programa Nacional de Imunizações. 6. ed. Brasília: MS, 2025.

Conteúdo Programático:

Manual de Rede de Frio do Programa Nacional de Imunizações (PNI). Brasília: Ministério da Saúde, 2025. BRASIL. Ministério da Saúde.

QUESTÃO: 40 - MANTIDA alternativa 'C'.

A assertiva I está correta, pois a pressão de pulso corresponde, por definição, à diferença entre a pressão arterial sistólica (PAS) e a pressão arterial diastólica (PAD).

A assertiva II está incorreta. A pressão arterial média (PAM) não corresponde à média aritmética simples entre a pressão arterial sistólica e diastólica. Em condições fisiológicas normais, a diástole ocupa aproximadamente dois terços do ciclo cardíaco, razão pela qual a PAM é estimada por meio da expressão:

$$PAM \approx PAD + (PAS - PAD)/3$$

ou, de forma equivalente:

$$PAM \approx (PAS + 2 \times PAD)/3$$

Portanto, a média aritmética simples entre PAS e PAD não representa adequadamente a pressão arterial média, tornando incorreta a assertiva II.

A assertiva III também está correta, uma vez que a pressão arterial resulta da interação entre o débito cardíaco e a resistência vascular sistêmica, relação fisiológica clássica descrita pela equação:

$$PA = \text{Débito Cardíaco} \times \text{Resistência Vascular Sistêmica}.$$

Da mesma forma, a assertiva IV encontra respaldo na fisiologia cardiovascular, pois a frequência cardíaca sofre regulação direta do sistema nervoso autônomo, mediante ação dos componentes simpático e parassimpático sobre o nó sinusal.

Não procede a alegação de extrapolação do conteúdo programático. A questão não exige monitorização hemodinâmica invasiva, interpretação de curvas pressóricas, monitorização avançada ou conhecimentos próprios de terapia intensiva. Limita-se à cobrança de conceitos fundamentais relacionados aos sinais vitais e à fisiologia cardiovascular, diretamente vinculados à prática assistencial da enfermagem e expressamente abrangidos pelo conteúdo previsto no edital.

Também não procede a alegação de ambiguidade. A utilização da expressão “aproxima-se da média aritmética simples” na assertiva II não torna a afirmativa verdadeira. Embora a média aritmética simples possa apresentar valores numericamente próximos em algumas situações, ela não corresponde ao método fisiologicamente aceito para estimativa da pressão arterial média, motivo pelo qual a assertiva permanece incorreta.

Dessa forma, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

HALL, J. E.; HALL, M. E. Guyton e Hall – Tratado de Fisiologia Médica. 14. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.

Conteúdo Programático:

Noções de anatomia e fisiologia humana: alterações anatômicas e sinais vitais.

CARGO(S): TÉCNICO EM INFORMÁTICA

QUESTÃO: 27 - MANTIDA alternativa 'A'.

Segundo documentação oficial da Microsoft, disponível em <https://learn.microsoft.com/pt-br/windows-server/virtualization/hyper-v>, no Windows Server 2025 é definido um limite máximo de 1024 máquinas virtuais em execução por servidor. Em relação ao licenciamento, se o sistema operacional convidado exige licença de uso, ele também precisará ser licenciado, não sendo suficiente o licenciamento do Windows Server 2025. Desse modo, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

MICROSOFT. Documentação do Hyper-V. Disponível em <https://learn.microsoft.com/pt-br/windows-server/virtualization/hyper-v>. Acessado em julho de 2026.

Conteúdo Programático:

Conhecimentos de instalação, operação e administração dos sistemas operacionais Ubuntu Linux, Windows 11 Professional e Windows 2025 Server.

QUESTÃO: 29 - MANTIDA alternativa 'C'.

Segundo documentação da Escola Superior de Redes, disponível em <https://esr.rnp.br/administracao-de-sistemas/principais-sofware-para-virtualizacao>, os principais softwares para virtualização de servidores incluem: Hyper-V, VMware vSphere ESXi e Citrix Hypervisor. Apache Tomcat VirtualBox não é um software de virtualização reconhecido. Desse modo, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

ESR. Principais softwares para virtualização de servidores. Disponível em <https://esr.rnp.br/administracao-de-sistemas/principais-sofware-para-virtualizacao>. Acessado em julho de 2026.

Conteúdo Programático:

Virtualização, virtualizadores mais utilizados e administração de ambientes virtualizados.

QUESTÃO: 31 - MANTIDA alternativa 'A'.

De acordo com a ABNT (ABNT. ABNT NBR ISO/IEC 27701: Segurança da informação, segurança cibernética e proteção da privacidade - Sistemas de gestão da privacidade da informação - Requisitos e orientações. Rio de Janeiro: ABNT, 2026), a norma ABNT NBR ISO/IEC 27701 é uma extensão de privacidade para a ABNT NBR ISO/IEC 27001. A norma estabelece explicitamente que onde se lê “segurança da informação” na ISO 27001, o escopo deve ser estendido para incluir a proteção da privacidade, conforme aplicável à gestão da segurança da informação dentro da organização. Desse modo, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

ABNT. ABNT NBR ISO/IEC 27701: Segurança da informação, segurança cibernética e proteção da privacidade - Sistemas de gestão da privacidade da informação - Requisitos e orientações. Rio de Janeiro: ABNT, 2026.

Conteúdo Programático:

NBR ISO/IEC 27701

QUESTÃO: 32 - MANTIDA alternativa 'B'.

Segundo documentação da Escola Superior de Redes, disponível em <https://esr.rnp.br/computacao-em-nuvem/tipos-de-backup>, o backup incremental copia apenas os dados que foram criados ou alterados desde o último backup realizado, seja ele completo, seja outro incremental. Isso torna falsa a assertiva II, conforme indicado no gabarito oficial. Desse modo, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

ESR. Tipos de backup: conheça os principais e saiba qual implementar. Disponível em <https://esr.rnp.br/computacao-em-nuvem/tipos-de-backup>. Acessado em julho de 2026.

Conteúdo Programático:

Backup.

QUESTÃO: 36 - MANTIDA alternativa 'C'.

Inicialmente cabe salientar que a questão não solicita a identificação dos comandos de acordo com a sua principal função, mas sim como passíveis de serem utilizados para descobrir o endereço IP de domínios externos. Segundo Nemeth, Snyder e Hein (NEMETH, Evi; SNYDER, Gary; HEIN, Trent R. Manual Completo do Linux: guia do administrador. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007), o comando host é um utilitário para realizar consultas ao sistema DNS (Domain Name System), tendo como principal função traduzir nomes de domínio em endereços IP. O comando ifconfig é um comando utilizado para configurar e exibir as interfaces de rede locais da própria máquina, mostrando informações como o IP local, máscara de rede e endereço MAC, não realizando a resolução de nomes DNS para domínios externos. O comando ping, embora tenha como função principal testar a conectividade entre nós de uma rede, ele precisa resolver o nome do domínio em um endereço IP antes de enviar os pacotes, sendo que a primeira linha exibida no terminal mostra o endereço IP correspondente àquele domínio. Desse modo, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

NEMETH, Evi; SNYDER, Gary; HEIN, Trent R. Manual Completo do Linux: guia do administrador. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

Conteúdo Programático:

Utilização de aplicativos e comandos para diagnóstico de rede (ipconfig, ifconfig, ping, host, telnet, traceroute).

NÍVEL SUPERIOR

MATÉRIA: LÍNGUA PORTUGUESA

CARGO(S): AUDITOR-FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL

QUESTÃO: 1 - MANTIDA alternativa 'A'.

A questão solicita que se assinale a alternativa incorreta, levando em conta a organização discursiva predominante no texto e o seu tipo textual.

Para Marcuschi (2002), os tipos textuais têm, entre suas características, “o fato de eles serem definidos por seus traços linguísticos predominantes. Por isso, um tipo textual é dado por um conjunto de traços que formam uma sequência e não um texto”, ou seja, a expressão “tipo textual” designa “uma espécie de construção teórica definida pela natureza linguística de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas)”, compreendendo narração, argumentação, exposição, descrição e injunção (Marcuschi, 2002). Ainda segundo Marcuschi (2002), “um elemento central na organização de textos narrativos é a sequência temporal. Já no caso de textos descritivos predominam as sequências de localização. Os textos expositivos apresentam o predomínio de sequências analíticas ou então explicitamente explicativas. Os textos argumentativos se dão pelo predomínio de sequências contrastivas explícitas. Por fim, os textos injuntivos apresentam o predomínio de sequências imperativas”. É importante notar que a expressão “modos de organização discursiva”, constante do edital, é empregada para designar as categorias descrição, narração, exposição, argumentação e injunção, que correspondem ao que Marcuschi denomina tipos textuais, definidos pelos traços linguísticos predominantes de sua composição. Além disso, a questão também considera a análise dos tipos textuais orientados pela finalidade comunicativa (informativo, publicitário, propagandístico, normativo, didático e divinatório), contemplando dois eixos previstos no programa: o modo de organização discursiva predominante e a finalidade comunicativa do texto.

A alternativa A afirma que o texto pode ser classificado como didático, pois tem como finalidade ensinar ao leitor, de forma sistemática, conceitos de biologia molecular e de genética. Essa afirmação está incorreta, pois o texto não tem por finalidade ensinar, sistematicamente, tais conteúdos ao leitor, mas sim divulgar os resultados de uma pesquisa científica recente ao público, característica própria dos textos informativos de divulgação científica. A presença de explicações conceituais pontuais constitui um recurso de acessibilização da informação, e não um elemento suficiente para caracterizar a finalidade didática do texto. Assim, a alternativa A responde corretamente à questão.

A alternativa B afirma que o texto organiza-se predominantemente no modo expositivo, pois apresenta informações sobre um estudo científico de forma metódica e explicativa. Ela está incorreta pois não responde corretamente ao enunciado da questão, visto que apresenta uma afirmação correta ao indicar que o modo de organização predominante no texto é o expositivo, por apresentar e explicar informações sobre um estudo científico.

A alternativa C prevê que o texto classifica-se como informativo, pois é um texto de divulgação científica, cuja finalidade predominante é informar o leitor sobre resultados de uma pesquisa. Ela também não responde ao enunciado da questão, pois classifica corretamente o texto como informativo, já que sua finalidade predominante é divulgar informações sobre uma pesquisa científica ao público leitor.

Finalmente, a alternativa D afirma que observam-se traços do modo argumentativo no texto, pois apresenta explicações e justificativas da pesquisadora para evidenciar a relevância dos resultados. Ela também não responde corretamente ao enunciado da questão, já que, embora predomine a exposição, há traços do modo argumentativo no texto nas explicações e justificativas da pesquisadora, em sequências que podem ser caracterizadas como “sequências contrastivas explícitas”, que justificam a relevância dos achados e evidenciam o potencial terapêutico das terapias destacadas na pesquisa.

Assim, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.) Gêneros textuais e ensino. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2002.

Conteúdo Programático:

Compreensão e interpretação de textos: ideia central e intenção comunicativa; marcas de textualidade: coesão, coerência e intertextualidade; modos de organização discursiva: descrição, narração, exposição,

argumentação e injunção; características específicas de cada modo; tipos textuais: informativo, publicitário, propagandístico, normativo, didático e divinatório; características específicas de cada tipo; textos literários e não literários; tipologia da frase portuguesa; estrutura da frase portuguesa: operações de deslocamento, substituição, modificação e correção.

QUESTÃO: 3 - MANTIDA alternativa 'C'.

A questão solicita que sejam avaliadas três assertivas a respeito do emprego de vocábulos e expressões no contexto do texto, determinando se são falsas ou verdadeiras.

A primeira assertiva diz que a expressão “alvos terapêuticos” diz respeito a estruturas ou moléculas celulares sobre as quais um tratamento pode atuar para combater uma doença. A afirmação identifica corretamente o sentido da expressão “alvos terapêuticos”, explicitado ao longo de todo o texto, que são as moléculas de RNA identificadas pela pesquisa que podem, potencialmente, se tornar futuros pontos de atuação de terapias. Assim, a primeira assertiva é verdadeira.

A segunda assertiva propõe que a palavra “modulados” no trecho “RNAs que podem ser modulados para suprimir o crescimento tumoral”, poderia ser substituída por “regulados” ou “controlados” sem prejuízo significativo do sentido. Portanto, trata-se de uma assertiva que lida com a sinonímia contextual, ou seja, “o fato de haver mais de uma palavra com semelhante significação, podendo uma estar em lugar da outra em determinado contexto, apesar dos diferentes matizes de sentido ou de carga estilística” (Bechara, 2009, p. 404). Sendo “modular” um verbo que tem o sentido de ajustar a intensidade, o tom, a harmonia, é possível substituí-lo por “regular”, que admite os sentidos de “manter em certos limites, moderar; REGRAR; acertar ou equilibrar o funcionamento de; [...] buscar o equilíbrio entre duas ou mais coisas”, ou por “controlar”, que implica “não deixar (algo) exceder determinados limites, restringir, moderar, conter”. Nesse sentido, é importante notar que, conforme aponta Bechara (2009, p. 404), a identidade dos termos “é muito relativa; no uso (quer literário, quer popular), eles assumem sentidos ‘ocasionais’ que no contexto um não pode ser empregado pelo outro sem que se quebre um pouco o matiz da expressão”, ou seja, as relações de sentido entre vocábulos são determinadas também pelo contexto de uso. Assim, embora “modular”, “regular” e “controlar” apresentem matizes semânticos próprios, as diferenças entre esses matizes não acarretam prejuízo significativo ao sentido do trecho, uma vez que, no contexto, todos os verbos expressam a ideia de intervenção sobre a atividade dos RNAs com vistas ao efeito terapêutico descrito no texto. Desse modo, a segunda assertiva é verdadeira.

A terceira assertiva, por sua vez, diz que a palavra “sistêmicas” no trecho “o tratamento padrão costuma envolver terapias sistêmicas”, expressa a ideia oposta de “que atuam em todo o organismo”. No entanto, segundo o Dicionário Aulete Digital, o adjetivo “sistêmico”, no vocabulário médico, refere-se a algo “que afeta o organismo inteiro (doença sistêmica); GENERALIZADO”. Assim, a expressão “que atuam em todo o organismo” corresponde ao sentido de “sistêmicas”. Não há, assim, relação de oposição entre as expressões, mas equivalência de sentido no contexto do texto. Desse modo, a terceira assertiva é falsa.

Assim, a ordem de preenchimento dos parênteses é: V – V – F, correspondendo à alternativa C. Desse modo, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

MODULAR. In: DICIONÁRIO Online – Dicionário Caldas Aulete. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, [2026?]. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/modular>. Acesso em: 30 jun. 2026.

REGULAR. In: DICIONÁRIO Online – Dicionário Caldas Aulete. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, [2026?]. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/regular>. Acesso em: 30 jun. 2026.

CONTROLAR. In: DICIONÁRIO Online – Dicionário Caldas Aulete. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, [2026?]. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/controlar>. Acesso em: 30 jun. 2026.

SISTÊMICO. In: DICIONÁRIO Online – Dicionário Caldas Aulete. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, [2026?]. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/sist%C3%AAmico>. Acesso em: 30 jun. 2026.

Conteúdo Programático:

Significado contextual de palavras e expressões. Semântica: sentido próprio e figurado; antônimos, sinônimos, parônimos e hiperônimos.

QUESTÃO: 4 - MANTIDA alternativa 'B'.

A questão aborda a acentuação gráfica de palavras, solicitando que se identifique a alternativa que apresenta uma justificativa incorreta para a acentuação de palavras retiradas do texto.

A alternativa A afirma que as palavras “moléculas” e “citotóxicas” recebem acento gráfico por serem proparoxítonas. A regra diz que “todos os vocábulos proparoxítonos são acentuados na vogal tônica” (Cegalla, 2008, p. 71). As palavras destacadas na alternativa têm como sílaba tônica “lé” e “tó” (as suas antepenúltimas), então a afirmação da alternativa A está correta; logo, a alternativa está incorreta.

A alternativa B, por sua vez, diz que “níveis” é acentuada por ser paroxítona terminada no ditongo crescente “ei” seguido de “s”. A acentuação da palavra “níveis”, segundo Cegalla (2008, p. 71), justifica-se pois “acentuam-se com o acento adequado os vocábulos paroxítonos terminados em [...] -ei, -eis: jóquei, vôlei, fósseis, úteis, fizésseis, lêsseis, fáceis, túneis, etc.” Também o Novo Acordo Ortográfico prevê, na Base IX, que são acentuadas “as palavras paroxítonas que apresentam, na sílaba tônica, as vogais grafadas a, e, o e ainda i e u e que terminam em –ã(s), –ão(s), –ei(s), –i(s), –on(s), –im, –uns ou –us” (apud Bechara, 2008, p. 69). No entanto, é importante observar que, ainda de acordo com Cegalla (2008, p. 25-26), o ditongo “ei” é classificado como um ditongo decrescente, já que contém uma “vogal + semivogal” (Cegalla, 2008, p. 25-26). Assim, a alternativa B apresenta uma classificação incorreta do ditongo “ei” e uma justificativa incorreta para a acentuação da palavra “níveis”, respondendo ao enunciado da questão e estando correta.

A alternativa C diz que a palavra “incluídos” tem acento porque o “i” tônico forma hiato com a vogal anterior. Conforme Cegalla (2008, p. 73), “acentuam-se, em regra, o i e o u tônicos em hiato com vogal ou ditongo anterior, formando sílaba sozinhos com com s”. Portanto a justificativa para a acentuação de “incluídos” está correta, e a alternativa C está incorreta.

Por fim, a alternativa D diz que o nome próprio “Pelé” recebe acento por ser oxítono terminado em “-e”. A afirmação está correta, pois “acentuam-se com o acento adequado os vocábulos oxítonos terminados em –a, –e, –o, seguidos ou não de s” (Cegalla, 2008, p. 72), caso de “Pelé”. Assim, a alternativa D está incorreta. Portanto, estando a alternativa B correta, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

CEGALLA, D. P. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

BECHARA, E. A nova ortografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

Conteúdo Programático:

Ortografia. Acentuação gráfica.

QUESTÃO: 5 - MANTIDA alternativa 'A'.

A questão pede que se identifique a alternativa que descreve corretamente o emprego e a flexão de verbos do texto.

A alternativa A afirma que, em “pode, no futuro, contar com terapias-alvo”, o verbo “pode” está flexionado na 3ª pessoa do presente do indicativo, expressando uma possibilidade relativa a um fato futuro. Ela está correta, pois o verbo está conjugado no presente do indicativo, forma que é habitualmente usada “para enunciar um fato atual [...]; para indicar ações e estados permanentes ou assim considerados [...]; para expressar uma ação habitual ou uma faculdade do sujeito” (Cunha; Cintra, 2017, p. 462-463), mas que também pode ser utilizada “para marcar um fato futuro, mas próximo; caso em que, para impedir qualquer ambiguidade, se faz acompanhar geralmente de um adjunto adverbial” (Cunha; Cintra, 2017, p. 463), como ocorre no trecho destacado, em que encontra-se a locução adverbial “no futuro”. Assim, a forma verbal “pode”, flexionada no presente do indicativo, associada ao valor semântico do verbo “poder” e ao contexto do enunciado, indica uma possibilidade relacionada a um evento futuro. A possibilidade expressa no trecho decorre do valor semântico do verbo modal “poder” associado ao contexto, e não implica alteração do modo verbal empregado, que permanece sendo o indicativo. Assim, a alternativa A está correta.

A alternativa B prevê que, no trecho “Os achados foram publicados no International Journal of Molecular Sciences”, a forma verbal está na voz reflexiva, indicando que o sujeito pratica e recebe a ação ao mesmo tempo. Na voz reflexiva, “o fato expresso pelo verbo” é representado “como praticado e sofrido pelo sujeito” (Cunha; Cintra, 2017, p. 398-399, grifos dos autores). No entanto, no trecho destacado, ocorre uma forma na voz passiva analítica, que é expressa pelo verbo ser e o particípio do verbo a ser conjugado (Cunha; Cintra, 2017, p. 399).

Já a alternativa C diz que, no trecho “a equipe analisou mais de 350 artigos”, a forma verbal “analisou” está flexionada no pretérito imperfeito do indicativo, indicando uma ação habitual e contínua no passado. O pretérito imperfeito do indicativo serve para “designar um fato passado, mas não concluído” (Cunha; Cintra, 2017, p. 465). Porém, no trecho destacado, a forma verbal “analisou” está conjugada no pretérito perfeito do indicativo, que “indica uma ação que se produziu em certo momento do passado” (Cunha; Cintra, 2017, p. 468). Assim, não exprime uma ação habitual e contínua, mas um fato concluído. Portanto, a alternativa C está incorreta.

Já a alternativa D está incorreta pois diz que, no trecho “Até que se tornem tratamentos disponíveis”, o verbo “tornem” está conjugado no presente do indicativo, indicando uma ação futura dependente de outra condição, quando, na verdade, a forma está no presente do subjuntivo, que enuncia “a ação do verbo como eventual, incerta, ou irreal, em dependência estreita com a vontade, a imaginação ou o sentido daquele que as emprega” (Cunha; Cintra, 2017, p. 487), modo exigido pelo uso da locução conjuntiva “até que”, que introduz uma ideia de eventualidade ou condição em relação ao fato expresso. Assim, a explicação para o uso está correta, mas a classificação do modo verbal está incorreta.

Assim, estando a alternativa A correta, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.

Conteúdo Programático:

Emprego e flexão de tempos e modos verbais: verbos regulares e irregulares.

QUESTÃO: 7 - MANTIDA alternativa 'B'.

Segundo o Manual de Redação da Presidência da República, “os sinais de pontuação, ligados à estrutura sintática, têm as seguintes finalidades:

- a) assinalar as pausas e as inflexões da voz (a entoação) na leitura;
- b) separar palavras, expressões e orações que, segundo o autor, devem merecer destaque; e
- c) esclarecer o sentido da frase, eliminando ambiguidades” (Brasil, 2018, p. 78).

A questão apresenta três assertivas sobre o emprego de sinais de pontuação no texto, solicitando que se identifique quais estão corretas.

A assertiva I diz que, em “Para chegar a esses resultados, a equipe analisou mais de 350 artigos disponíveis em bases de dados internacionais”, a vírgula após “resultados” separa uma oração dependente de uma oração principal. Sendo a vírgula o sinal que “marca uma pausa de pequena duração”, empregada “não só para separar elementos de uma oração, mas também orações de um só período” (Cunha; Cintra, 2017, p. 658) e, mais especificamente, “para separar as orações subordinadas adverbiais, principalmente quando antepostas à principal” (Cunha; Cintra, 2017, p. 663) e estando a oração subordinada adverbial final reduzida de infinitivo “Para chegar a esses resultados” anteposta à oração principal, observa-se que a assertiva I está correta.

A segunda assertiva lida com travessões, que aparecem no trecho “investigar a ação de diferentes tipos de RNAs não codificantes – moléculas naturalmente presentes nas células e responsáveis por regular a expressão de genes – com potencial terapêutico [...]”. Entre as funções do travessão, está “isolar, num contexto, palavras ou frases”, desempenhando “função análoga a dos parênteses” (Cunha; Cintra, 2017, p. 682). É o que ocorre no trecho, em que a pontuação isola um trecho explicativo, que caracteriza os “RNAs não codificantes” sem interromper a estrutura sintática principal da frase. Assim, a assertiva II está correta.

Por fim, a terceira assertiva diz que as aspas utilizadas na palavra “desligar”, no trecho “moléculas capazes de ‘desligar’ especificamente esse RNA”, indicam que se trata da inserção de discurso direto, reproduzindo as palavras de alguém. Embora as aspas sejam empregadas principalmente “no início e no fim de uma citação para distingui-la do resto do contexto” (Cunha; Cintra, 2017, p. 676), no trecho destacado, não há citação ou reprodução da fala da pesquisadora. A palavra “desligar” aparece integrada à voz do próprio autor do texto, sem marcas de introdução de fala ou reprodução de enunciado alheio, mas como uma intervenção para destacar uma palavra empregada em sentido figurado. A expressão “desligar” não corresponde à descrição literal da interrupção do funcionamento de um dispositivo, mas representa, metaforicamente, a inibição da ação de determinado RNA dentro da célula. Assim, no trecho destacado, as aspas têm a função de “acentuar o valor significativo de uma palavra ou expressão” (Cunha; Cintra, 2017, p. 677). Portanto, a assertiva III está incorreta.

Assim, somente as assertivas I e II estão corretas, e a alternativa B está correta. Desse modo, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. Manual de Redação da Presidência da República. 3. ed. Brasília: Presidência da República, 2018.

CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.

Conteúdo Programático:

Pontuação.

MATÉRIA: RACIOCÍNIO LÓGICO E INFORMÁTICA

CARGO(S): MÉDICO CIRURGIÃO GERAL, MÉDICO CIRURGIÃO PEDIÁTRICO, MÉDICO DERMATOLOGISTA, MÉDICO ENDOCRINOLOGISTA E METABOLOGISTA, MÉDICO GASTROENTEROLOGISTA, MÉDICO HEMATOLOGISTA E HEMOTERAPEUTA, MÉDICO NEUROLOGISTA, ODONTÓLOGO CIRURGIÃO E TRAUMATOLOGISTA BUCO-MAXILOFACIAL, ODONTÓLOGO ODONTOPEDIATRA, ODONTÓLOGO PARA PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS

QUESTÃO: 10 - ANULADA.

Alguns nomes apresentados no enunciado não correspondem aos citados nas proposições. Tal distinção torna a questão inconsistente. Por esse motivo, a Banca decide por sua anulação.

Referência Bibliográfica:

Introdução a Lógica Matemática - Edgar Filho.

Conteúdo Programático:

Associação Lógica.

CARGO(S): AUDITOR-FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL**QUESTÃO: 8 - MANTIDA alternativa 'A'.**

Gabarito mantido. A negação de SE e ENTÃO, ou ainda “p e então q”, é feita por “p e não q”, conforme o gabarito da letra A.

Referência Bibliográfica:

Introdução a Lógica Matemática, Edgar Filho.

Conteúdo Programático:

Negação Lógica de Condicional.

QUESTÃO: 11 - MANTIDA alternativa 'D'.

Segundo O Guia do Writer sobre o tema, desenvolvido pelo LibreOffice Community e disponível em <https://books.libreoffice.org/pt-br/WG71/WG7108-IntroducaoEstilos.html>, estilos de parágrafo afetam parágrafos inteiros e também são usados para propósitos como compilar um índice analítico. Alterar um estilo de parágrafo no LibreOffice Writer altera todos os parágrafos do documento que usam esse mesmo estilo, o que não acontece ao utilizar a funcionalidade “Clonar formatação” (diferente de Pincel de Formatação, utiliza no Microsoft Word). Desse modo, o gabarito está mantido.

Referência Bibliográfica:

LIBREOFFICE. Introdução a Estilos. Disponível em <https://books.libreoffice.org/pt-br/WG71/WG7108-IntroducaoEstilos.html>. Acesso em julho de 2026.

Conteúdo Programático:

Utilização da suíte de aplicativos para escritório LibreOffice (editor de texto, editor de planilhas e editor de apresentações) na versão mais recente.

QUESTÃO: 12 - MANTIDA alternativa 'A'.

Segundo o Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil (CERT.br), em sua Cartilha de Segurança para Internet, disponível em <https://cartilha.cert.br/livro/cartilha-seguranca-internet.pdf>, uma função de resumo é um método criptográfico que, quando aplicado sobre uma informação, independentemente do tamanho que ela tenha, gera um resultado único e de tamanho fixo, chamado hash. Pode ser utilizado para verificar a integridade de um arquivo armazenado no computador, em backups ou na Internet, ou para gerar assinaturas digitais. Desse modo, o gabarito está mantido.

Referência Bibliográfica:

CERT.BR. Cartilha de Segurança para Internet. Disponível em <https://cartilha.cert.br/livro/cartilha-seguranca-internet.pdf>. Acessado em julho de 2026.

Conteúdo Programático:

Segurança da informação

MATÉRIA: ATENDIMENTO AO CIDADÃO, GOVERNANÇA E INOVAÇÃO

CARGO(S): MÉDICO CIRURGIÃO GERAL, MÉDICO CIRURGIÃO PEDIÁTRICO, MÉDICO DERMATOLOGISTA, MÉDICO ENDOCRINOLOGISTA E METABOLOGISTA, MÉDICO GASTROENTEROLOGISTA, MÉDICO HEMATOLOGISTA E HEMOTERAPEUTA, MÉDICO NEUROLOGISTA, ODONTÓLOGO CIRURGIÃO E TRAUMATOLOGISTA BUCO-MAXILOFACIAL,

ODONTÓLOGO ODONTOPEDIATRA, ODONTÓLOGO PARA PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS

QUESTÃO: 13 - MANTIDA alternativa 'B'.

Todos os conceitos e o conteúdo da questão 13 estão baseados na Constituição Federal vigente, que é referência no tema, que foi objeto da referida questão, conforme, inclusive é citado no enunciado.

O art. 14 do capítulo IV – Dos Direitos Políticos, da Constituição Federal vigente, que serviu de base para a redação da questão 13, assim dispõe:

“Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

I - plebiscito;

II - referendo;

III - iniciativa popular.

§ 1º O alistamento eleitoral e o voto são:

I - obrigatórios para os maiores de dezoito anos;

II - facultativos para:

a) os analfabetos;

b) os maiores de setenta anos;

c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

§ 2º Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

§ 3º São condições de elegibilidade, na forma da lei:

I - a nacionalidade brasileira;

II - o pleno exercício dos direitos políticos;

III - o alistamento eleitoral;

IV - o domicílio eleitoral na circunscrição;

V - a filiação partidária; Regulamento

VI - a idade mínima de:

a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;

b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;

c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;

d) dezoito anos para Vereador.

§ 4º São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.

§ 5º O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 16, de 1997)

(...)”

Pelo disposto nas alíneas “a”, “b” e “c” do inciso II, do § 1º do art. 14, acima transcritas, o alistamento eleitoral e o voto são facultativos para: os analfabetos; os maiores de setenta anos e os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos. Entretanto, das alternativas propostas na questão 13, apenas a alternativa B apresentava uma dessas hipóteses, não sendo necessário que todas as hipóteses estivessem arroladas conjuntamente.

Da mesma forma que, conforme disposto no § 4º do art. 14, acima transcrito, são inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos. Entretanto, as alternativas da questão 13 apresentavam essas duas hipóteses de forma alternada, não sendo necessário que ambas estivessem previstas conjuntamente em uma única alternativa.

Salientamos que a análise e a interpretação da questão devem ser realizadas com base no conteúdo nela expressamente apresentado, e não em razão daquilo que eventualmente não esteja contemplado em seu enunciado ou em suas alternativas.

Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

Constituição Federal.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

Conteúdo Programático:

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Título II: Dos Direitos e Garantias Fundamentais; CAPÍTULO I – Dos Direitos e Deveres Individuais Coletivos: art. 5º. Título II: Dos Direitos e Garantias Fundamentais; CAPÍTULO II – Dos Direitos Sociais: art. 6 a 11. Título II: Dos Direitos e Garantias Fundamentais; CAPÍTULO III – Da Nacionalidade: art. 12 a 13. Título II: Dos Direitos e Garantias Fundamentais; CAPÍTULO IV – Dos Direitos Políticos: art. 14 a 16. Título II: Dos Direitos e Garantias

Fundamentais; CAPÍTULO V – Dos Partidos Políticos: art. 17. Título VIII: Da Ordem Social; CAPÍTULO VI – Do Meio Ambiente: art. 225.

CARGO(S): AUDITOR-FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL

QUESTÃO: 13 - MANTIDA alternativa 'C'.

O art. 5º, da Lei Federal nº 13.460/2017, que serviu de base para a redação da questão 13, assim dispõe: “Art. 5º O usuário de serviço público tem direito à adequada prestação dos serviços, devendo os agentes públicos e prestadores de serviços públicos observar as seguintes diretrizes:

I - urbanidade, respeito, acessibilidade e cortesia no atendimento aos usuários;

II - presunção de boa-fé do usuário;

III - atendimento por ordem de chegada, ressalvados casos de urgência e aqueles em que houver possibilidade de agendamento, asseguradas as prioridades legais às pessoas com deficiência, aos idosos, às gestantes, às lactantes e às pessoas acompanhadas por crianças de colo;

IV - adequação entre meios e fins, vedada a imposição de exigências, obrigações, restrições e sanções não previstas na legislação;

V - igualdade no tratamento aos usuários, vedado qualquer tipo de discriminação;

VI - cumprimento de prazos e normas procedimentais;

VII - definição, publicidade e observância de horários e normas compatíveis com o bom atendimento ao usuário;

VIII - adoção de medidas visando a proteção à saúde e a segurança dos usuários;

IX - autenticação de documentos pelo próprio agente público, à vista dos originais apresentados pelo usuário, vedada a exigência de reconhecimento de firma, salvo em caso de dúvida de autenticidade;

X - manutenção de instalações salubres, seguras, sinalizadas, acessíveis e adequadas ao serviço e ao atendimento;

XI - eliminação de formalidades e de exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido;

XII - observância dos códigos de ética ou de conduta aplicáveis às várias categorias de agentes públicos;

XIII - aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento ao usuário e a propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações;

XIV - utilização de linguagem simples e compreensível, evitando o uso de siglas, jargões e estrangeirismos;

e

XV - vedação da exigência de nova prova sobre fato já comprovado em documentação válida apresentada.

XVI – comunicação prévia ao consumidor de que o serviço será desligado em virtude de inadimplemento, bem como do dia a partir do qual será realizado o desligamento, necessariamente durante horário comercial. (Incluído pela Lei nº 14.015, de 2020)

Parágrafo único. A taxa de religação de serviços não será devida se houver descumprimento da exigência de notificação prévia ao consumidor prevista no inciso XVI do caput deste artigo, o que ensejará a aplicação de multa à concessionária, conforme regulamentação. (Incluído pela Lei nº 14.015, de 2020)

Pelo disposto incisos I, III e XII do art. 5º, acima transcritas, as regras contidas naqueles dispositivos legais estão literalmente representadas nas alternativas A, B e D, respectivamente, da referida questão, e estão perfeitamente corretas.

Entretanto, a utilização de linguagem simples, PODENDO FAZER USO de siglas, jargões e estrangeirismos, não está de acordo com o disposto no inciso XIV do art. 5º, uma vez que aquele dispositivo prevê a utilização de linguagem simples E COMPREENSÍVEL, EVITANDO o uso de siglas, jargões e estrangeirismos. Sendo assim, a alternativa C está incorreta.

Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

BRASIL. BRASIL. Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017. Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13460.htm

Conteúdo Programático:

BRASIL. Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017. Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.

QUESTÃO: 16 - MANTIDA alternativa 'D'.

O art. 11 do Decreto Municipal nº 21.641/2021, que serviu de base para a redação da questão 16, assim dispõe:

“Art. 11 As atividades do encarregado pelo tratamento de dados pessoais consistem em:

I - aceitar reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências;

II - receber comunicações da autoridade nacional e adotar providências;

III - orientar os funcionários e os contratados do órgão ou entidade a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais;

IV - submeter à Comissão Municipal de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade (CMPD), sempre que julgar necessário, matérias atinentes a este decreto e a LGPD;

V - determinar ao responsável por unidade administrativa, a realização de estudos técnicos para elaboração das diretrizes previstas no relatório de impacto à proteção de dados pessoais;

VI - decidir sobre as sugestões formuladas pela autoridade nacional a respeito da adoção de padrões e de boas práticas para o tratamento de dados pessoais conforme art. 32 da LGPD;

VII - providenciar a publicação dos relatórios de impacto à proteção de dados pessoais previstos pelo art. 32 da LGPD;

VIII - elaborar apontamentos e requisitar providências ao responsável por unidade administrativa, sempre que necessário e sobre matéria referente à aplicação deste decreto, à aplicação da LGPD e à proteção de dados pessoais;

IX - organizar e coordenar a primeira reunião da CMPD de acordo com o estipulado no § 3º do art. 5º; e

X - executar as demais atribuições determinadas pelo controlador, a exemplo do art. 19, ou estabelecidas em normas complementares.

(...)”

Pelo disposto nos incisos I, III e V do art. 11, acima transcritas, as disposições contidas naqueles dispositivos legais estão literalmente representadas nas assertivas I, II e III, respectivamente, da referida questão, e estão perfeitamente corretas, não havendo qualquer ambiguidade de interpretação.

Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

CAXIAS DO SUL. Decreto nº 21.641, de 14 de julho de 2021. Estabelece medidas preparatórias, ações iniciais e regulamenta a adequação às disposições contidas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, no âmbito do Poder Executivo, Administrações Direta e Indireta do Município de Caxias do Sul.

<https://leismunicipais.com.br/a/rs/c/caxias-do-sul/decreto/2021/2165/21641/decreto-n-21641-2021-estabelece-medidas-preparatorias-acoes-iniciais-e-regulamenta-a-adequacao-as-disposicoes-contidas-na-lei-geral-de-protecao-de-dados-pessoais-lgpd-no-ambito-do-poder-executivo-administracoes-direta-e-indireta-do-municipio-de-caxias-do-sul>

Conteúdo Programático:

Decreto nº 21.641, de 14 de julho de 2021. Estabelece medidas preparatórias, ações iniciais e regulamenta a adequação às disposições contidas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, no âmbito do Poder Executivo, Administrações Direta e Indireta do Município de Caxias do Sul.

QUESTÃO: 18 - MANTIDA alternativa 'B'..

Chiavenato (2025), no capítulo 11, que trata sobre a comunicação, e mais precisamente no item 11.6.5 – tipos de comunicação interpessoal, define que muitas organizações estimulam seus dirigentes a utilizar canais informais de comunicação, tais como: cachos de uva que se trata de uma rede de comunicação informal, de pessoa a pessoa, e que não é oficialmente sancionada pela organização. A rede em cachos de uva interliga as pessoas em todas as direções e em todos os níveis e tende a ser mais ativa em situações de mudança, ansiedade, excitação e em épocas de crises ou condições difíceis. Assim como constou no enunciado da questão 18, que em conjunto com a alternativa B, complementa a resposta certa da referida questão.

Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

Chiavenato, Idalberto, Comportamento organizacional: a dinâmica do sucesso das organizações, São Paulo: Atlas, 2025.

Conteúdo Programático:

Relações Humanas no Trabalho: comunicação e relacionamento interpessoal, comportamento adequado individual e em grupo, normas de conduta socialmente adequadas no ambiente de trabalho e trabalho em equipe.

QUESTÃO: 19 - MANTIDA alternativa 'D'.

O art. 14 do capítulo IV – Dos Direitos Políticos, da Constituição Federal vigente, que serviu de base para a redação da questão 19, assim dispõe:

“Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

I - plebiscito;

II - referendo;

III - iniciativa popular.

§ 1º O alistamento eleitoral e o voto são:

I - obrigatórios para os maiores de dezoito anos;

II - facultativos para:

a) os analfabetos;

b) os maiores de setenta anos;

c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

§ 2º Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

§ 3º São condições de elegibilidade, NA FORMA DA LEI:

I - a nacionalidade brasileira;

II - o pleno exercício dos direitos políticos;

III - o alistamento eleitoral;

IV - o domicílio eleitoral na circunscrição;

V - a filiação partidária; Regulamento

VI - a idade mínima de:

a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;

b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;

c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;

d) dezoito anos para Vereador.

§ 4º São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.

§ 5º O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 16, de 1997)

(...)”

Pelo disposto no § 3º do art. 14, acima transcritas, são condições de elegibilidade, na forma da lei, entre outras, o previsto no inciso VI – a idade mínima de trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador. Assim como constou literalmente na assertiva III da questão 19, que está perfeitamente correta.

Entendemos, que ao mencionar a expressão “da forma da lei”, como consta no texto constitucional, na redação da questão, não invalida e nem torna a assertiva incorreta.

Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

Constituição Federal.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

Conteúdo Programático:

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Título II: Dos Direitos e Garantias Fundamentais;

CAPÍTULO I – Dos Direitos e Deveres Individuais Coletivos: art. 5º. Título II: Dos Direitos e Garantias

Fundamentais; CAPÍTULO II – Dos Direitos Sociais: art. 6 a 11. Título II: Dos Direitos e Garantias

Fundamentais; CAPÍTULO III – Da Nacionalidade: art. 12 a 13. Título II: Dos Direitos e Garantias

Fundamentais; CAPÍTULO IV – Dos Direitos Políticos: art. 14 a 16. Título II: Dos Direitos e Garantias

Fundamentais; CAPÍTULO V – Dos Partidos Políticos: art. 17. Título VIII: Da Ordem Social; CAPÍTULO VI –

Do Meio Ambiente: art. 225.

MATÉRIA: DESENVOLVIMENTO URBANO E SUSTENTABILIDADE

CARGO(S): AUDITOR-FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL

QUESTÃO: 20 - MANTIDA alternativa 'B'.

As assertivas III e IV correspondem, respectivamente, aos incisos II e V do art. 21, que incluem entre os elementos mínimos do plano o diagnóstico dos resíduos sólidos gerados ou administrados e as ações preventivas e corretivas a serem executadas em situações de gerenciamento incorreto ou acidentais.

Por outro lado, as assertivas I e II não integram o rol de conteúdo mínimo estabelecido no art. 21 da Lei nº 12.305/2010. Embora a definição de metas de redução de emissões de gases de efeito estufa e a elaboração de relatórios de desempenho ambiental possam constituir práticas relevantes de gestão ambiental ou estar relacionadas a outras políticas públicas e instrumentos de governança, tais medidas não são exigidas pela Lei nº 12.305/2010 como conteúdo mínimo dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

A alegação de que esses elementos decorreriam de princípios ambientais, de interpretação sistemática da legislação ou de entendimento doutrinário não altera a resposta da questão. O comando da questão remete expressamente ao conteúdo previsto na Lei nº 12.305/2010, sendo a identificação dos itens corretos realizada com base no texto legal aplicável. Não cabe ampliar o rol definido pelo legislador mediante interpretação doutrinária quando a própria norma estabelece, de forma objetiva, os elementos mínimos que devem compor o plano.

Dessa forma, apenas as assertivas III e IV estão corretas, razão pela qual a alternativa B é a única compatível com a Lei nº 12.305/2010.

Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

Conteúdo Programático:

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

MATÉRIA: ECONOMIA E FINANÇAS PÚBLICAS**CARGO(S): AUDITOR-FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL****QUESTÃO: 27 - MANTIDA alternativa 'C'.**

A assertiva I tem como foco o conceito da curva de fronteira de possibilidades de produção (FPP) e alocação de insumos no processo produtivo, condição a qual as empresas combinam insumos para alcançar certo nível de produto do modo menos dispendioso possível. A assertiva não teve a pretensão de “assinalar a essência da função de produção, tal seja a alocação dos FATORES DE PRODUÇÃO (Capital K e Trabalho L)”, conforme recurso impetrado. A assertiva é considerada correta, uma vez que o conceito descrito, é amplamente difundido por autores consagrados e reconhecidos. Na presente questão a banca fundamentou o tema por meio dos autores Pindyck; Rubinfeld, p. 607, que ao abordarem a eficiência dos insumos nas diferentes combinações na fronteira de possibilidade de produção, descrevem “uma determinada alocação de insumos para o processo produtivo é considerada tecnicamente eficiente se a produção de uma mercadoria não puder ser aumentada sem que ocorra uma diminuição na quantidade produzida da outra mercadoria”, exatamente o que consta na assertiva I, corroborando para sua classificação como “correta”. A assertiva II aborda um tema recorrente e bastante discutido por autores consagrados e reconhecidos e limita-se a abordar as falhas de mercado quando as empresas exercem o poder sobre eles. Propositamente a questão não pretende discutir estruturas de mercado, tais como Monopólio pela ótica do consumo e os efeitos do Monopólio/Oligopólio sobre o mercado, muito embora o poder de mercado, na maioria das vezes só é possível por empresas que fazem parte desta estrutura. Para Pindyck; Rubinfeld, p. 618, o poder de mercado (como o de um monopolista) causa ineficiência porque a empresa maximiza lucros onde a receita marginal é igual ao custo marginal ($RMg = CMg$), mas o preço cobrado é superior a esse custo ($P > CMg$). Isso leva a uma produção reduzida e a um preço elevado, gerando o chamado peso morto (Pindyck; Rubinfeld, p. 618). Para Krugman; Wells, “quando um mercado é ineficiente, temos o que é conhecido com falha de mercado” (p. 120). Ainda segundo os autores “mercados podem falhar devido ao poder de mercado, que ocorre quando uma empresa tem a capacidade de aumentar o preço de mercado”. Diante do exposto ratifica-se que as assertivas I e II estão corretas. Sendo-se assim, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. Introdução à economia. 6. ed. Barueri-SP: Atlas, 2023.

PINDYCK, Robert; RUBINFELD, Daniel. Microeconomia. 8.ed. São Paulo: Pearson, 2013.

Conteúdo Programático:

Eficiência econômica; bens públicos e falhas no sistema de mercado.

QUESTÃO: 28 - MANTIDA alternativa 'D'.

A segunda assertiva está incorreta conforme gabarito oficial divulgado. O Produto Interno Bruto (PIB) NÃO mede a renda de um país exclusivamente pela despesa total com bens e serviços produzidos na economia. O PIB mede duas coisas ao mesmo tempo: a renda total de todas as pessoas da economia e a despesas total com os bens e serviços produzidos na economia (Mankiw, p. 383). A terceira assertiva se limita a afirmar que o produto agregado é a quantidade total da produção de bens e serviços finais da economia, o que está correto. Segundo, Krugman; Wells “para calcularmos com precisão o crescimento da economia, precisamos de uma medida do produto agregado: a quantidade total de produtos e serviços finais que a economia produz. O cálculo utilizado neste caso é chamado de PIB real” (p. 635). Segundo os autores “o PIB, seja ele nominal ou real, é uma medida do produto agregado de um país” (p. 637). O Banco Central do Brasil, em seu site utiliza o conceito: “conceito: o Produto Interno Bruto (PIB) é um agregado econômico que integra o Sistema de Contas Nacionais (SCN). Diante do exposto ratifica-se que a terceira assertiva está correta. Diante do exposto, ratifica-se que a assertiva segunda está incorreta e a assertiva terceira está correta, logo a opção D traduz corretamente as opções: $F - F - V - V$. Sendo-se assim, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

Banco Central do Brasil. <https://dadosabertos.bcb.gov.br/dataset/1207-sgs>. Acesso em: 04/08/26.

KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. Introdução à economia. 6. ed. Barueri-SP: Atlas, 2023.

MANKIW, N. Gregory. Introdução à economia. 8. ed. São Paulo: Cengage, 2023.

NOGAMI, Otto; PASSOS, Carlos Roberto Martins. Princípios de economia. 7. Ed. rev. São Paulo: Cengage, 2018.

Conteúdo Programático:

Macroeconomia: as contas nacionais; conceitos de produto e de renda; os agregados macroeconômicos; renda e produto de equilíbrio; consumo, poupança e investimento.

QUESTÃO: 30 - MANTIDA alternativa 'B'.

A questão 30 fez uso de informações técnicas reais atualizadas, obtidas com base no relatório Estatística do Setor Externo – Nota para Imprensa, de 26/06/2026, disponível na página do Banco Central do Brasil (BACEN), e dos fundamentos teóricos necessários para o exercício do cargo de Auditor-Fiscal da Receita Municipal do presente certame. O enunciado solicitou a análise de cinco assertivas, e a marcação da opção correta. A assertiva I, apresenta os dados das transações correntes referente a maio de 2026, o resultado aponta um déficit de US\$ 3,2 bilhões. Segundo o relatório “as transações correntes do balanço de pagamentos foram deficitárias em US\$3,2 bilhões em maio de 2026, ante déficit de US\$3,3 bilhões em maio de 2025”. Cabe ressaltar que as informações apresentadas são referentes as transações correntes e não ao total de lançamentos do Balanço de Pagamentos. Neste caso não houve nenhuma desconsideração sobre a Balança Comercial em si, nem tampouco inferências de que a Balança Comercial pode ser superavitária, como apontado no próprio relatório: “o superávit da balança comercial atingiu US\$7,0 bilhões em maio de 2026, ante US\$6,4 bilhões em maio de 2025”. Ocorre que no conjunto das operações cadastradas em transações correntes houve o déficit apontado. Cabe destacar que as contas estão estruturadas no Balança de Pagamentos e discriminadas em Transações Correntes, divididas em Balança Comercial (Exportações e Importações de Bens), Serviços, Renda Primária, Renda Secundária. Além disso, o BP registra a Conta Capital, Conta Financeira, Erro e Omissões. O que foi apresentado foi um dado real apresentado no relatório oficial do BACEN. Quando a segunda parte da questão utiliza um fundamento teórico inferindo que “... esse resultado indica que o país comprou mais bens e serviços do exterior do que vendeu, indicando ter havido uma poupança externa positiva”, está se referindo a Balança Comercial (bens) e a conta serviços que fazem parte da conta Transações Correntes conforme indicado no próprio relatório do Banco Central e nas planilhas em Excel também disponíveis no site do BACEN. As inferências não ferem e não contradizem a 6ª Edição do Manual de Balanço de Pagamentos e Posição Internacional de Investimento (BPM6), uma vez que os dados são apresentados e pelo próprio BACEN. NOGAMI e PASSOS, autores consagrados na área da economia, com inúmeras obras e artigos publicados, reconhecidos por sua atuação como escritores e professores em cursos de Pós-graduação, Stricto Sensu e Lato Sensu em uma das suas obras mais consagradas, Princípios de Economia, página 533 descrevem “Transações Correntes: É o resultado do somatório dos saldos da Balança Comercial, de Serviços, de Rendas e de Transferências Correntes. O Saldo em Transações Correntes indica se houve poupança externa negativa ou positiva”. E aqui entra o ponto da questão em análise “...Se o Saldo em Transações Correntes for deficitário, significa que o país comprou mais bens e serviços do exterior do que vendeu, indicando ter havido uma poupança externa positiva. Em outras palavras, é um

montante de renda que não foi consumido no “resto do mundo”, isto é, foi poupado, e transferido para o país que apresentou o déficit em transações correntes. A poupança externa positiva é chamada Passivo Externo Líquido, uma vez que aumenta as obrigações financeiras com o exterior. Caso o Saldo em Transações Correntes seja superavitário, significará que o país vendeu mais bens e serviços ao exterior do que comprou. Neste caso, haverá uma Poupança Externa Negativa, também denominada Ativo Externo Líquido” (Nogami, Otto; Passos, p.533). Diante do exposto a Banca considera a assertiva I como correta.

A assertiva II aponta que “o relatório informou que a balança comercial brasileira atingiu US\$ 7 bilhões em maio de 2026, ante US\$ 6,4 bilhões em maio de 2025. Isso indica tecnicamente que houve um aumento no déficit comercial no período analisado”. Considerando que o resultado da balança comercial foi positivo tendo atingido o valor de US\$7,0 bilhões em maio de 2026, ante US\$6,4 bilhões (positivo) em maio de 2025. Isso indica um comportamento de aumento no superávit comercial, um seja excesso de exportações sobre importações. Diante disso a assertiva II está incorreta. A assertiva III está correta. O resultado global do balanço representa a variação das reservas internacionais do país, detidas pelo Banco Central, no conceito de liquidez internacional, deduzidos os ajustes relativos a valorizações/ desvalorizações das moedas estrangeiras e do ouro em relação ao dólar americano e os ganhos/perdas relativos a flutuações nos preços dos títulos (IMF [1993], BPM5 § 424 e § 436). Diante do exposto pode-se afirmar que o resultado global do balanço teve uma variação positiva entre abril de 2026 e maio de 2026, uma vez que os dados divulgados informam que as reservas internacionais somaram US\$371,1 bilhões em maio de 2026, aumento de US\$4,2 bilhões em relação a abril de 2026. A assertiva IV está correta. “De acordo com a teoria da paridade do poder de compra, 1 dólar (ou uma unidade de outra moeda qualquer) deve ser capaz de comprar a mesma quantidade de bens em todos os países. Essa teoria implica que a taxa de câmbio nominal entre as moedas de dois países deve refletir os níveis de preços desses dois países. Como resultado, países com inflação relativamente elevada deverão ter sua moeda depreciada e países com inflação relativamente baixa deverão ter sua moeda apreciada” (Mankiw, p. 539). A assertiva V está incorreta. “Embora as políticas comerciais restritivas, como as tarifas ou as cotas de importação, sejam por vezes defendidas como meio de alterar o equilíbrio comercial, elas não têm, necessariamente, esse efeito. Uma restrição ao comércio aumenta as exportações líquidas para data taxa de câmbio e, assim aumenta a demanda por dólares no mercado de câmbio. Como resultado, o dólar se aprecia, tornando os bens produzidos internamente mais caros em relação a bens estrangeiros. Essa apreciação contrabalança o impacto inicial da restrição ao comércio sobre as exportações líquidas” (Mankiw, p.557). Diante do exposto ratifica-se que a assertivas I, III e IV estão corretas. Sendo-se assim, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

Banco Central do Brasil. Relatório Estatística do Setor Externo – Nota para Imprensa, datado de 26/06/2026. Acesso em 04.07.2026. Disponível em <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticassetorexterno> e https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/notas_metodologicas/balanco_pagamentos/bpm5/NotasExplBP M5.pdf

KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. Introdução à economia. 6. ed. Barueri-SP: Atlas, 2023.

MANKIW, N. Gregory. Introdução à economia. 8. ed. São Paulo: Cengage, 2023.

NOGAMI, Otto; PASSOS, Carlos Roberto Martins. Princípios de economia. 7. Ed. rev. São Paulo: Cengage, 2018.

Conteúdo Programático:

Comércio exterior: balanço de pagamentos – conceito e estrutura das principais contas; equilíbrio e desequilíbrio do balanço de pagamentos; taxas de câmbio; sistemas de taxas de câmbio fixas e flexíveis.

Legenda: BPM6-Anexo I

Anexo I – Estrutura analítica resumida do BP, em conformidade com o BPM6

Balanco de Pagamentos

I. Transações correntes

Bens e serviços

Balanco comercial (bens)

Exportações

Importações

Serviços

Serviços de manufatura

Serviços de manutenção e reparo

Transportes

Viagens

Construção

Seguros

Serviços financeiros

Serviços de propriedade intelectual

Telecomunicação, computação e informações

Aluguel de equipamento

Outros serviços de negócio

Serviços culturais, pessoais e recreativos

Serviços governamentais

Renda primária

Remuneração de trabalhadores

Renda de investimento

Investimento direto

Lucros e dividendos

Juros

Investimento em carteira

Outros investimentos

Ativos de reserva

Renda secundária

II. Conta capital

III. Conta financeira

Investimento direto no exterior

Participação no capital e cotas em fundos

Dívida intercompanhia

Investimento direto no país

Participação no capital e cotas em fundos

Dívida intercompanhia

Investimento em carteira - Ativos

Ações e cotas em fundos

Títulos de renda fixa

Investimento em carteira - Passivos

Ações e cotas em fundos

Títulos de renda fixa

Derivativos - Ativos

Derivativos - Passivos

Outros investimentos - Ativos

Moedas e depósitos

Empréstimos

Créditos comerciais e adiantamentos

Demais

Outros investimentos - Passivos

Moedas e depósitos

Empréstimos

Créditos comerciais e adiantamentos

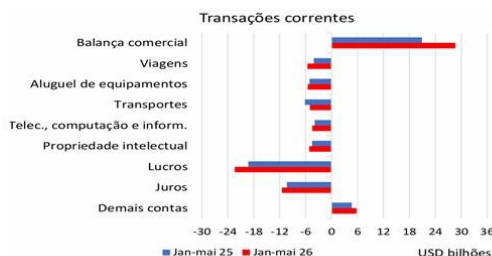
Demais

Ativos de reserva

Erros e omissões

Tabela 1 – Balanço de pagamentos

Discriminação	2025			2026	
	US\$ milhões		Ano		
	Mai	Jan-Mai		Mai	Jan-Mai
I. Transações correntes	- 3 318	- 27 668	- 66 717	- 3 185	- 25 093
Balanco comercial (bens)	6 437	20 886	59 728	6 951	28 650
Exportações ^{1/}	30 107	137 787	350 501	32 024	149 167
Importações ^{2/}	23 670	116 900	290 772	25 073	120 517
Serviços	- 4 619	- 21 097	- 50 642	- 5 162	- 22 299
Renda primária	- 5 577	- 29 387	- 81 347	- 5 542	- 33 746
Renda secundária	441	1 931	5 543	568	2 302



QUESTÃO: 32 - MANTIDA alternativa 'D'.

A referida questão aborda as ações do governo por meio da política fiscal, que abrange, entre outras, três principais funções básicas: a estabilizadora, a redistributiva e a alocativa. Por mais que existam diferentes vertentes e inúmeras derivações conceituais sobre as três principais funções básicas que são executadas por meio da política fiscal, não há de se questionar a própria definição publicada no site do Tesouro Nacional. O texto descreve: “política fiscal reflete o conjunto de medidas pelas quais o Governo arrecada receitas e realiza despesas de modo a cumprir três funções: a estabilização macroeconômica, a redistribuição da renda e a alocação de recursos. A função estabilizadora consiste na promoção do crescimento econômico sustentado, com baixo desemprego e estabilidade de preços. A função redistributiva visa assegurar a distribuição equitativa da renda. Por fim, a função alocativa consiste no fornecimento eficiente de bens e serviços públicos, compensando as falhas de mercado” (Tesouro Nacional). Diante do exposto, ratifica-se que a alternativa I está incorreta e as alternativas II e III estão corretas. Sendo-se assim, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

GIAMBIAGI, Fabio; ALÉM, Ana Cláudia. Finanças públicas: teoria e prática no Brasil. 5.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

Ministério da Fazenda. Governo Federal. Sobre Política Fiscal: Disponível em:

<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/sobre-politica-fiscal>. Acesso em 04/07/2026.

Tesouro Nacional – Sobre Política Fiscal. Publicado em 17/02/2020 13:33. Modificado em 08/07/2022 16:42.

Site: <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/sobre-politica-fiscal>.

Conteúdo Programático:

Funções do Estado: políticas alocativas, distributivas e de estabilização.

MATÉRIA: MATEMÁTICA FINANCEIRA / ESTATÍSTICA

CARGO(S): AUDITOR-FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL

QUESTÃO: 38 - ANULADA.

Após reanálise da questão, verificou-se que tanto a alternativa B quanto a D encontram respaldo na literatura especializada sobre metodologia científica.

A alternativa B está correta ao afirmar que a impossibilidade de determinar a probabilidade de seleção dos elementos caracteriza as amostragens não probabilísticas e limita a generalização estatística dos resultados,

sem afastar sua utilização em estudos exploratórios ou preliminares. Por sua vez, a alternativa D também está correta ao identificar a amostragem por conveniência como modalidade de amostragem não probabilística, destacando adequadamente a necessidade de considerar suas limitações metodológicas na interpretação dos resultados.

Ambas as assertivas são compatíveis com o entendimento adotado por diversos autores, dentre eles Gil (2019) e Malhotra (2019). Diante da existência de duas alternativas corretas, impõe-se a anulação da questão.

Referência Bibliográfica:

GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
MALHOTRA, Naresh K. Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada. Porto Alegre: Bookman, 2019

Conteúdo Programático:

Amostragem: amostras casuais e não casuais.

QUESTÃO: 39 - MANTIDA alternativa 'C'.

O procedimento adotado observa corretamente a metodologia de construção de intervalos de confiança para a média com variância populacional conhecida, não havendo qualquer inconsistência nos cálculos apresentados. Assim, a alternativa C, indicada no gabarito, é a única compatível com os dados fornecidos e com a fórmula aplicável ao caso. Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

CRESPO, Antônio Arnot. Estatística fácil. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

Conteúdo Programático:

Inferência: intervalos de confiança.

Legenda: cálculo.

Dados: média amostral ($\bar{x}$) = R\$ 1.200,00; desvio-padrão populacional (σ) = R\$ 320,00;
tamanho da amostra (n) = 64; nível de confiança = 95% $\Rightarrow$ valor crítico (z) = 2.

O intervalo de confiança para a média populacional (μ) é dado por:

$$IC = \bar{x} \pm E, \text{ em que } E = z \times EP \text{ e } EP = \frac{\sigma}{\sqrt{n}}.$$

1) Erro-padrão da média:

$$EP = \frac{\sigma}{\sqrt{n}} = \frac{320}{\sqrt{64}} = \frac{320}{8} = 40$$

2) Margem de erro:

$$E = z \times EP = 2 \times 40 = 80$$

3) Intervalo de confiança:

$$IC = \bar{x} \pm E = 1.200 \pm 80$$

$$IC = (1.200 - 80 ; 1.200 + 80)$$

$$IC = (1.120 ; 1.280)$$

MATÉRIA: DIREITO CIVIL, EMPRESARIAL E PENAL

CARGO(S): AUDITOR-FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL

QUESTÃO: 1 - MANTIDA alternativa 'D'.

Considerando o caráter fático da união estável, a indicação de união estável de adolescente com 15 anos não é “incompatível com o ordenamento”, como referem os recursos, apenas não tem o condão de produzir

emancipação. O art. 5º do Código Civil possibilita a emancipação pelo casamento, mas o art. 1517 desta mesma Codificação veda o casamento para menores de 16 anos. Assim, na situação proposta, Clara, em função da idade, é absolutamente incapaz (art. 3º do Código Civil). Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

Código Civil, art. 3º 5º e 1517.

Conteúdo Programático:

Direito Civil: Das Pessoas. Pessoa Natural: personalidade e capacidade.

QUESTÃO: 4 - MANTIDA alternativa 'D'.

O contrato de locação naturalmente realiza a partilha da posse em direta e indireta. A primeira é atribuída ao locatário e a segunda ao locador. Logo, o enunciado da questão possui elementos suficientes para a compreensão e solução da questão. Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

Código Civil.

Conteúdo Programático:

Direito Civil: Direitos Reais sobre Imóveis: Propriedade, posse, usufruto, uso, habitação, servidões, direitos reais de garantia.

QUESTÃO: 5 - MANTIDA alternativa 'B'.

No programa de Direito Empresarial consta expressamente a referência ao ponto “Do Empresário Rural”, de forma que abrange as questões pertinentes a este sujeito no âmbito empresarial, o que naturalmente envolve a análise da sua situação de crise econômica. Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

Código Civil / Lei 11.101/2005.

Conteúdo Programático:

Direito Empresarial: Do empresário rural.

QUESTÃO: 7 - MANTIDA alternativa 'C'.

A afirmativa não necessita reproduzir literalmente o texto da legislação para ser considerada como correta. O fato de existirem sociedades limitadas constituídas entre cônjuges antes do advento do Código Civil atual, quando não existia tal proibição, não tem o condão de tornar incorreta uma afirmação que reproduz o direito ora vigente. Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

Código Civil.

Conteúdo Programático:

Direito Empresarial: Sociedade Limitada

QUESTÃO: 8 - MANTIDA alternativa 'A'.

O gabarito deve ser mantido, pois não há imprecisão técnica no enunciado, o qual é claro ao mencionar que “Paulo David, servidor público do Município de Caxias do Sul, apropriou-se da quantia de dez mil reais, recebida de um contribuinte como quitação de um débito tributário em favor da prefeitura”. Nesse sentido, tem-se que o enunciado é expresso em dizer que o servidor recebeu a quantia em decorrência de sua atividade, apropriando-se dela, posteriormente. Assim, resta configurada a prática do crime próprio de peculato prevista no art. 312 do CP. Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

Artigo 312 do CP: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm

Conteúdo Programático:

Crimes contra a Administração Pública.

QUESTÃO: 10 - MANTIDA alternativa 'D'.

O gabarito deve ser mantido, não havendo imprecisão técnica no enunciado. A assertiva II traduz a literalidade do artigo 18, I, do CP.

Referência Bibliográfica:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm

Conteúdo Programático:

MATÉRIA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

CARGO(S): AUDITOR-FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL

QUESTÃO: 11 - MANTIDA alternativa 'C'.

A questão é reprodução do artigo 75:

Art. 75. Os Tribunais de Contas são instituições permanentes, essenciais ao exercício do controle externo, e as normas estabelecidas nesta Seção aplicam-se, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios, vedada sua extinção, criação ou instalação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 139, de 2026)

Parágrafo único. As Constituições estaduais disporão sobre os Tribunais de Contas respectivos, que serão integrados por sete Conselheiros.

Dessa forma, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Conteúdo Programático:

Controle pelos Tribunais de Contas.

QUESTÃO: 12 - MANTIDA alternativa 'C'.

Como se verifica, o artigo 1º da Lei 9790/99 dispõe:

Art. 1º Podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que tenham sido constituídas e se encontrem em funcionamento regular há, no mínimo, 3 (três) anos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos por esta Lei. (Redação dada pela Lei nº 13.019, de 2014) (Vigência).

Acerca da duplicidade de alternativas corretas, também não procede. Contrato de gestão é o instrumento firmado entre o poder público e as organizações sociais, sendo ao certo que o Termo de fomento é celebrado com as organizações da sociedade civil. Não se confunde OSCIP, OS e OSC, sendo entidades diversas com características diversas. Dessa forma, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9790.htm

Conteúdo Programático:

Terceiro Setor. Organizações Sociais. Contratos de Gestão

QUESTÃO: 16 - MANTIDA alternativa 'D'.

Os ofícios são atos administrativos responsáveis pela formalização da comunicação, escrita e oficial, entre órgãos públicos e entidades administrativas. Não há expedição de ofício entre órgãos particulares e públicos. Dessa forma, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

Curso de Direito Administrativo - 14ª Edição/2026

Rafael Carvalho Rezende Oliveira

Conteúdo Programático:

Atos Administrativos.

QUESTÃO: 17 - MANTIDA alternativa 'C'.

O decreto é um ato normativo de competência privativa do Chefe do Poder Executivo (Presidente da República, Governador ou Prefeito), conforme previsto no art. 84, VI, da Constituição Federal. Pode tratar de situações gerais ou individuais, dependendo do seu conteúdo.

O regimento é um ato administrativo normativo e interno, utilizado para estabelecer as regras de organização e funcionamento de determinados órgãos públicos, especialmente órgãos colegiados.

Ofícios são instrumentos de comunicação oficial entre órgãos públicos ou entre entidades administrativas, com conteúdo administrativo formal. Considerando ser uma espécie de ato ordinatório, são editados no exercício do Poder Hierárquico com a finalidade de disciplinar as relações internas da Administração Pública,

somente alcançam os servidores que estão subordinados à chefia que os expediu- não há expedição de ofício entre órgãos particulares e públicos.

Na distinção entre decreto regulamentar e regimento, o primeiro fundamenta-se no poder de polícia, por veicular normas gerais destinadas a disciplinar direitos e atividades em benefício do interesse público, enquanto o segundo se fundamenta no poder disciplinar, por estabelecer regras internas de organização e funcionamento administrativo.

Dessa forma, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

Curso de Direito Administrativo - 14ª Edição/2026

Rafael Carvalho Rezende Oliveira

Conteúdo Programático:

Atos Administrativos.

MATÉRIA: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

CARGO(S): AUDITOR-FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL

QUESTÃO: 22 - MANTIDA alternativa 'A'.

Segundo Heuser (Heuser, Carlos Alberto. Projeto de banco de dados. 6 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010), ao converter um relacionamento Muitos-para-Muitos (N:M) do modelo conceitual (como o Diagrama Entidade-Relacionamento) para o modelo lógico (relacional), independentemente da cardinalidade mínima, devem sempre ser implementados através de uma tabela própria, chamada de tabela associativa. Os bancos de dados relacionais não conseguem implementar diretamente uma relação N:M entre duas tabelas sem gerar redundância ou violar regras de normalização. Desse modo, o gabarito está mantido.

Referência Bibliográfica:

HEUSER, Carlos Alberto. Projeto de banco de dados. 6 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Conteúdo Programático:

Modelagem de dados, entidade-relacionamento e normalização.

QUESTÃO: 23 - MANTIDA alternativa 'B'.

O operador UNION ALL retorna todas as linhas de ambas as consultas, incluindo possíveis duplicatas (https://www.w3schools.com/SQL/sql_union_all.asp). O comando UPDATE, sem uma cláusula restritiva, aplica a modificação em todos os registros da tabela indiscriminadamente (https://www.w3schools.com/sql/sql_update.asp). O comando TRUNCATE TABLE apaga os dados dentro de uma tabela, mas não a estrutura da tabela em si (https://www.w3schools.com/sql/sql_ref_drop_table.asp). Desse modo, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

W3SCHOOLS. SQL Tutorial. Disponível em <https://www.w3schools.com/sql>. Acessado em julho de 2026.

Conteúdo Programático:

Linguagem SQL/ANSI: comandos DDL (Data Definition Language), DML (Data Manipulation Language), TCL (Transaction Control Language) e DQL (Data Query Language).

QUESTÃO: 26 - MANTIDA alternativa 'A'.

Segundo documentação da The Object Management Group sobre o tema, disponível em <https://www.omg.org/spec/BPMN/2.0.2/PDF>, uma tarefa de usuário (User Task) é realizada por um ser humano com a ajuda de uma aplicação/motor. Já uma tarefa executada totalmente sem auxílio de aplicativos ou motores é classificada como uma tarefa manual (Manual Task). Desse modo, o gabarito está mantido.

Referência Bibliográfica:

BPMN.ORG. Business Process Model and Notation (BPMN). Disponível em <https://www.omg.org/spec/BPMN/2.0.2/PDF>. Acessado em julho de 2026.

Conteúdo Programático:

Conceitos e técnicas de modelagem utilizando a notação BPMN 2.0 (Business Process Modeling Notation).

MATÉRIA: DIREITO TRIBUTÁRIO

CARGO(S): AUDITOR-FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL

QUESTÃO: 31 - MANTIDA alternativa 'A'.

A alternativa B é incorreta porque há tributos não vinculados, como o caso dos impostos.

A alternativa C é incorreta: súmula 160, STJ. É defeso, ao município, atualizar o IPTU, mediante decreto, em percentual superior ao índice oficial de correção monetária.

A alternativa D é incorreta. A mitigação refere-se, exclusivamente, às alíquotas por ato infralegal. Não se aplica à base de cálculo. Por isso, os arts. 21, 26 e 65 do CTN, que permitem a alteração da BC por ato infralegal, não foram recepcionados pela CF/88.

Desse modo, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

<https://portal.stf.jus.br/>

Alexandre, Ricardo. Direito Tributário. 20ª Ed. Editora Juspodivum, 2026.

Conteúdo Programático:

Normas gerais de direito tributário: legislação tributária (constituição, emendas à constituição, leis complementares, leis ordinárias, medidas provisórias, leis delegadas, decretos legislativos, resoluções do Senado Federal, decretos e normas complementares); vigência e aplicação da legislação tributária; interpretação e integração da legislação tributária.

limitações ao poder de tributar; tributos de competência da União (impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições diversas);

QUESTÃO: 32 - MANTIDA alternativa 'C'..

A alternativa A é incorreta. As obrigações acessórias não estão sujeitas ao princípio da legalidade. As obrigações acessórias, contudo, decorrem da legislação tributária, conforme o art. 113, § 2º, expressão que, nos termos do art. 96 do CTN, abrange leis, tratados, decretos e normas complementares. Portanto, embora tais deveres devam possuir fundamento normativo, não estão necessariamente submetidos à reserva de lei formal prevista no art. 97.

A alternativa B é incorreta. A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador. A hipótese de incidência é a o momento em abstrato para a ocorrência da relação tributária. Não se confunde fato gerador, hipótese de incidência e obrigação tributária.

A alternativa D é incorreta. Artigos 121 e 122 do CTN. Art. 122. Sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada às prestações que constituam o seu objeto.

Desse modo, não há quebra da objetividade nem duplicidade de respostas. A alternativa C é a única integralmente compatível com o regime jurídico das obrigações tributárias, enquanto as alternativas A, B e D contêm erros identificáveis pela aplicação direta dos arts. 96, 97, 113, 121 e 122 do CTN. Logo, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172compilado.htm

Alexandre, Ricardo. Direito Tributário. 20ª Ed. Editora Juspodivum, 2026.

Conteúdo Programático:

hipótese de incidência e fato gerador da obrigação tributária; sujeição ativa e passiva.

QUESTÃO: 34 - MANTIDA alternativa 'D'..

A Lei C n. 214/2025, em seu art. 18 dispõe: “as alíquotas de referência serão fixadas por resolução do Senado Federal (...)”.

Ademais, a questão solicita a identificação da proposição incorreta entre as alternativas A a D, sendo perfeitamente possível realizar esse exame sem atribuir qualquer consequência jurídica à inclusão indevida da União no trecho inicial.

Também não procede a alegação de “múltiplos erros de competência”. O equívoco da alternativa D não se soma ao enunciado para gerar ambiguidade; ao contrário, é justamente o elemento objetivo que permite identificar a resposta. Senado Federal e Congresso Nacional não são expressões equivalentes: o Senado é uma das Casas do Congresso, mas possui competências constitucionais próprias, exercidas mediante resolução, entre elas a definição das alíquotas de referência previstas no sistema de transição da reforma tributária. Dessa forma, mantém-se o gabarito. Desta forma, mantida a questão.

Referência Bibliográfica:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp214.htm

Conteúdo Programático:

BRASIL. Emenda Constitucional nº 132 de 20 de dezembro de 2023. Altera o Sistema Tributário Nacional. BRASIL. Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025. Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o e o Imposto Seletivo (IS); cria o Comitê Gestor do IBS e altera a legislação tributária.

QUESTÃO: 37 - MANTIDA alternativa 'C'..

Dispõe o CTN:

Art. 129. O disposto nesta Seção aplica-se por igual aos créditos tributários definitivamente constituídos ou em curso de constituição à data dos atos nela referidos, e aos constituídos posteriormente aos mesmos atos, desde que relativos a obrigações tributárias surgidas até a referida data.

A alternativa C apresenta definição sintética, porém juridicamente adequada, da responsabilidade tributária por sucessão, modalidade de responsabilidade por transferência em que terceiro passa a ocupar a posição de sujeito passivo em razão de um evento sucessório previsto em lei. A expressão “o responsável sucede o contribuinte como sujeito passivo do tributo” não pretende esgotar todas as hipóteses, limites e particularidades dos arts. 129 a 133 do CTN, mas identificar o traço comum da categoria: a transferência da sujeição passiva daquele que originalmente se vinculava ao fato gerador para o sucessor legalmente indicado. Além disso, as demais alternativas são manifestamente incorretas. A alternativa A descreve de forma invertida a substituição tributária para frente. Nessa modalidade, pessoas situadas em posições posteriores da cadeia são substituídas, no dever de pagar, por aquelas que ocupam posições anteriores, responsáveis pelos tributos relativos às operações subsequentes. A formulação da alternativa corresponde, em verdade, à substituição regressiva ou “para trás”. .

Desse modo, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172compilado.htm

<https://scon.stj.jus.br/SCON/sumstj/toc.jsp?livre=sumula%20e%20%27554%27.num>.

Conteúdo Programático:

Responsabilidade tributária: conceito; responsabilidades dos sucessores; responsabilidade de terceiros; substituição tributária; responsabilidades por infrações.

QUESTÃO: 38 - MANTIDA alternativa 'B'..

A alternativa B é a única que apresenta corretamente a diferença essencial entre as sistemáticas de cálculo do IVA dual e do ICMS: no IBS e na CBS, o montante do próprio tributo não integra a base de cálculo, adotando-se o cálculo “por fora”; no ICMS, o imposto integra sua própria base, segundo a técnica denominada cálculo “por dentro”. Essa disciplina decorre do art. 156-A, § 1º, IX, da Constituição Federal e do art. 12, § 2º, I, da Lei Complementar nº 214/2025. O material indicado pela própria banca emprega exatamente essa formulação, esclarecendo que o IVA dual incide sobre o valor líquido da operação, diferentemente do ICMS, cujo valor fica incluído na base de cálculo.

“Art. 156-A. Lei complementar instituirá imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios. § 1º O imposto previsto no caput será informado pelo princípio da neutralidade e atenderá ao seguinte: IX - não integrará sua própria base de cálculo nem a dos tributos previstos nos arts. 153, VIII, e 195, I, “b”, IV e V, e da contribuição para o Programa de Integração Social de que trata o art. 239”.

Ora, a própria estrutura da alternativa afasta a interpretação defendida nos recursos. O trecho principal afirma que o valor do IVA dual não integra sua base de cálculo, ao passo que o ICMS era incluído “por dentro”. A expressão colocada entre parênteses possui função explicativa e secundária, não sendo suficiente para modificar o conteúdo jurídico central, que permanece correto. Eventual preferência terminológica por “efeito de gross-up”, “majoração interna da base” ou “alíquota efetiva superior à nominal” não transforma a proposição em falsa, especialmente quando o material de referência emprega expressamente a locução impugnada para explicar o cálculo por dentro.

Verifico ainda justificativa acerca do Tema 214 STF. Neste Tema, o STF reconheceu a constitucionalidade da inclusão do ICMS em sua própria base de cálculo, precisamente a premissa utilizada na letra B. O fato de o julgamento não equiparar essa técnica à cumulatividade não invalida a assertiva, pois a questão também não afirma que o ICMS seja juridicamente cumulativo. A não cumulatividade e o cálculo por dentro operam em planos distintos: a primeira disciplina a compensação entre operações sucessivas; o segundo define a formação da base em cada operação. A alternativa limita-se a comparar o segundo aspecto.

No tocante à alternativa C, esta inverte a finalidade do cálculo “por fora”. Essa sistemática aumenta a transparência porque o tributo é destacado e desmembrado do valor líquido do bem ou serviço, e não porque fica embutido no preço final.

Assim, analisando detalhadamente todos os recursos, não há ausência de resposta correta nem comprometimento da objetividade. A alternativa B contém a regra constitucional e legal adequada, enquanto a expressão questionada foi utilizada para descrever o efeito matemático do cálculo por dentro, sem negar a não cumulatividade do ICMS. As alternativas A, C e D, por outro lado, contrariam frontalmente a disciplina do IVA Dual.

Desse modo, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp214.htm

Conteúdo Programático:

BRASIL. Emenda Constitucional nº 132 de 20 de dezembro de 2023. Altera o Sistema Tributário Nacional. BRASIL. Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025. Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o e o Imposto Seletivo (IS); cria o Comitê Gestor do IBS e altera a legislação tributária.

QUESTÃO: 40 - MANTIDA alternativa 'A'.

A alternativa A reproduz corretamente o art. 194 do Código Tributário Nacional, segundo o qual a legislação tributária regulará, em caráter geral ou especificamente em função da natureza do tributo, a competência e os poderes das autoridades administrativas em matéria de fiscalização de sua aplicação. Trata-se, portanto, da única proposição integralmente compatível com o regime jurídico da Administração Tributária.

CTN Art. 194. A legislação tributária, observado o disposto nesta Lei, regulará, em caráter geral, ou especificamente em função da natureza do tributo de que se tratar, a competência e os poderes das autoridades administrativas em matéria de fiscalização da sua aplicação. Parágrafo único. A legislação a que se refere este artigo aplica-se às pessoas naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive às que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal.

A alternativa C, por sua vez, não encontra respaldo no art. 195 do CTN. Embora esse dispositivo afaste a aplicação de disposições legais que excluam ou limitem o direito de a autoridade fiscal examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos e papéis comerciais ou fiscais, não atribui à fiscalização poder irrestrito, desvinculado do objeto da investigação. A norma impede que o contribuinte invoque regras de natureza comercial para recusar a exibição dos documentos pertinentes, mas não autoriza devassa genérica e ilimitada sobre toda a sua escrituração.

Essa distinção está consolidada na Súmula 439 do STF, segundo a qual: “Estão sujeitos à fiscalização tributária ou previdenciária quaisquer livros comerciais, limitado o exame aos pontos objeto da investigação”.

Desse modo, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172compilado.htm

Conteúdo Programático:

Administração tributária: características, prerrogativas, fiscalização; dívida ativa; certidões negativas.

QUESTÃO: 41 - MANTIDA alternativa 'D'.

A alternativa D permanece juridicamente correta, pois afirma que o ITCMD pode ser progressivo mesmo sem previsão constitucional expressa. A proposição traduz o entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal no Tema 21 da repercussão geral, cuja tese estabelece ser constitucional a fixação de alíquotas progressivas para o imposto sobre transmissão causa mortis e doação. O fundamento adotado foi a incidência do princípio da capacidade contributiva sobre os impostos, inclusive independentemente de autorização constitucional específica para a progressividade.

A Emenda Constitucional nº 132/2023 não tornou incorreto esse entendimento. Ao inserir no art. 155, § 1º, VI, da Constituição a determinação de que o ITCMD “será progressivo em razão do valor do quinhão, do legado ou da doação”, o constituinte derivado passou a impor expressamente a progressividade. A Lei Complementar nº 227/2026 igualmente estabelece que as alíquotas serão progressivas, observada a alíquota máxima fixada pelo Senado Federal. Assim, a EC ao prever que o ITCMD “será progressivo”, apenas passou a impor expressamente aquilo que antes já era admitido pela jurisprudência. A alternativa não afirma que atualmente inexistia previsão constitucional, mas apenas que a progressividade pode ser válida mesmo sem autorização expressa.

As demais alternativas são incorretas: a letra A contraria a Súmula 656 do STF; a letra B, a Súmula 589; e a letra C confunde a progressividade fiscal do IPTU com a progressividade extrafiscal no tempo.

Portanto, é mantido o gabarito.

Referência Bibliográfica:

https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/jurisprudenciaSumula/anexo/Enunciados_Sumulas_STF_1_a_736_Completo.pdf

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Conteúdo Programático:

Tributos de competência dos Municípios e do Distrito Federal (impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições para custeio do regime previdenciário e contribuição para custeio do serviço de iluminação pública e de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos); repartição das receitas tributárias.

Súmulas do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal sobre Direito Tributário.

MATÉRIA: CONTABILIDADE GERAL E PÚBLICA

CARGO(S): AUDITOR-FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL

QUESTÃO: 43 - MANTIDA alternativa 'C'.

Assertiva I – Incorreta, conforme item 97 da Norma de Contabilidade NBC TG 26 (R5). “97. Quando os itens de receitas e despesas são materiais, sua natureza e montantes devem ser divulgados separadamente”.

Assertiva II – Correta, conforme item 87 da Norma de Contabilidade NBC TG 26 (R5). “87. A entidade não deve apresentar rubricas ou itens de receitas ou despesas como itens extraordinários, quer na demonstração do resultado abrangente, quer na demonstração do resultado do período, quer nas notas explicativas”.

Assertiva III – Correta, conforme item 90 da Norma de Contabilidade NBC TG 26 (R5). “90. A entidade deve divulgar o montante do efeito tributário relativo a cada componente dos outros resultados abrangentes, incluindo os ajustes de reclassificação na demonstração do resultado abrangente ou nas notas explicativas”.

Logo, a alternativa C é o gabarito, o qual se mantém.

Referência Bibliográfica:

Norma de Contabilidade NBC TG 26 (R5).

Conteúdo Programático:

Demonstração do Resultado do Exercício: estrutura, características e elaboração de acordo com a lei das sociedades por ações combinadas com a NBC TG 26 (R5).

QUESTÃO: 45 - MANTIDA alternativa 'B'.

A Norma de Contabilidade NBC TG 09 (R1) apresenta três modelos de divulgação da DVA: “um modelo geral, aplicável a todas as empresas, exceto instituições financeiras, de seguros e previdência; e dois modelos específicos, um para instituições financeiras e outro para instituições de seguros e previdência”.

Logo, a alternativa B é o gabarito, o qual se mantém.

Referência Bibliográfica:

Norma de Contabilidade NBC TG 09 (R1)

Conteúdo Programático:

Demonstração do Valor Adicionado – DVA: conceito, forma de apresentação e elaboração de acordo com a NBC TG 09.

QUESTÃO: 48 - MANTIDA alternativa 'B'.

Alternativa A – Incorreta. Conforme o MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais – Dívida Ativa), a transferência do crédito para a conta de dívida ativa não altera a natureza econômica do ativo, limitando-se à sua reclassificação patrimonial para fins de controle contábil.

Alternativa B – Correta. Nos termos do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais – Dívida Ativa), a transferência do crédito para a conta patrimonial de dívida ativa constitui fato contábil permutativo, pois apenas reclassifica um direito anteriormente reconhecido. Dessa forma, não modifica o patrimônio líquido, nem enseja, por si só, o reconhecimento de nova receita ou de nova variação patrimonial aumentativa.

Alternativa C – Incorreta. O MCASP não estabelece que a mera transferência para a conta de dívida ativa imponha o reconhecimento de ajuste para perdas. A constituição de perdas estimadas depende de avaliação específica da recuperabilidade dos créditos, baseada em critérios técnicos e evidências objetivas.

Alternativa D – Incorreta. O crédito é reconhecido contabilmente quando preenchidos os requisitos para seu reconhecimento patrimonial, observando-se o regime de competência. A transferência para a conta de dívida ativa constitui etapa posterior da gestão e do controle do crédito, não correspondendo ao seu ingresso no patrimônio da entidade.

Logo, a alternativa B é o gabarito, o qual se mantém.

Referência Bibliográfica:

MCASP

Lei 4320/1964

Conteúdo Programático:

Receita: conceito, classificação e estágios, aspectos patrimoniais, aspectos legais, contabilização, deduções, renúncia e destinação da receita, dívida ativa.

MATÉRIA: AUDITORIA

CARGO(S): AUDITOR-FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL

QUESTÃO: 55 - MANTIDA alternativa 'B'.

Conforme Demetrius (2018, p. 27):

Os destinatários dos resultados da auditoria externa são usualmente indeterminados ou de difícil determinação (wide spectrum of users): como os resultados do trabalho de auditoria externa se consubstanciam frequentemente na publicação de um parecer, seus destinatários são indeterminados (abrangendo acionistas, empregados, administradores, investidores etc.), ao contrário da auditoria interna, que se destina ao auxílio de usuários determinados, quais sejam, os administradores da entidade.

Logo, a alternativa B é o gabarito, o qual se mantém.

Referência Bibliográfica:

DEMETRIUS, Alexandre P. Auditoria das demonstrações contábeis. 2. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Uni, 2018. E-book. p.28. ISBN 9788547233174. Disponível em:

<https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547233174/>. Acesso em: 28 jun. 2026.

Conteúdo Programático:

Auditoria: conceitos, tipos, objetos, objetivos e exercícios práticos. Distinção entre auditoria interna, auditoria independente e perícia contábil.

QUESTÃO: 56 - MANTIDA alternativa 'C'.

Conforme Imoniana (2018, p. 69):

Alternativa A – Correta.

A assertiva está de acordo com o conceito de assertivas de auditoria. Elas consistem em afirmações ou pressupostos, explícitos ou implícitos, formulados pela administração acerca das informações constantes das demonstrações contábeis e servem de referência para o planejamento dos procedimentos e para a obtenção e avaliação das evidências de auditoria.

Alternativa B – Correta.

A alternativa também está correta. As assertivas orientam a definição dos procedimentos de auditoria e são utilizadas tanto na aplicação de testes de controles quanto de procedimentos substantivos, constituindo pressupostos que poderão ser confirmados ou refutados pelas evidências obtidas durante os trabalhos.

Alternativa C – Incorreta.

A assertiva contraria a doutrina de auditoria ao afirmar que as assertivas não guardam relação com a avaliação dos controles internos. Na realidade, além de fundamentarem os procedimentos voltados às demonstrações contábeis, as assertivas também são utilizadas na avaliação dos controles internos, servindo de base para os testes de controles e para os procedimentos substantivos.

Alternativa D – Correta.

A alternativa reproduz corretamente a natureza das assertivas de auditoria. Elas não constituem evidências de auditoria, mas sim pressupostos ou hipóteses utilizadas pelo auditor para orientar os exames. A partir desses pressupostos, o auditor planeja seus procedimentos e obtém evidências suficientes e apropriadas para confirmá-los ou refutá-los.

Logo, a alternativa C é o gabarito, o qual se mantém.

Referência Bibliográfica:

IMONIANA, Joshua O. Auditoria - Planejamento, Execução e Reporte. Rio de Janeiro: Atlas, 2018. E-book. p.70. ISBN 9788597019780. Disponível em:

<https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597019780/>. Acesso em: 28 jun. 2026.

Conteúdo Programático:

Procedimentos de auditoria. Testes de observância. Testes substantivos. Papeis de trabalho e documentação de auditoria. Normas de execução dos trabalhos de auditoria, responsabilidade e sigilo.

QUESTÃO: 57 - MANTIDA alternativa 'A'.

Conforme Imoniana (2018, p. 88):

Alternativa A – Correta. A situação descrita enquadra-se, primordialmente, no risco de registros contábeis incorretos, uma vez que houve reconhecimento em período inadequado e classificação contábil incorreta das transações. A doutrina inclui expressamente como exemplos desse risco o registro por valor inexato, a classificação incorreta e o reconhecimento no período contábil inadequado. O fato de essas falhas influenciarem a tomada de decisões não altera a natureza principal do risco identificado.

Alternativa B – Incorreta. Embora relatórios contábeis incorretos possam conduzir a decisões gerenciais equivocadas, esse risco é consequência da falha principal, e não sua causa imediata. O problema inicialmente identificado decorre do registro inadequado das transações contábeis.

Alternativa C – Incorreta. A falta de padrões contábeis pressupõe a utilização de práticas contábeis geralmente não aceitas ou a apresentação das informações em desacordo com os padrões profissionais ou exigências legais. A narrativa descreve erros de reconhecimento e classificação, mas não afirma que a entidade tenha adotado normas contábeis inadequadas ou deixado de observar os padrões aplicáveis.

Alternativa D – Incorreta. Os litígios fiscais e trabalhistas correspondem a contingências decorrentes do descumprimento de exigências fiscais ou trabalhistas. O caso não descreve qualquer infração dessa natureza, tampouco é correto afirmar que erros de classificação contábil conduzam, necessariamente, à ocorrência de contingências legais.

Logo, a alternativa A é o gabarito, o qual se mantém.

Referência Bibliográfica:

IMONIANA, Joshua O. Auditoria - Planejamento, Execução e Reporte. Rio de Janeiro: Atlas, 2018. E-book. p.70. ISBN 9788597019780.

Conteúdo Programático:

Riscos da auditoria.

MATÉRIA: LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA E MUNICIPAL

CARGO(S): AUDITOR-FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL

QUESTÃO: 67 - MANTIDA alternativa 'C'.

O gabarito deve ser mantido, não havendo erro ou imprecisão técnica no enunciado da questão. A resposta correta encontra respaldo no art. 1º da Lei Complementar nº 116 de 31 de julho de 2003.

Referência Bibliográfica:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp116.htm

Conteúdo Programático:

Lei Complementar nº 116 de 31 de julho de 2003.

QUESTÃO: 69 - ANULADA.

De acordo com o Art. 3 da Lei complementar 123/2006, “para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada [...]”. O escopo apresentado no referido artigo torna a alternativa ‘B’ incorreta, visto que não abarca as sociedades de economia mista.

Contudo, a empresa individual de responsabilidade limitada, apresentada na alternativa ‘D’, representa uma modalidade jurídica extinta no Brasil, o que torna a alternativa ‘D’ igualmente incorreta e a questão inconsistente.

Por esse motivo, a Banca decide pela anulação da questão.

Referência Bibliográfica:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm

Conteúdo Programático:

BRASIL. Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

QUESTÃO: 71 - MANTIDA alternativa 'D'.

O gabarito deve ser mantido. A assertiva II é correta, da forma que apresentada, mostra-se correta, e em consonância com o disposto no Art. 17, V, da Lei 123/2006. A não indicação da parte final do referido inciso não torna a assertiva incorreta, sendo correto afirmar que a existência de débito com o INSS impede a empresa de recolher tributas e contribuições na forma do simples nacional.

Referência Bibliográfica:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm

Conteúdo Programático:

BRASIL. Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006

QUESTÃO: 72 - MANTIDA alternativa 'C'.

O gabarito deve ser mantido.

A 1ª parte está correta, vide Art. 1º, II - Lei 8.331/2018.

A 2ª parte está correta, vide Art. 2º, II - Lei 8.331/2018

A 3ª parte está incorreta, pois é possível a renovação da isenção a partir de novo requerimento, desde que atendidos novamente os requisitos e recuperada a área, conforme art. 4º, parágrafo único da Lei 8.331/2018. Ainda que a lei trate como novo requerimento, e expressão “renovação” utilizada no enunciado em nada compromete a questão, restando expresso na lei a possibilidade de renovação da licença, a partir da formulação de novo requerimento e atendimento dos critérios legais.

Referência Bibliográfica:

<https://gcpstorage.caxias.rs.gov.br/documents/2026/01/8fe366fd-13c6-4a69-9458-68a6fda676f6.pdf>

Conteúdo Programático:

CAXIAS DO SUL. Lei nº 8.331 de 02 de outubro de 2018. Isenta do pagamento de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) imóveis que possuam em seu interior Áreas de Preservação Permanente, Relevante Interesse Ecológico, Reserva Particular do Patrimônio Natural e Cobertas por Florestas Nativas.

QUESTÃO: 73 - MANTIDA alternativa 'D'.

O gabarito deve ser mantido. O enunciado menciona de forma expressa que a questão deveria ser respondida com base na Lei nº 8.718/2021. Nesse sentido, a assertiva III está correta com base no disposto no art. 2º, da Lei 8.718/2021, que se encontra em vigência.

Referência Bibliográfica:

<https://gcpstorage.caxias.rs.gov.br/documents/2025/08/1ead6d08-02c0-47ea-80ab-25b6e0219819.pdf>

Conteúdo Programático:

CAXIAS DO SUL. Lei nº 8.718 de 20 de outubro de 2021. Dispõe sobre a isenção do pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) para os portadores de doenças graves que especifica, e dá outras providências.

QUESTÃO: 78 - MANTIDA alternativa 'D'.

O gabarito deve ser mantido. A questão reflete a literalidade do Art. 106, I, a, da Lei 701/2022.

Referência Bibliográfica:

<https://gcpstorage.caxias.rs.gov.br/documents/2026/06/efcc59ab-4694-4792-a906-04c97f5b7e16.pdf>

Conteúdo Programático:

CAXIAS DO SUL. Lei Complementar nº 701, de 30 de setembro de 2022. Institui o Código Tributário do Município.

QUESTÃO: 79 - MANTIDA alternativa 'C'.

O gabarito deve ser mantido. A 3ª parte da sentença mostra-se incorreta, pois, nos termos da literalidade do artigo 117 da Lei 701/2022, a multa é de 50% e não de 100% como constou.

Referência Bibliográfica:

<https://gcpstorage.caxias.rs.gov.br/documents/2026/06/efcc59ab-4694-4792-a906-04c97f5b7e16.pdf>

Conteúdo Programático:

CAXIAS DO SUL. Lei Complementar nº 701, de 30 de setembro de 2022. Institui o Código Tributário do Município.

QUESTÃO: 80 - MANTIDA alternativa 'B'.

O gabarito deve ser mantido. Conforme artigo 144 da Lei 701/2022, os hospitais não são isentos do pagamento da COSIP.

Referência Bibliográfica:

Conteúdo Programático:

CAXIAS DO SUL. Lei Complementar nº 701, de 30 de setembro de 2022. Institui o Código Tributário do Município.

MATÉRIA: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGO(S): MÉDICO CIRURGIÃO GERAL

QUESTÃO: 26 - ALTERA GABARITO DE ALTERNATIVA 'A' PARA ALTERNATIVA 'B'.

Componentes da ECG e Pontuação do Paciente

1. Abertura Ocular (AO)

“Abre os olhos diante de estímulos dolorosos”

Pontuação: 2 pontos (resposta a dor)

2. Resposta Verbal (RV)

“Emite apenas palavras soltas e sem nexos, incapaz de formar frases”

Isso caracteriza palavras inapropriadas/incoerentes

Pontuação: 3 pontos (palavras inapropriadas)

3. Resposta Motora (RM)

“Flexão lenta dos braços, adução e rotação interna dos punhos”

Essa é a clássica postura de decorticação (flexão dos membros superiores)

Decorticação = resposta a estímulo doloroso com flexão anormal

Pontuação: 3 pontos (flexão anormal/decorticação)

Cálculo Total: 8 PONTOS

Referência Bibliográfica:

Townsend, J. C. M., Beauchamp, R. D., Evers, B. M., e Mattox, K. L. (2021). Sabiston textbook of surgery (21st ed.). Elsevier.

Conteúdo Programático:

Escala de Coma de Glasgow (ECG).

QUESTÃO: 27 - MANTIDA alternativa 'C'.

A (Verdadeira): Histórica e estatisticamente, os tumores neuroendócrinos (TNE) são as neoplasias primárias mais comuns do órgão.

B (Verdadeira): A incidência de adenocarcinoma primário do apêndice é extremamente baixa, girando em torno de 0,1% a 0,2% dos casos cirúrgicos.

C (Falsa): Tumores neuroendócrinos de até 1 cm normalmente podem ser tratados apenas com apendicectomia desde que não haja invasão do mesoapêndice. O envolvimento do mesoapêndice, mesmo em tumores ≤ 1 cm, pode ser indicação para hemicolectomia ampliada, especialmente se houver invasão > 3 mm no meso, margens afetadas ou linfonodomegalia.

D (Verdadeira): Para adenocarcinomas, o tratamento padrão é a hemicolectomia direita (com linfadenectomia), especialmente em lesões maiores que 2 cm, para garantir margens oncológicas e estadiamento linfonodal.

Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

Townsend, J. C. M., Beauchamp, R. D., Evers, B. M., e Mattox, K. L. (2021). Sabiston textbook of surgery (21st ed.). Elsevier.

Conteúdo Programático:

Cirurgia Geral e Digestiva.

QUESTÃO: 32 - MANTIDA alternativa 'A'.

A) CORRETA: (p. 1109): Em 75% dos casos, um ramo da artéria obturadora cruza o ligamento de Cooper (corona mortis). Isso valida a opção por destacar a alta prevalência e a origem correta do vaso.

B) INCORRETA: (p. 1111): Hérnias Tipo III-A são as diretas. Hérnias indiretas com anel dilatado são Tipo II ou III-B (se houver defeito de parede). Isso invalida a opção por erro de classificação.

C) INCORRETA: (p. 1109): Hérnias diretas ocorrem no triângulo de Hesselbach; as indiretas surgem lateralmente a ele. Isso invalida a opção ao trocar a patologia associada ao marco anatômico.

D) INCORRETA: (p. 1110): O "Triângulo do Medo" contém vasos (ilíacos), enquanto os nervos citados estão no "Triângulo da Dor". Isso invalida a opção por confusão entre os espaços anatómicos laparoscópicos.

Referência Bibliográfica:

Townsend, J. C. M., Beauchamp, R. D., Evers, B. M., e Mattox, K. L. (2021). Sabiston textbook of surgery (21st ed.). Elsevier.

ABCD Arq Bras Cir Dig 2019;32(1):e1426. DOI: /10.1590/0102-672020180001e1426 // Furtado RN, et al. Systematization of the transabdominal preperitoneal (TAPP) inguinal hernia repair based on anatomical zones: Proposal for a stepwise approach. Surg Endosc. 2019;33(6):1782-1790.

Conteúdo Programático:

Cirurgia Geral e Digestiva

CARGO(S): ODONTÓLOGO CIRURGIÃO E TRAUMATOLOGISTA BUCO-MAXILOFACIAL

QUESTÃO: 28 - MANTIDA alternativa 'D'.

A citação de Cunha *et al.* (2005) no corpo da questão é uma referência à validade acerca de o exame cuidadoso da cavidade oral constituir parte obrigatória do exame do paciente idoso, sendo um método simples e eficaz para detectar tanto enfermidades benignas quanto malignas; a pergunta em si não se relaciona a citação, mas refere-se as lesões benignas mais comumente encontradas em pacientes idosos.

Em relação ao ANEXO III do Edital, o mesmo não é uma lista de referências bibliográficas, mas constitui-se em um elenco de conteúdos programáticos a serem cobrados na prova teórico-objetiva, portanto nada interfere para que o candidato analise corretamente as alternativas propostas.

Referência Bibliográfica:

Freitas, Elizabete Viana de; Py, Ligia. Tratado de geriatria e gerontologia. 4. ed. [Reimpr.]. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

Conteúdo Programático:

Odontogeriatria: processo de envelhecimento. Odontologia geriátrica. Aspectos psicológicos relacionados ao idoso. Atenção de saúde ao idoso.

QUESTÃO: 29 - MANTIDA alternativa 'A'.

A pergunta não é sobre o que é a substância estabilizante, mas sim pede que seja assinalada a alternativa que contém corretamente um tipo de fórmula farmacêutica e sua descrição.

A fórmula farmacêutica pode ser classificada em três tipos: oficial, magistral e especialidade farmacêutica.

Não existe fórmula farmacêutica chamada estabilizante.

A única alternativa correta é:

1. Oficial: fórmulas fixas, com denominações imutáveis e consagradas, que constam em compêndios, formulários ou farmacopeias oficiais, reconhecidos pelo Ministério da Saúde. Exemplos: água oxigenada, solução de álcool iodado, etc.

Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

Andrade, Eduardo Dias de. Terapêutica medicamentosa em odontologia [recurso eletrônico]. 3. ed. São Paulo: Artes Médicas, 2014.

Conteúdo Programático:

Farmacologia: Farmacologia aplicada ao atendimento odontológico e suas implicações clínicas. Farmacologia geral. Princípios gerais do uso correto de fármacos para o tratamento da dor. Anestésicos locais. Antimicrobianos de uso corrente em odontologia.

QUESTÃO: 30 - MANTIDA alternativa 'D'.

A questão especifica claramente a fonte referencial, "de acordo com Carnevale, Pontoriero e Lindhe (2018)", sendo usada uma referência bibliográfica reconhecida internacionalmente, contemporânea (2018) e de elevada conceituação científica.

A obra citada traz literalmente:

"O tratamento de um defeito na região de furca de um dente multirradicular tem dois objetivos: A eliminação da placa microbiana das superfícies expostas do complexo radicular; O estabelecimento de uma anatomia das superfícies afetadas que facilite o adequado autocontrole de placa. Diferentes métodos de terapia são recomendados: Envolvimento de furca classe I: raspagem e alisamento radiculares (SRP; do inglês, scaling and root planning); plastia de furca; Envolvimento de furca classe II: plastia de furca; tunelização; ressecção

radicular; extração dentária; regeneração tecidual guiada nos molares inferiores; Envolvimento de furca classe III: tunelização; ressecção radicular; extração dentária”.

Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

Niklaus P. Lang; Jan Lindhe. Tratado de periodontia clínica e implantologia oral. 6ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.

Conteúdo Programático:

Periodontia: Epidemiologia da doença periodontal. Anatomia do periodonto. Patogenia da doença periodontal. Interrelação periodontia e demais áreas da odontologia. Cirurgia periodontal.

QUESTÃO: 32 - MANTIDA alternativa 'D'.

Avaliar a evidência científica de um livro exige analisar a reputação do autor, as fontes citadas (como artigos e pesquisas originais), e o rigor da editora. O professor Mário Roberto Leonardo concluiu o doutorado em Odontologia de Araraquara, em Endodontia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, em 1965. Publicou cerca de 120 artigos em periódicos especializados. Possui 10 livros publicados no Brasil e no exterior e 21 capítulos de livros. Possui mais de 130 itens de produção técnica. Participou de inúmeros eventos no Brasil e no exterior, ministrando Cursos e conferências. Recebeu 28 prêmios e/ou homenagens.

Conforme a obra de Mário Leonardo (2017)

“Biopulpectomia, os seguintes casos poderão ser classificados nesse grupo: pulpites irreversíveis assintomáticas; pulpites irreversíveis sintomáticas; exposições patológicas da polpa; exposições acidentais da polpa (operatórias); fraturas coronárias com exposição pulpar (acidentais); reabsorções internas; tratamento endodôntico por finalidade protética ou cirúrgica”.

Não se trata de comparar validade científica de argumentos autorais, menos ainda de afirmar de forma inequívoca ou absoluta qualquer verdade. A questão feita foi: quais podem ser classificados nesse grupo da Biopulpectomia? Ou seja, PODEM, não se perguntou DEVEM, o que aí seria uma afirmação inequívoca.

Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

Mario Roberto Leonardo; Renato de Toledo Leonardo. Tratamento de canais radiculares: avanços técnicos e biológicos de uma endodontia minimamente invasiva em nível apical e periapical [recurso eletrônico]. 2. ed. São Paulo: Artes Médicas, 2017.

Conteúdo Programático:

Endodontia: Métodos de diagnóstico. Materiais para a proteção do complexo dentino-pulpar. Tratamento conservador da polpa dentária. Traumatismos alveolo-dentário. Doenças da polpa e periápice. Urgências em Endodontia.

QUESTÃO: 33 - MANTIDA alternativa 'C'.

Conforme a obra de Gil (2012), citada literalmente:

“O trabalho clássico de Rood e Shehab (1990) listou as características em tomada panorâmica que indicam maior risco de dano ao NAI: Escurecimento da raiz do terceiro molar: indica contato íntimo da raiz com o canal mandibular, o que resulta em sua menor densidade radiográfica. Interrupção da cortical do canal mandibular: a linha radiopaca fica descontínua devido à inserção da raiz no canal. Divergência do canal mandibular: ocorre mudança na sua direção quando em contato com a raiz. Desvio ou estreitamento da raiz do terceiro molar: observa-se dilaceração abrupta da raiz ou diminuição do seu diâmetro, quando em contato com o canal mandibular”.

A interpretação e correta tradução de um artigo deve ser analisada a partir de obras científicas. Avaliar a evidência científica de um livro exige analisar a reputação do autor, as fontes citadas (como artigos e pesquisas originais), e o rigor da editora. José Nazareno Gil possui graduação em Curso de Graduação Em Odontologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (1980), mestrado em Cirurgia e Traumatologia Buco Maxilo Facial pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1989) e doutorado em Odontologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1996). Atualmente é professor titular da Universidade Federal de Santa Catarina. Tem experiência na área de Odontologia, com ênfase em Cirurgia e Traumatologia Buco Maxilo Facial, atuando principalmente nos seguintes temas: cirurgia ortognática, implantodontia, trauma de face, plasma rico em plaquetas, enxerto ósseo secundário, fenda alveolar, enxerto ósseo e mandíbula, cirurgia de dentes impactados, patologias bucomaxilofaciais.

Portanto, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

Gil, José Nazareno; Gil, Luiz Fernando. Cirurgia do terceiro molar impactado: passo a passo. São Paulo: Santos, 2012.

Conteúdo Programático:

Exodontia: Anatomia aplicada. Indicações e Contra-indicações. Exames Complementares. Assepsia e Barreiras de proteção. Técnicas Operatórias. Pós-Operatório em Exodontia.

CARGO(S): ODONTÓLOGO PARA PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS**QUESTÃO: 28 - MANTIDA alternativa 'C'.**

No Anexo I Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) (Origem: PRT MS/GM 2446/2014)

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS). (Origem: PRT MS/GM 2446/2014, Art. 1º) CAPÍTULO I DA POLÍTICA NACIONAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE Art. 2º A PNPS traz em sua base o conceito ampliado de saúde e o referencial teórico da promoção da saúde como um conjunto de estratégias e formas de produzir saúde, no âmbito individual e coletivo, caracterizando-se pela articulação e cooperação intra e intersetorial, pela formação da Rede de Atenção à Saúde (RAS), buscando articular suas ações com as demais redes de proteção social, com ampla participação e controle social. (Origem: PRT MS/GM 2446/2014, Art. 2º).

Art. 3º São valores fundantes no processo de efetivação da PNPS: (Origem: PRT MS/GM 2446/2014, Art. 3º) Inciso.

V - a humanização, enquanto elemento para a evolução do homem, por meio da interação com o outro e seu meio, com a valorização e aperfeiçoamento de aptidões que promovam condições melhores e mais humanas, construindo práticas pautadas na integralidade do cuidado e da saúde; (Origem: PRT MS/GM 2446/2014, Art. 3º, V)

Está explicitado o conceito de humanização conforme indicado pelo gabarito. Portanto não procede a solicitação do candidato de que não existe este conceito na PNPS. Sendo indeferida sua solicitação de cancelamento da questão.

Referência Bibliográfica:

<https://anexosportal.datalegis.inf.br/arquivos/1277677.pdf>

Promoção da Saúde (PNPS) (Origem: PRT MS/GM 2446/2014) Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS). (Origem: PRT MS/GM 2446/2014, Art. 1º) CAPÍTULO I pg. 1.

Conteúdo Programático:

Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) – Anexo I, Capítulo I (art. 1º ao art. 16).



1 - Auditor-Fiscal da Receita Municipal									
01 - A	02 - C	03 - C	04 - B	05 - A	06 - D	07 - B	08 - A	09 - C	10 - B
11 - D	12 - A	13 - C	14 - B	15 - A	16 - D	17 - A	18 - B	19 - D	20 - B
21 - C	22 - D	23 - A	24 - B	25 - C	26 - B	27 - C	28 - D	29 - A	30 - B
31 - C	32 - D	33 - D	34 - B	35 - C	36 - D	37 - C	38 - *	39 - C	40 - A
41 - D	42 - C	43 - C	44 - D	45 - B	46 - A	47 - C	48 - A	49 - B	50 - D
51 - C	52 - C	53 - B	54 - A	55 - B	56 - D	57 - C	58 - D	59 - C	60 - A
61 - D	62 - A	63 - B	64 - C	65 - B	66 - A	67 - B	68 - D	69 - A	70 - C
71 - A	72 - C	73 - A	74 - D	75 - B	76 - A	77 - C	78 - B	79 - C	80 - A
81 - D	82 - A	83 - C	84 - D	85 - B	86 - D	87 - C	88 - B	89 - B	90 - D
91 - C	92 - D	93 - C	94 - A	95 - B	96 - C	97 - A	98 - D	99 - C	100 - C
101 - D	102 - B	103 - C	104 - D	105 - A	106 - A	107 - C	108 - B	109 - *	110 - A
111 - D	112 - C	113 - D	114 - D	115 - B	116 - A	117 - D	118 - D	119 - C	120 - B
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos									
Assinatura Eletrônica: 312399.5									
2 - Médico Cirurgião Geral									
01 - D	02 - B	03 - C	04 - A	05 - D	06 - A	07 - C	08 - B	09 - C	10 - *
11 - B	12 - B	13 - B	14 - C	15 - D	16 - B	17 - A	18 - D	19 - C	20 - A
21 - D	22 - C	23 - B	24 - C	25 - A	26 - B	27 - C	28 - C	29 - C	30 - D
31 - B	32 - A	33 - C	34 - A	35 - D	36 - D	37 - B	38 - B	39 - B	40 - D
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos									
Assinatura Eletrônica: 79322									
5 - Médico Endocrinologista e Metabologista									
01 - D	02 - B	03 - C	04 - A	05 - D	06 - A	07 - C	08 - B	09 - C	10 - *
11 - B	12 - B	13 - B	14 - C	15 - D	16 - B	17 - A	18 - D	19 - C	20 - A
21 - D	22 - C	23 - B	24 - C	25 - B	26 - A	27 - D	28 - C	29 - A	30 - D
31 - A	32 - D	33 - B	34 - C	35 - C	36 - D	37 - B	38 - B	39 - A	40 - D
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos									
Assinatura Eletrônica: 78986									
6 - Médico Gastroenterologista									
01 - D	02 - B	03 - C	04 - A	05 - D	06 - A	07 - C	08 - B	09 - C	10 - *
11 - B	12 - B	13 - B	14 - C	15 - D	16 - B	17 - A	18 - D	19 - C	20 - A
21 - D	22 - C	23 - B	24 - C	25 - C	26 - C	27 - D	28 - B	29 - B	30 - C
31 - C	32 - D	33 - B	34 - A	35 - D	36 - A	37 - A	38 - B	39 - D	40 - A
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos									
Assinatura Eletrônica: 75010									
7 - Médico Hematologista e Hemoterapeuta									
01 - D	02 - B	03 - C	04 - A	05 - D	06 - A	07 - C	08 - B	09 - C	10 - *
11 - B	12 - B	13 - B	14 - C	15 - D	16 - B	17 - A	18 - D	19 - C	20 - A
21 - D	22 - C	23 - B	24 - C	25 - B	26 - B	27 - A	28 - B	29 - C	30 - D
31 - C	32 - D	33 - A	34 - B	35 - A	36 - C	37 - D	38 - D	39 - A	40 - C
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos									
Assinatura Eletrônica: 77530									
8 - Médico Neurologista									
01 - D	02 - B	03 - C	04 - A	05 - D	06 - A	07 - C	08 - B	09 - C	10 - *
11 - B	12 - B	13 - B	14 - C	15 - D	16 - B	17 - A	18 - D	19 - C	20 - A



21 - D	22 - C	23 - B	24 - C	25 - B	26 - D	27 - D	28 - C	29 - B	30 - A
31 - C	32 - C	33 - C	34 - D	35 - B	36 - B	37 - A	38 - A	39 - D	40 - A
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos								Assinatura Eletrônica: 75010	
9 - Motorista									
01 - B	02 - A	03 - C	04 - A	05 - D	06 - B	07 - C	08 - B	09 - B	10 - C
11 - A	12 - C	13 - D	14 - A	15 - C	16 - D	17 - *	18 - B	19 - C	20 - D
21 - C	22 - A	23 - D	24 - B	25 - C	26 - B	27 - B	28 - C	29 - D	30 - A
31 - A	32 - D	33 - C	34 - B	35 - A	36 - A	37 - D	38 - D	39 - D	40 - B
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos								Assinatura Eletrônica: 79656	
10 - Odontólogo Cirurgião e Traumatologista Buco-MaxiloFacial									
01 - D	02 - B	03 - C	04 - A	05 - D	06 - A	07 - C	08 - B	09 - C	10 - *
11 - B	12 - B	13 - B	14 - C	15 - D	16 - B	17 - A	18 - D	19 - C	20 - A
21 - D	22 - C	23 - B	24 - C	25 - C	26 - B	27 - B	28 - D	29 - A	30 - D
31 - D	32 - D	33 - C	34 - A	35 - C	36 - A	37 - B	38 - C	39 - B	40 - A
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos								Assinatura Eletrônica: 75178	
11 - Odontólogo Odontopediatra									
01 - D	02 - B	03 - C	04 - A	05 - D	06 - A	07 - C	08 - B	09 - C	10 - *
11 - B	12 - B	13 - B	14 - C	15 - D	16 - B	17 - A	18 - D	19 - C	20 - A
21 - D	22 - C	23 - B	24 - C	25 - C	26 - D	27 - B	28 - A	29 - C	30 - B
31 - A	32 - C	33 - A	34 - C	35 - B	36 - A	37 - D	38 - D	39 - B	40 - D
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos								Assinatura Eletrônica: 77418	
12 - Odontólogo para pacientes com necessidades especiais									
01 - D	02 - B	03 - C	04 - A	05 - D	06 - A	07 - C	08 - B	09 - C	10 - *
11 - B	12 - B	13 - B	14 - C	15 - D	16 - B	17 - A	18 - D	19 - C	20 - A
21 - D	22 - C	23 - B	24 - C	25 - B	26 - B	27 - C	28 - C	29 - D	30 - A
31 - B	32 - A	33 - D	34 - A	35 - D	36 - C	37 - B	38 - D	39 - A	40 - C
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos								Assinatura Eletrônica: 76970	
13 - Técnico em Contabilidade									
01 - C	02 - D	03 - A	04 - D	05 - B	06 - A	07 - C	08 - C	09 - B	10 - B
11 - B	12 - D	13 - D	14 - C	15 - D	16 - D	17 - A	18 - B	19 - C	20 - B
21 - A	22 - C	23 - D	24 - B	25 - C	26 - B	27 - C	28 - B	29 - A	30 - D
31 - D	32 - B	33 - C	34 - A	35 - D	36 - A	37 - C	38 - B	39 - D	40 - A
								Assinatura Eletrônica: 75982.5	
14 - Técnico em Enfermagem									
01 - C	02 - D	03 - A	04 - D	05 - B	06 - A	07 - C	08 - C	09 - B	10 - B
11 - B	12 - D	13 - D	14 - C	15 - D	16 - D	17 - A	18 - B	19 - C	20 - B
21 - A	22 - C	23 - D	24 - B	25 - B	26 - D	27 - C	28 - A	29 - A	30 - A
31 - C	32 - B	33 - A	34 - D	35 - B	36 - B	37 - C	38 - D	39 - D	40 - C
								Assinatura Eletrônica: 77998.5	
15 - Técnico em Informática									
01 - C	02 - D	03 - A	04 - D	05 - B	06 - A	07 - C	08 - C	09 - B	10 - B
11 - B	12 - D	13 - D	14 - C	15 - D	16 - D	17 - A	18 - B	19 - C	20 - B



21 - A	22 - C	23 - D	24 - B	25 - B	26 - D	27 - A	28 - D	29 - C	30 - C
31 - A	32 - B	33 - B	34 - D	35 - A	36 - C	37 - D	38 - B	39 - C	40 - A
									Assinatura Eletrônica: 75870.5

Assinatura Eletrônica Total: 1237331.